



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

FLÁVIA CRISTINA DIAS LOPES DE SOUSA

**DO DIREITO A EDUCAÇÃO ÀS INTERPÉRIES AMBIENTAIS: AS
PERCEPÇÕES DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO
BRUNETTO – MST**

CUIABÁ/MT

2020

FLÁVIA CRISTINA DIAS LOPES DE SOUSA

**DO DIREITO A EDUCAÇÃO ÀS INTERPÉRIES AMBIENTAIS: AS
PERCEPÇÕES DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO
BRUNETTO – MST**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico em Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT em associação ampla com a Universidade de Cuiabá, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes e da Linha de Pesquisa: 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, sob a orientação Professor Dr. Ronaldo Eustaquio Feitosa Senra.

CUIABÁ/MT

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de catalogação na fonte

D541d	Dias Lopes de Sousa, Flávia Cristina DO DIREITO A EDUCAÇÃO ÀS INTERPÉRIES AMBIENTAIS: AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO - MST / Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa – Cuiaba – MT, 2020. 120 f. : il. color. Orientador(a) Ronaldo Eustaquio Feitosa Senra Dissertação. (CBA - Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2020. Bibliografia incluída 1. Juventude Camponesa. 2. Táticas de Resistência. 3. visibilidade. I. Título.
-------	--

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Jorge Nazareno Martins Costa (CRB1-3205)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
CAMPUS CUIABÁ - CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
Nível Mestrado

ATA DE EXAME DE DEFESA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às 14:00 horas, no Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso, em Rede com a Universidade de Cuiabá, sob a presidência do Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra, como Orientador, e com a participação dos membros examinadores Prof. Dra. Raquel Martins Fernandes, como examinadora Interna, Prof. Dr. João Vitor Gobis Verges e Prof. Dr. Silvano Carmo de Souza como Examinadores Externos, reuniram-se a banca de Exame de Defesa de **Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino. A dissertação intitulada **Do Direito a Educação às Intempéries Ambientais: as Percepções dos Jovens do Assentamento Egídio Brunetto-MST** foi apresentada e após a arguição da banca foi aprovada. Para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra – Presidente da Mesa e Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Prof. Dra. Raquel Martins Fernandes - Examinadora Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Dr. Prof. Dr. João Vitor Gobis Verges _Examinador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Silvano Carmo de Souza – Examinador externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Cuiabá, 03 de abril de 2020.

DEDICATÓRIA

A minha mãe Izabel Cristina Dias dos Santos,
Por seu exemplo, atenção e palavras,
Que desde a minha infância me incentivou a
estudar, motivando-me a nunca desistir.
A senhora dedico esse trabalho, com toda a
minha admiração e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de poder fazer parte deste programa que me possibilitou o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos enquanto pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra, pela orientação e principalmente pelo incentivo, apoio e confiança. Agradeço por sua ajuda em conhecimentos compartilhados no passado, no presente e no futuro, caso necessário.

Ao Prof. Ms. José Roberto Lopes, pelo acolhimento e acompanhamento durante a realização do Estágio de Docência realizado no Instituto Federal de Educação – Núcleo Avançado de Jaciara e aos demais professores que prontamente me acolheram.

A todos (as) os (as) professores (as) do Programa de Pós-graduação em Ensino do Instituto Federal de Educação de Mato Grosso, por compartilharem seus conhecimentos;

Ao (s) Técnico (s) envolvidos em todo o processo, pelo grande trabalho feito para o bom andamento deste curso de graduação.

Ao meu amigo (as) Dionísio Garcia de Souza que muito me ajudou compartilhando suas experiências enquanto aluno do programa.

A todos os colegas de curso que ajudaram em muito, os quais se tornaram grandes amigos. Em especial a minha querida Soenil e Maria Geni com quem pude compartilhar bons momentos e que levarei para a vida.

A minha família que muito me ajudou me incentivando e dando forças para continuar na caminhada.

Agradeço a FAPEMAT pelo apoio financeiro durante a realização desta pesquisa.

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora.

Jean-Paul Sartre

RESUMO

Nesta pesquisa buscamos compreender como o acesso/direito à educação e as vivências dos/as jovens camponeses sofrem interferências das intempéries ambientais nos processos de ensino-aprendizagem e quais as percepções desses jovens sobre as mudanças climáticas no assentamento Egídio Brunetto-MST, localizado no município de Juscimeira-Mato Grosso, local conhecido por sua belíssima Cachoeira do Prata, ponto turístico e muito atrativo da região. Ressaltamos que o local onde atualmente está localizado o assentamento tratava-se de uma fazenda onde prevalecia o sistema de monocultura (pastagem) apresentando estado de degradação do solo e das fontes de água, consequência do uso irracional dos antigos proprietários. Nos dias atuais, mais da metade das áreas que são destinadas às pastagens estão em algum estado de degradação, e na maioria das vezes são deixadas de lado se tornando improdutivas, sendo, portanto, as mais propícias a serem destinadas para a reforma agrária por não exercerem a sua função social, como é o caso da fazenda que hoje pertence ao assentamento Egídio Brunetto. Essas atividades econômicas que ocasionam a degradação dos recursos naturais também são responsáveis pelo aumento dos desastres relacionados às mudanças climáticas que acabam recaindo de modo desproporcional sobre diferentes grupos em função da vulnerabilidade social e econômica. Neste contexto, a presente pesquisa encontra-se vinculada ao projeto de pesquisa GEAC – Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental Campesina, que busca entender os fenômenos climáticos e os desastres que afetam de forma desigual diferentes grupos sociais. Esta pesquisa tem como singularidade a obtenção de um retrato atual da juventude do assentamento Egídio Brunetto e para o seu desenvolvimento, a metodologia utilizada ocorrerá por meio do estudo de caso, que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelos sujeitos envolvidos. Também permite conhecimentos detalhados sobre os sujeitos pesquisados. Para obter as informações que compõem esta pesquisa, realizamos nove entrevistas semiestruturadas sendo oito com a juventude do assentamento e uma com o coordenador que reside no local. Por meio das entrevistas, foi possível conhecermos sobre a realidade atual em que se encontra a juventude do assentamento e as dificuldades encontradas enquanto novos assentados, entre elas podemos mencionar o acesso a escola, as dificuldades econômica e ambiental devido ao estado atual em que se encontram o território do assentamento. Nas narrativas as juventudes desconhecem o termo mudanças climáticas evidenciando os fenômenos/consequências, associando-os a possíveis causas como o uso demasiadamente irracional da terra que havia anteriormente. Assim, ao dar visibilidade aos jovens do assentamento, as dificuldades encontradas e as mudanças climáticas por meio desta pesquisa podemos perceber a importância desta abertura para os/as jovens do local, democratizando informações, reconhecendo a importância do campesinato e da juventude para sua continuidade.

Palavras chave: Juventude Camponesa, Táticas de Resistência, Visibilidade.

RESUMEN

En esta investigación buscamos comprender cómo el acceso / derecho a la educación y las experiencias de los jóvenes campesinos sufren la interferencia del clima ambiental en los procesos de enseñanza-aprendizaje y cuáles son las percepciones de estos jóvenes sobre el cambio climático en el asentamiento Egídio Brunetto-MST, ubicado en el municipio de Juscimeira-Mato Grosso, un lugar conocido por su hermosa Cachoeira do Prata, un lugar turístico y muy atractivo en la región. Hacemos hincapié en que el lugar donde se encuentra actualmente el asentamiento era una granja donde prevalecía el sistema de monocultivo (pasto), que mostraba un estado de degradación del suelo y las fuentes de agua, como consecuencia del uso irracional de los antiguos propietarios. Hoy en día, más de la mitad de las áreas que están destinadas a pasturas se encuentran en algún estado de degradación, y la mayoría de las veces se dejan de lado y se vuelven improductivas, siendo, por lo tanto, las más propicias para ser destinadas a la reforma agraria por no ejercer su función social, como la granja que ahora pertenece al asentamiento Egídio Brunetto. Estas actividades económicas que causan la degradación de los recursos naturales también son responsables del aumento de los desastres relacionados con el cambio climático que terminan cayendo de manera desproporcionada en diferentes grupos debido a la vulnerabilidad social y económica. En este contexto, esta investigación está vinculada al proyecto de investigación GEAC - Grupo de Investigación en Educación Ambiental Campesina, que busca comprender los fenómenos climáticos y los desastres que afectan a diferentes grupos sociales de manera desigual. Esta investigación tiene la singularidad de obtener un retrato actual de la juventud del asentamiento Egídio Brunetto y para su desarrollo, la metodología utilizada se realizará a través del estudio de caso, que presenta procedimientos importantes para la recopilación de datos cuya información esencial para la investigación se proporciona por los sujetos involucrados. También permite un conocimiento detallado sobre los temas investigados. Para obtener la información que conforma esta investigación, realizamos nueve entrevistas semiestructuradas, ocho con los jóvenes del asentamiento y una con el coordinador que vive allí. A través de las entrevistas, fue posible conocer la realidad actual de la juventud del asentamiento y las dificultades encontradas como nuevos colonos, entre los cuales podemos mencionar el acceso a la escuela, las dificultades económicas y ambientales debido al estado actual en el que se encuentran. El territorio de asentamiento. En las narraciones, los jóvenes desconocen el término cambio climático, lo que evidencia los fenómenos / consecuencias, asociándolos a posibles causas como el uso excesivamente irracional de la tierra que existía anteriormente. Por lo tanto, al dar visibilidad a los jóvenes del asentamiento, las dificultades encontradas y el cambio climático a través de esta investigación, podemos percibir la importancia de esta apertura a la juventud local, democratizando la información, reconociendo la importancia del campesinado y la juventud para su continuidad.

Keywords: Juventud campesina, tácticas de resistencia, visibilidad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2 – Identificação e idades dos sujeitos.	76
Quadro 3 – Dados escolares e conduções	85
Quadro 4 – Funções desempenhadas na propriedade.....	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Juscimeira, onde se localiza o assentamento Egídio Brunetto/MST – MT.....	70
Mapa 2 – divisão dos lotes no assentamento Egídio Brunetto/MST – MT...	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
CMMC	Comissão Mista Pertinente Sobre Mudanças Climáticas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
GEAC	Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima
ITERRA	
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPT	Nossa Primeira Terra
PBMC	Painel Brasileiro Sobre mudanças do Clima
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNMC	Plano Nacional Sobre Mudança do Clima
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
REAJA	Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça climática
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
As tessituras do meu caminho!.....	18
CAPÍTULO I – Juventude Camponesa	21
1.1 Juventude e Juventudes.....	21
1.2 Sujeitos de direitos e permanência no campo	26
1.3 Os movimentos sociais e a constituição de escolas do campo: possibilidades de garantia à permanência dos jovens no campo	32
1.4 Juventude Camponesa: políticas de desenvolvimento e incentivos a permanência dos/as jovens camponeses/as.....	39
CAPÍTULO II - Mudanças Climáticas	44
2.1 Cenário atual das Mudanças Climáticas	44
2.2 Conferências e Legislações: o que dizem sobre as Mudanças Climáticas.....	47
2.2.1 O Brasil no cenário das Mudanças Climáticas	51
2.3 Mudanças Climáticas: impactos sobre os povos Camponeses e sua juventude... 56	
2.4 Justiça Climática: fundamentos para superação das injustiças climáticas.....	59
2.5 o papel do MST frente as mudanças climáticas – os sistemas agroecológicos e o Campesinato no Brasil	62
CAPÍTULO III – Caminhos Percorridos	67
3.1 Caminhos da pesquisa.....	67
3.2 Lócus da pesquisa: do acampamento ao assentamento Egídio Brunetto/MST....	70
3.3 Etapas da coleta	73
3.3.1 Prognóstico.....	74
3.3.2 Juventude.....	75
3.3.3 Juventude camponesa: ouvir e deixar dizer entre entrevistas e rodas de conversas	76
CAPÍTULO IV – Os frutos da pesquisa	79
4.1 Prognóstico: a realidade das famílias assentadas - caminhos para dialogar com a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST.....	79
4.2 Juventude do assentamento Egídio Brunetto – sonhos e desafios.....	83
4.2.1 Em busca dos direitos – queremos estudar!	83
4.2.2 As Mudanças Climáticas sob o olhar da juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST.....	92
CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA	105
Referências.....	108
Anexos	119

INTRODUÇÃO

*Humilde é aquela pessoa que sabe que não sabe tudo,
Que sabe que outra pessoa sabe o que ela não sabe,
Que ela e outra pessoa saberão muitas coisas juntas,
Que ela e outra pessoa nunca saberão o que pode ser sabido*

Mario Sergio Cortella

A busca pelo conhecimento é uma característica intrínseca a humanidade, construída e aprimorada ao longo do tempo e influenciado pela necessidade de adaptação, relações sociais e mecanismos para manutenção da qualidade de vida. Assim, os conhecimentos eram compartilhados entre os membros dos grupos e famílias, conduzindo-os as gerações seguintes. Essa evolução e compartilhamento de conhecimentos nos remete a Paulo Freire (2002), mencionando que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (p. 12).

O conhecimento perpassa por todas as esferas individuais e coletivas, permitindo que os indivíduos e a sociedade tenham a possibilidade de evoluir interagindo e modificando o meio em que vivem, se adaptando a diferentes situações a que são e serão submetidas por toda a sua existência. Pode-se inferir que o conhecimento é, portanto, uma construção social que possibilita o desenvolvimento de habilidades essenciais a sobrevivência.

Para Moreira (2010), o conhecimento que já possuímos sobre determinados assuntos, são influenciadores da assimilação do novo, ou seja, a aprendizagem se dá de forma mais efetiva, a partir daquilo que já possuímos de conhecimentos sobre a temática abordada. Logo, ao pensarmos em educação e em suas diferentes formas de existir, se deve partir do pressuposto de que as pessoas envolvidas no processo educativos são possuidoras de conhecimentos previamente adquiridos de forma que estes não sejam desprezados.

Partindo deste princípio entendemos que a educação pode acontecer em diferentes cenários como os espaços escolares, familiares, espaços sociais e movimentos do campo ou da cidade.

Ao fazermos relação com a educação que se estabelece e se desenvolve nos espaços sociais, de movimentos urbanos e do campo, reportamo-nos a educação popular que “carrega o sentido das organizações populares do campo e da cidade que, na sua caminhada histórica, participam, realizam e sistematizam experiências de educação popular” (RIBEIRO, 2013, p. 43).

Na educação popular a reivindicação que se faz é pela valorização da educação rural/do campo, da pedagogia que desenvolvem e dos sujeitos envolvidos, sujeitos políticos coletivos a que Ribeiro (2013) denomina de movimentos sociais populares, sejam eles da cidade ou do campo, onde os conhecimentos são construídos e compartilhados entre os membros da comunidade.

Em boa parte das experiências, as alternativas participativas se reconhecem vinculadas de algum modo com a educação popular. Através dela, elas se identificam como um serviço ao empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 57)

A partir dessa perspectiva, entendamos a educação do campo não somente sob a ótica dos espaços escolares, mas também sob a ótica da construção do conhecimento por meio das observações que são compartilhadas entre os/as Camponeses/as fazendo parte da sua forma de cuidar dos espaços em que estão inseridos, a que denominamos e adotamos a concepção de educação popular.

A educação popular é uma importante ferramenta para se explorar vários campos dos conhecimentos que se relacionam aos movimentos sociais e Camponeses, permitindo o acesso a esses conhecimentos de forma ampla e aprofundada. Entre esses campos, um dos mais pesquisados atualmente refere-se a pesquisa ambiental que são comumente relacionadas as formas de ação desenvolvidas pelas comunidades (BRANDÃO; BORGES, 2007).

Se compreendemos a educação como um processo amplo e dinâmico, que se desenvolvem de igual modo a partir das experiências e compartilhamento de saberes, conseguimos entender que há uma riqueza de informações contidas nos movimentos sociais, sejam do campo ou da cidade. Informações construídas e fundamentadas a partir das experiências e observações do sujeito que gradativamente acompanha a evolução dos fenômenos em todas as esferas da sociedade.

Buscando a interação com esses saberes, este trabalho versa sobre a valorização do conhecimento dos/as jovens Camponeses/as moradores do assentamento Egídio Brunetto-MST/MT na perspectiva da educação ambiental, mais precisamente das mudanças climáticas. Para que isso aconteça é importante que entendamos de quem falamos: os jovens, mais precisamente a juventude assentada. Contudo, antes de se aprofundar aos conhecimentos que estes jovens possuem, se faz necessário conhecer sobre a sua realidade partindo do princípio de suas individualidades e experiências vivenciadas com a comunidade.

Desta forma, partimos do objetivo geral desta pesquisa que busca: Como o acesso/direito à educação e as vivências dos/as jovens camponeses sofrem interferências das intempéries ambientais nos processos de ensino-aprendizagem e quais as percepções desses jovens sobre as mudanças climáticas.

Os objetivos específicos adotados a esta pesquisa são: 1) conhecer como ocorre o acesso à educação escolar pelos jovens do assentamento; 2) compreender qual a percepção dos jovens sobre as mudanças climáticas e seus fenômenos; 3) identificar como os fenômenos por eles percebidos se relacionam com o acesso à educação.

Diante destes objetivos, esta dissertação foi estruturada da seguinte forma:

Introdução, com uma breve abordagem sobre a importância do conhecimento, o compartilhamento de saberes para a humanidade, como o conhecimento aliados ao ensinar e aprender permitiram a evolução do ser humano auxiliando na superação de desafios e contribuindo para sua qualidade de vida e adaptação as diferentes circunstâncias que encontravam pelo caminho. Autores como Freire (2002), Moreira (2010) versam sobre a importância do ensinar e aprender e da construção do conhecimento como pilares para o desenvolvimento da sociedade. Ainda na introdução, buscamos realizar uma breve abordagem sobre as concepções de educação que se estabelecem nos movimentos sociais (urbanos e do campo), para isso, utilizamos autores como Ribeiro (2013), Brandão; Borges (2007).

No capítulo I, apresentamos uma contextualização da juventude no tempo até os dias atuais. Procuramos caracterizar a visão de juventude segundo alguns autores conforme eram enxergadas em cada época. Para isso autores como Bourdieu (2003) traz um relato sobre a divisão social que existia na idade média e os interesses envolvidos, mencionando que a divisão, infância, juventude, idade adulta, era atribuída conforme o interesse da época, contudo, a principal intensão era preservar os conhecimentos daqueles a quem eram subjugados incapazes conforme seus próprios julgamentos.

Adiante, Cassab (2010), Levi; Schmitt (1996), Brasil (2007), IBGE (2018), Lopes; Carvalho (2017); MST (2005), caracterizam a juventude a partir do século XVIII, retratando que por muito tempo a juventude brasileira era denominada de rebeldes, improdutivos, que buscavam de todas as formas chamar atenção. Contudo, o que esses jovens almejavam era a sua valorização frente a sociedade como seres que pensam e que podem contribuir para o desenvolvimento do país (CASSAB, 2010).

Autores como Carneiro (2007); Benjamin; Caldart (2000); Arroyo, Fernandes (1999; Souza (2016); Brasil (2007, 2018); Brandão (2006); ITERRA (2007); Senra et al. (2011), entre

outros igualmente importantes, que direcionam a reflexão sobre o campesinato bem como do jovem camponês e sua permanência no campo, relacionando a importância de políticas de incentivos e permanência desses jovens possibilitando a continuidade do campesinato. Abordamos também, a caminhada do movimento camponês, que não se trata de uma luta recente, em vista a conquista de direitos educativos voltados a sua realidade, privilegiando seus saberes e o desenvolvimento de autonomia. Vale ressaltar que no tocante a validação de direitos e acesso a políticas públicas e de educação, os jovens da cidade ainda são os maiores beneficiados (SOUZA, 2016).

No capítulo II, versamos sobre as mudanças climáticas. Procuramos realizar uma contextualização sobre as mudanças climáticas e impactos a nível mundial, os danos decorrentes dessas mudanças, bem como as principais causas envolvidas para desencadear as mudanças climáticas, naturais e antrópicas. Para essas abordagens, utilizaremos as contribuições de autores como Aleixo et al (2010); Jumba (2012); Silva; Paula (2009); Blank (2015) e Name (2014).

Abordamos também as conferências realizadas com o objetivo de discutir medidas e ações para minimizar os impactos ambientais, os danos decorrentes dessas mudanças adotando como base os autores Soares; Higuchi (2006); Brasil (2000; 2013); Leite (2015).

Não obstante, trazemos uma abordagem sobre o Brasil no cenário das mudanças climáticas (item 2.2.2.1). Neste item, é possível perceber as principais legislações criadas com o intuito de direcionar as ações voltadas a melhoria do meio ambiente e das mudanças climáticas. PBMC – IPCC brasileiro (BRASIL, 2010); CMMC (BRASIL, 2013); PNMA (BRASIL, 2017) são importantes contribuições que criaram e norteiam ações de caráter ambiental. Abordamos as principais causas que contribuem para o agravamento das mudanças climáticas e sua relação com as ações antrópicas, de cunho econômico (SOARES; HIGUCHI, 2006).

As mudanças climáticas têm alcançado proporções catastróficas que tem interferido no arranjo natural dos ecossistemas e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população da cidade e do campo. Contudo, os/as Camponeses/as têm sentido os impactos dessas alterações com reflexos diretos nas atividades que desenvolvem no campo pois, juntamente com as mudanças climáticas tem ocorrido a elevação da temperatura, diminuição ou aumento desproporcional no volume de chuvas.

Muitos/as camponeses/as atualmente obtiveram suas propriedades por meio de reforma agrária com a participação em movimentos como MST através de acampamentos e

assentamentos. Essas propriedades destinadas a reforma agrária são provenientes de latifúndios¹ – grandes propriedades pertencentes a um único dono que se encontram em situação irregular que na maioria das vezes, está relacionada ao não cumprimento de sua função social.

Essas propriedades se encontram, em sua maioria, em estados de exaustão. Não se trata de uma distribuição justa pois se trata de áreas degradadas e que carecem de correção, que carecem de recursos que na maioria das vezes os novos proprietários ainda não possuem. Desta forma, autores como Acsegrad, Mello e Bezerra (2009) e Marques, Silva e Hanisch (2013) enfatizam que não se trata de uma distribuição justa e igualitária, que estes se tornam mais susceptíveis as mudanças climáticas e seus impactos. Gonçalves (2009) traz uma abordagem positiva no que tange a adoção de sistemas sustentáveis e que proporcionam melhorias ao microclima do local em que se encontra inserido a exemplo dos sistemas agroecológicos, bastante difundidos entre os/as agricultores/as Camponeses/as.

A distribuição não equitativa da terra e dos recursos naturais faz com que os impactos das mudanças climáticas sejam percebidos de formas diferentes em diferentes esferas da sociedade (MILANEZ; FONSECA (2010). O descaso com o meio ambiente e com ações de combate as mudanças têm sido deixadas de lado (CAMOZZATO; LOUREIRO; SILVA, 2013). Por consequência, essas mudanças têm causado a migração das propriedades aliados a ausência de recursos que ajudem a minimizar seus impactos. A esses fatores em conjunto, acontece o que Leroy (2009); Acsegrad, Mello e Bezerra (2009) denominam de injustiça climática.

No capítulo III desta dissertação, composto pela metodologia de pesquisa utilizada, serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos, caracterização dos sujeitos e o campo da pesquisa. A descrição do campo e dos sujeitos envolvidos, bem como o método abordado na pesquisa e instrumentos de coleta de dados, para esse capítulo, autores como Gil (2019), Fonseca (2002), entre outros embasam os procedimentos adotados.

No capítulo IV, serão apresentados os resultados e discussão, importante etapa desta pesquisa sendo composto pelas contribuições dos sujeitos que tanto enriqueceram este trabalho. Ao final, os leitores encontraram as considerações do trabalho.

As tessituras do meu caminho!

¹ O termo latifúndio, de origem latina, era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral (fonte: dicionário da educação do campo). Faz referência a uma grande propriedade rural geralmente não cultivada e não explorada, portanto representa terras com reduzido aproveitamento econômico, improdutivas. Ou seja, que não exerce a sua função social.

*No silencio de uma noite qualquer lembrei-me de outrora, quando o
preocupar se resumia apenas em: que horas poderei brincar?
Quando apreciava a chuva cair sobre o aconchegante e caloroso colo
da avó e loucamente saia para sujar-me na lama.
Quando o passa tempo favorito era perseguir os vagalumes que me
encantavam os olhos na escuridão da noite.*

*No silencio de uma noite qualquer lembrei-me do balançar na
porteira.
Do tempo em que passava pensando nos problemas de criança, nos
dissabores da adolescência sobre a arvore frondosa.
Ah, velha arvore! Quantas conversas sobre ti.*

*No silencio de uma noite qualquer lembrei-me das inúmeras
travessuras de criança.
De carregar o embornal atravessado ao meu pequeno corpo e de
enchê-lo com aquela linda e branca pluma feito nuvem e depois de
“tanto trabalho”, repousar-me sobre as arvores gigantescas dos
algodoeiros. Sim, essa era uma das minhas brincadeiras favoritas!*

A autora, 2016

Os caminhos que percorri foram tecidos por experiências vivencias entre a cidade, onde residia com minha mãe e irmão, e o sítio dos meus avós paternos, nosso cantinho de refúgio aos finais de semana e nas férias. Filha de mãe solteira e com dois filhos pequenos, a vida nunca foi fácil. Não convivi com meu pai, contudo, meus avós paternos, acima mencionado, eram os donos do meu refúgio favorito, inspiração para os versos que deram início a esta apresentação.

Na cidade, eu tinha o aconchego da minha mãe e frequentava a escola. No sítio, eu tinha a liberdade de ser criança, de correr entre as plantações, subir e descer em arvores, andar entre as vacas e balançar em porteiros, onde de fato, a imaginação ganhava asas. Embora fosse um lugar sagrado, não me pertencia. E o desejo de permanecer no campo sempre se fez presente desde a infância. Eu dizia: “quando crescer, vou estudar para cuidar das plantas e dos animais”.

Já adulta, queria estudar Biologia, entretanto, não havia o curso na minha cidade e me deslocar para outra cidade era inviável naquele momento. Iniciei a graduação em pedagogia, contudo, não era o que me preenchia. Ao final do primeiro semestre, em 2011, fiquei sabendo do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, ofertado pelo IFMT/campus São Vicente, núcleo avançado de Jaciara, e vi neste curso, a possibilidade de aproximação com o meu sonho de infância. Conclui o curso em 2015. No mesmo ano, iniciei a graduação no curso de agronomia.

Em 2017, fiquei sabendo, por meio de um amigo, na época mestrando do programa de Mestrado em Ensino – IFMT/UNIC e membro do Grupo de estudos em Educação Ambiental e

Educação Campesina – GEAC, sobre a inserção do grupo em alguns assentamentos. Fiquei interessada pois era uma forma de me atualizar e voltar a ter contato com o campo e com seus moradores. E assim se deu a minha inserção no grupo de pesquisa.

O grupo de pesquisa composto por acadêmicos de graduação, pós-graduação, mestrado e pós-doutorado. Tem se mostrado muito produtivo e um importante meio de dar visibilidade aos assentados e Camponeses, a exemplo da dissertação de mestrado intitulada “O que nos ensinam os camponeses sobre o clima: Estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Brunetto” e do relatório de Pós-Doc intitulado: “Educação Ambiental Campesina: justiça climática em territórios mato-grossenses”, sendo que este último foi apresentado em evento internacional e também fazendo parte da Rede de Pesquisadores Internacionais em Educação Ambiental e Justiça Climática – REAJA.

Em seguida, o programa de mestrado em Ensino do IFMT lançou edital para nova turma e resolvi me inscrever. Não estava certa se iria passar pois foi a primeira seleção de mestrado que participei e para minha surpresa, fui aprovada! Desta forma, por já estar inserida no grupo de pesquisa, optei por trabalhar com a juventude do assentamento. Eu que cresci no campo e vivia a dicotomia entre viver na cidade e se realizar no campo. E assim, aliado a proposta de educação ambiental e estudo das mudanças climáticas do grupo de pesquisa, optamos, meu orientador e eu, de abordarmos a juventude sobre a perspectiva das mudanças climáticas.

CAPÍTULO I – JUVENTUDE CAMPONESA

*A esperança não murcha, ela não cansa,
Também como ela não sucumbe a crença.
Vão-se sonhos nas asas da descrença,
Voltam sonhos nas asas da esperança.
Muita gente infeliz assim não pensa;
No entanto o mundo é uma ilusão completa,
E não é a esperança por sentença
Esse laço que ao mundo nos manietta?
Mocidade, portanto, ergue o teu grito,
Sirva-te a crença de fanal bendito,
Salve-te a glória no futuro – avança!
E eu, que vivo atrelado ao desalento,
Também espero o fim do meu tormento,
Na voz da morte a me bradar: descansa*

Augusto dos Anjos

1.1 Juventude e juventudes

Falar sobre juventude exige uma multiplicidade de entendimentos e conceitos relativos ao que esta palavra pode expressar. A poesia de Augusto dos Anjos expressa com grande veemência uma característica daquele que é jovem: A Esperança. Em seus versos, a palavra esperança ganha vários significados que podem ser exemplificados pelas características marcantes do ser jovem. A palavra esperança se traduz em algo que é vivaz, que se renova, a esperança possibilita dar asas aos sonhos e acreditar em um futuro melhor e glorioso.

Entretanto, é no verso “Mocidade, portanto, ergue o teu grito” que tomamos como partida, as definições de juventude e mais precisamente a juventude que reside nas comunidades camponesas. Para essa juventude reservemos o verso “Salva-te a glória no futuro – avança!”, na certeza de que em suas mãos encontra-se o futuro do campesinato no Brasil.

Na tentativa de encontrar uma melhor definição para o conceito de juventude, foi possível perceber que não se trata de uma fácil definição. Assim, partimos do princípio da palavra, visto que ela pode se apropriar de uma infinidade de sentidos, como a ideia de si mesmo – como eu me vejo, como expressão de valoração, uma forma de divisão social, entre outros.

Para Bourdieu (2003) juventude se refere tão somente a uma palavra, colocando a juventude como que em um momento onde não há um período certo de transição para a velhice. Segundo ele “é-se sempre velho ou jovem para alguém” (p. 152), sendo que o ser jovem não pode ser mensurado sem tomar como princípio o contexto, a época, a sociedade e cultura a qual nos referimos, justifica “é por isso que os cortes em classes e idades, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações” (p. 152), enfatizando o fato de que, o

termo juventude nada mais é do que uma construção social para dividir o que a própria sociedade caracteriza como juventude e velhice,

O que quero lembrar é muito simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas [...] para saber como se recortam aí as gerações, precisamos conhecer as leis específicas do campo, as paradas em jogo de luta e as divisões que esta luta opera (BOURDIEU, 2003, p. 152 e 153)

Em complemento, o autor menciona que o simples fato de existir a divisão social em idades, por si só, torna-se objeto de manipulação, uma vez que pode ser facilmente interpretado e utilizado conforme os interesses da época. Tal afirmação é justificada pelo fato de que – a depender dos diferentes interesses das classes envolvidas – as variações de juventude mudavam drasticamente ao longo do período. Em seu livro *Questões de Sociologia*, Bourdieu (2003) apresenta uma breve linha do tempo relativa a alguns períodos e conseqüentemente, como a presença dos jovens era vista em cada um dele. No século XVI, por exemplo, o jovem era visto como viril, porém, violento.

Essa associação era proposital uma vez que os mais velhos – ou mais sábios - almejam reservá-los da sabedoria, que era o mesmo que deter o poder. A juventude nos períodos medievais era frequentemente relacionada a desordem, desta forma, ainda no século XVI, o período da juventude também estava associado a irresponsabilidade, essa associação era constantemente atribuída pelos detentores de patrimônios para os jovens nobres que poderiam aspirar a sucessão. Quanto mais próximos ao poder, maiores os atributos dados à idade adulta. Já aos intelectuais, aquilo que de fato os caracterizam como jovem, desaparece.

No que concerne a utilização do termo juventude como meio de impossibilitar a ascensão ou mesmo o acesso às informações que eram importantes e relativas ao poder, Boudieu menciona que,

Essa estrutura, que encontramos também noutros lugares (por exemplo nas relações entre os sexos) lembra que na *divisão* lógica entre os jovens e velhos, está em questão o poder, a divisão (no sentido de partilha) dos poderes. As classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classes...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma *ordem* à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar. (Ibid., p. 152).

Ao adentrarmos nos séculos XVIII e XIX com a presença da industrialização, os jovens passaram a ser dispensados do trabalho podendo desfrutar de sua liberdade, entretanto, essa possibilidade de desfrute não era possível aos jovens de todas as classes sociais, sendo destinadas apenas aos jovens da burguesia.

“Aos filhos dos trabalhadores não era reservado o direito ao não-trabalho. Ao contrário, eram cedo inseridos nas atividades produtivas. A esses jovens, filhos dos operários, precocemente introduzidos no trabalho fabril, restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia” (CASSAB, 2010, p. 153).

No campo, essa realidade não era diferente. Com o advento da revolução industrial, o campo também precisou aumentar a sua demanda produtiva e para isso, a utilização da mão de obra infanto-juvenil passou a ser explorada. Nesse período, muitos/as Camponeses/as se viram obrigados/as a abandonar suas propriedades e/ou as venderem para produtores maiores, uma vez que não conseguiram se adequar as novas tecnologias e se viam engolidos pelos latifúndios que os cercavam. Desta forma, quando não partiam para as cidades em busca de melhorias, permaneciam no campo, entretanto, de proprietários da terra passavam a ser empregados, que englobavam desde as crianças aos adultos da época (LIMA, 2008; CARVALHO, 2010; OLIVEIRA, 2011).

Por outro lado, os jovens burgueses poderiam estudar e se preparar para uma profissão. Nesse período, os jovens passaram então a desfrutar de certos privilégios enquanto se localizavam entre a maturidade biológica e social. Devido a ascensão da industrialização, a escola passou a ser um local de preparação para essa nova realidade e por consequência,

A família, até então lócus principal da educação das crianças e jovens, é paulatinamente substituída pelo estabelecimento escolar, seja em tempo parcial ou em pensionatos. À escola caberia acrescentar a educação aprendida em casa, certa disciplina de trabalho, regras de sociabilidade e civilidade (ibid., p. 151).

As concepções de juventude segundo Levi e Schmitt (1996) corroboram com as concepções de Bourdieu. Para eles o conceito de juventude faz referência a uma construção social, porém de uma forma talvez mais enfática. Situa-se, entretanto entre a infância e a idade adulta sendo caracterizada pela inquietação, desabrochar das faculdades mentais e variações entre insegurança e autonomia. A juventude seria então um período de instabilidade emocional, encontros e desencontros, descobertas, construção de uma identidade com base nas experiências confrontadas e constantemente questionadas.

Ao adentrarmos no século XX, a juventude é tomada como um problema perante a sociedade. Ocorreram, nesta época, “diversas manifestações dos estudantes, movimentos pacifistas, com forte presença de jovens, o movimento hippie, a emergência de uma nova relação com a família de origem” (CASSAB, 2010, p. 157). Nesse momento, emergiu a intervenção das ciências e das políticas públicas na tentativa de sanar com os problemas que aos jovens estavam relacionados.

O que vemos de fato, foi a união de jovens na tentativa de romper com o sistema existente, que lhes reprimia e lhes calavam a voz. Essa opressão, na verdade, é fruto da trajetória histórica em que a juventude foi concebida. Ao passar dos séculos, os jovens não tinham direito a voz restando-lhes apenas o sim para todas as imposições. Se fazer ver e ser ouvido não foi visto com bons olhos por aqueles que viam na juventude, objetos fáceis de manipulação.

Ao observarmos a trajetória histórica e as concepções de juventude atribuída em cada período, é possível perceber que poucas alterações relativas ao conceito do termo foram modificadas. Algumas características proeminentes em cada um desses períodos que se tornam marcantes é o da rebeldia, de inquietação, confusão de ideias e de si mesmo.

As visões positivas foram sufocadas pela ideia negativa do ser jovem enquanto período de transição para a idade adulta. Todas essas características sucumbiram em detrimento aos interesses dos mais velhos. Segundo o documento Juventude e contemporaneidade (BRASIL, 2007) “o velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida” (p. 18).

Outra referência ao termo juventude mencionada no documento Brasil (2007), é a caracterização da sociologia da juventude. Em parte desta sociologia, denominada “sociologia do desvio” é atribuída ao jovem características como daquele que tem dificuldades para integrar-se, resistentes a socialização, “que se desvia em relação a um certo padrão normativo” (p. 18). Essas formas de desvio, contudo, sofrem variações em decorrência de estratificações sociais e culturais a qual esse jovem pertence.

A juventude segundo a maioria dos autores aqui elencados é concebida como um período de transição entre a infância e a fase adulta. São em vários dos períodos supracitados retratados como imaturos, entretanto, também podem ser considerados como agentes de transformação social. Observando o caminhar da história, percebemos que a dificuldade em classificar uma idade específica para a juventude é recorrente. Entretanto, cabe mencionar alguns documentos que podem nortear essas definições com base na idade biológica dos indivíduos.

Para o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os jovens são aquelas pessoas cujas idades estão entre 15 e 29 anos (NETO, 2018). Nas organizações internacionais, os jovens estão situados como pessoas que possuem a idade entre 14 e 29 anos. E a partir de 2002, o MST – Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – passou a atender a categoria

juventude, envolvendo a faixa entre 12 e 21 anos. No entanto, existem várias percepções dentro do Movimento, uma vez que esse conceito é dinâmico (LOPES; CARVALHO, 2017).

Para efeitos legais e estabelecendo uma definição objetiva para a idade equivalente ao termo juventude visando expressar um período de transição da infância a idade adulta, o Estatuto da Juventude (2013) traz em suas definições que, são considerados jovens as pessoas cujo a idade esteja entre quinze (15) e vinte e nove anos (29) anos de idade. Já os adolescentes são aqueles cujas idades então entre quinze (15) e dezoito (18).

Com toda essa complexidade, atribuir uma classificação ao jovem não é algo tão simples quanto se possa parecer. O que marca com veemência a juventude não é o grupo etário a qual pertence, mas o dinamismo em que se encontram os seus valores, estilos de vida. Ao se deparar com todas essas inovações e dinamismo do ser juvenil² que constantemente tem-se estabelecido, emergem-se também novos estudos com o intuito de compreendê-los, pois,

Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação (BRASIL, 2007, p. 25).

Os jovens estão constantemente em transição, em amadurecimento de ideias, encontros e desencontros, descobertas de si mesmo e daquilo que almejam para suas vidas presentes e futuras. A inquietude nessa fase da vida é notória, afinal, as escolhas que fizerem poderão refletir por muito tempo em suas trajetórias.

É por esse dinamismo envolvido nesse público tão rico e complexo que optamos, nesta pesquisa, por deixarmos em aberto as definições e classificações. Entendemos que a necessidade de estudos é continuamente importante, uma vez podem contribuir para mediar a criação de políticas públicas visando atender com especificidade os anseios e necessidades da juventude. A necessidade de se conceber a juventude a partir da perspectiva social atual é proeminente. Logo, o entendimento do dinamismo do ser jovem tem que ser tomado em consonância com suas experiências individuais e coletivas vivenciadas em seu cotidiano, na realidade em que estão inseridos, sejam na cidade, sejam no campo.

² Juvenil: da juventude; próprio da juventude. Fonte: Significado de Juvenil. Dicionário Online, 2019. Disponível em: <<https://dicionario.site/juvenil>>. Acesso em: 19 de Set. de 2019.

1.2 Sujeitos de direitos e permanência no campo

A realidade social dos jovens do campo é repleta de multiplicidades de sentidos, sendo suas vidas fortemente marcadas pelas suas relações sociais, sejam com a família, com a comunidade e os movimentos sociais a que pertencem. As relações que se tramam no cotidiano não deixam de estar interligadas com as tradições vivenciadas pelas famílias, das marcas que se estabelecem pelas lutas que se fizeram históricas e que, portanto, também fazem parte da vida de cada um. Cabral (2014) menciona que são todas essas relações que se estabelecem com o mundo que o cerca, relações com o campo, com a terra, com a natureza, que confere ao camponês a singularidade do ser camponês/a, enfatizando que para se compreender o camponês não se pode separá-lo de sua historicidade.

Encontros de sonhos e objetivos que foram sendo desenhados pelas necessidades e vontades construídas pela realidade que se faz presente (CARNEIRO, 2007), tais anseios são constituídos tratando-se essencialmente dos espaços de vida que se estabelecem e dão sentido as experiências dos jovens do campo e conseqüentemente, a sua inserção na sociedade.

A juventude que reside no campo carece de um olhar que contemple as suas necessidades. Os conhecimentos que por eles são vivenciados são únicos e por vezes ignorados, principalmente quando são inseridos nas escolas urbanas, conforme falaremos posteriormente. Não há como ignorar seus saberes que foram construídos no dia a dia com a interação social entre seus pares e sendo moldados pelas características individuais a cada um.

As suas experiências são dotadas de riquezas e segundo Konder (2008, p. 45) “a experiência nos ensina que em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos)”, possibilitando, portanto, dizer que mesmo quando estão a realizar a tarefa mais simples do cotidiano, estas lhes permitem uma gama de aprendizados enriquecendo seus saberes e compreensões de mundo.

Esta forma de ler e aprender com o mundo e com os seus pares se constitui em um campo de estudo da fenomenologia. Conforme Senra (2014, p. 86), a fenomenologia busca ir ao encontro das relações “com os processos educativos e do mundo ao nosso redor tornando-se assim um aprender significativo e emancipatório”. Aprender este que fortalece o sentimento de pertença e, conseqüentemente, o desejo de permanecer no campo favorecendo o engajamento em lutas bem como a inserção em movimentos sociais, a exemplo do MST, com o intuito de fortalecer as reivindicações necessárias para melhoria do meio em que vivem.

Dentre essas necessidades, se faz presente a de incorporação de políticas públicas aos assentamentos, políticas que estimulem a permanência dos jovens no campo, que visem a sua formação integral enquanto ser social e intelectual garantindo seus direitos de Camponeses/as. Souza (2016) menciona que a falta de incentivos a permanência no campo contribui para a evasão da juventude, que em busca de realizar os sonhos que teceram, esbarram-se no dilema de permanecer no campo ou de irem para as cidades em busca de torna-los possíveis, seduzidos pela falsa ideia de que nas cidades, as oportunidades lhes serão melhores.

Essa dicotomia muitas vezes dificultam a permanência desses jovens no campo, entretanto, existe uma demanda de lutas específicas no que concerne a permanência no campo e, além disso, eles, os jovens, “são parte da família que trabalha no campo [...] sendo que, eles são os verdadeiros herdeiros do trabalho na terra, aqueles que permanecerão nela sucedendo seus pais” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 143).

Outro motivo que leva a saída dos jovens do campo é a busca pela formação escolar. Essa rotina começa, nessas localidades, ainda na infância e se estende até a conclusão do ensino superior (SOUZA, 2016). Sendo assim, se faz necessário que os/as Camponeses/as aliados aos movimentos sociais se unam para que ocorra a constituição de “um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem no processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos do seu próprio destino, de sua própria história” (BENJAMIM; CALDART 2000, p. 80), pois, a presença de uma escola no campo pensada para os/as Camponeses/as abre possibilidades da permanência da juventude e - para além da permanência - as possibilidades de descobertas e aprendizados sobre a constituição de suas realidades com base em lutas históricas de valorização de seus saberes, da sua forma de trabalho, de viver e gerir as atividades que desenvolvem no campo.

Neste sentido, a educação do campo, também tratada como educação rural pela legislação brasileira, não acontece somente nos espaços escolares rurais. Esta, por sua vez, busca a interação com todos os espaços relacionados ao campo e que fazem parte da vida e do cotidiano dos moradores do campo. Sendo assim, a educação do campo,

Tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2012, p. 07-08).

A não oferta de uma educação de qualidade para a juventude do campo, que contemple e privilegie os seus saberes, tende a se tornar uma educação de exclusão e não de inclusão. Serem forçados a saírem de suas realidades rumo a uma imersão de anos em uma realidade que por vezes não contempla os seus saberes, mas que os fazem passar despercebidos.

As experiências que são oferecidas aos jovens em uma escola que não contemple e valorize as suas realidades – escola urbana – perdem o sentido quando não os envolvem em sua plenitude. Neste sentido, Arroyo e Fernandes (1999) ressaltam a importância da construção do conhecimento sendo alinhavado ao cotidiano.

Os processos educativos passam pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano tem ao longo de sua vida. É a experiência que nos marca a todos é a experiência do trabalho, da produção, o ato produtivo que nos produz como pessoas. O ser humano não produz apenas alimentos, roupas, ele se produz na medida em que produz (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 21).

É por pensar a educação em suas diferentes formas que existe a necessidade de uma escola organizada para os/as educandos/as que residem no campo, onde a informalidade do aprender se relaciona com os saberes direcionados e pensados a uma finalidade específica. A superação das desigualdades no âmbito educacional ainda é uma luta árdua aos moradores do campo, a garantia de uma educação que assegure permanência dos jovens no campo ainda é uma conquista a ser alcançada e diante do cenário atual, em longo prazo (SOUZA, 2016).

Ainda segundo o autor, as políticas públicas existentes “geralmente estão preocupadas com a superpopulação urbana que é causada em boa parte pelo êxodo rural e não, efetivamente preocupadas, com a qualidade de vida das populações rurais” (SOUZA, 2016, p. 72). Desta forma, a juventude inserida no campo possui grande importância, pois somam forças para aprovação e concretização de políticas públicas que favoreçam seus interesses. É por meio dessa inserção nas lutas que a juventude vai então construindo sua identidade, mostrando sua força e se estabelecendo como seres que desejam por ações transformadoras da realidade em que se encontram.

São as observações e as experiências reflexivas que moldam a identidade de uma pessoa, sendo que estes processos ocorrem também no meio social em que vive, logo, o engajamento desses jovens nas lutas contribuem para que de fato, tenham suas identidades firmadas, e mais que isso desenvolva uma identidade crítica e questionadora (VIANA, 2009).

O percentual de jovens no campo ainda está baixo. A população do campo em relação a jovens abaixo de 30 anos é composta por apenas 5,5 % sendo que a maior concentração referente a idade está entre 30 e 60 anos representando um total de 60,2 % (BRASIL, 2018).

Com base nesses dados, é possível perceber que a busca por medidas que viabilizem a permanência desses jovens no campo se faz necessário e a oferta de uma educação de qualidade é uma forma de estimular a resistência às lutas pela preservação de sua identidade e o fortalecimento do campesinato.

Para o acesso à Educação Básica ainda é possível contar com escolas e transportes ainda que em condições deficitárias. Entretanto, para os jovens do campo que desejam dar continuidade a sua formação educacional as dificuldades são ainda maiores. Souza (2016) diz que os mais beneficiados com os programas de incentivos a juventude ainda são os jovens urbanos, logo, a juventude Camponesa ainda tem muito pelo que lutar e avançar rumo a oportunidades igualitárias.

Os jovens participam de programas de qualificação, entretanto, necessitam de recursos financeiros para investirem na produção em suas propriedades, adquirirem insumos básicos e recursos para lidarem com possíveis alterações climáticas como veranicos muito longos, o que necessitaria, por exemplo, de recursos para irrigação (SOUZA, 2016).

A ausência de renda está entre os fatores que tem desmotivado a permanência dos jovens no campo. As atividades que as famílias desenvolvem na maioria das vezes são suficientes para a subsistência, entretanto, “a maior dificuldade para se produzir (e viver exclusivamente do sítio) é a falta de recursos e investimentos públicos para o setor” (SENRA; MEDEIROS, 2019), que tem se constituído em um fator limitante de aumento da produção o que diminui as perspectivas de aumento de renda.

As opções mais recorrentes é buscar emprego nas propriedades maiores que os circunvizinham ou ir para as cidades em busca de novas oportunidades. É justo elencar que várias podem ser as razões que levam os jovens ao êxodo do campo, inclusive a não identificação com eles, as promessas promissoras da urbanização, possibilidades de ascensão nos aspectos profissionais e pessoais, entre outros. “A realidade deve ser analisada nos seus diversos aspectos contraditórios, onde as aparências não sejam o fim, mas o começo do caminho para a essência dos fenômenos, para esclarecermos todas as dimensões do fenômeno” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2016, p. 2010).

Importante mencionar que para os movimentos sociais do campo e em especial o MST, a relação de trabalho está diretamente relacionada com a existência do ser pois, é através do trabalho que o ser humano modifica o meio em que está inserido possibilitando sua existência e, ao mesmo tempo, fortalecendo suas relações sociais. Por sua vez, a relação de emprego

refere-se a uma construção histórica onde a mão de obra é vendida com a finalidade de obtenção de renda viabilizando também o consumo (AMORIM; DOURADO; BISPO, 2011, p. 2).

Assim, podemos entender que em todos os assentamentos existe a oferta de trabalho, uma vez que é preciso desenvolver várias atividades com a finalidade de cuidar e produzir nos sítios, trabalhando a terra e utilizando os recursos que a natureza disponibiliza, entretanto, em muitos assentamentos os/as assentados/as não conseguem obter exclusivamente dos sítios a renda necessária para sobreviverem, principalmente em assentamentos recentes.

Desta forma, as causas de evasão dos jovens do campo são inúmeras e várias podem ser listadas com maior frequência. Entre as principais causas podemos citar a ausência de emprego e renda, necessidade de auxílio financeiro à suas famílias e formação acadêmica. Muitos jovens vislumbram na cidade a “possibilidade de ganhar mais dinheiro e ter uma vida melhor”, pois, “Sobreviver apenas da agricultura familiar e levar a vida sofrida dos pais é uma grande preocupação dos jovens assentados” (SANTOS, 2009, p. 85,86).

Menezes, Stropasolas e Barcelos (2014) ressaltam que a necessidade de fortalecimento do campo é eminente, o êxodo dos jovens tem crescido gradativamente sendo motivado tanto pelo modelo de desenvolvimento em curso, como também pela ausência do olhar do estado como indutor e promotor das políticas para este segmento migrante. Segundo a autora “há uma perspectiva de migração juvenil de 81 mil jovens por ano para os próximos anos” (p. 48), apesar dos investimentos e programas que tem se estabelecido nesse setor.

Oliveira, Rabello e Feliciano (2010) ao realizarem um estudo cuja finalidade era descobrir as principais causas que levavam os jovens a deixarem seus respectivos lares no campo e migrarem para os centros urbanos, foi possível observar que, à medida que os jovens iam tecendo sonhos e objetivos passavam a encarar os centros urbanos como os locais mais imediatos de suas realizações, a cidade se torna então, nesse contexto, como a “aparente saída” mais viável do campo.

A realidade esperada, porém, pode ser destoante da realidade real, que efetivamente os esperam, o que poderia ocasionar frustrações e segregações. A falsa ideia de que é somente na cidade que se é possível alcançar grandes voos é um paradigma a ser rompido pelos jovens, a desqualificação associada ao Camponês, ao trabalhador rural, aos moradores do campo que dão a estes povos uma imagem de atraso precisa ser rompida (CARNEIRO, 2007).

Há muito que ser superado no que concerne aos povos Camponeses, especialmente à permanência da juventude no campo. A saída em busca de empregos aliados a necessidade de

realização pessoal que estes carregam consigo, torna-se porta de entrada para que o êxodo dos jovens seja cada vez mais recorrente.

Diante desta necessidade de emprego, torna-se importante superar essa deficiência havendo, portanto, necessidade de atentar-se para a juventude que faz parte da agricultura Camponesa e também para “os jovens assalariados sazonais, que saem das suas terras e ficam até nove meses trabalhando fora, os quais não possuem suporte de políticas públicas nem no seu local de origem, nem no local onde trabalham” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 48), ficando muitas vezes à mercê da própria sorte e sem as mínimas condições de subsistência.

A necessidade de auto realização no momento de transição entre adolescência e juventude torna-se cada vez mais fluente e o tempo para os jovens, passa por deveras depressa não havendo no próprio tempo o tempo para espera de situações favoráveis. Aliado a esse tempo que já caminha depressa demais estão a influência das mídias imediatistas onde o momento para reflexão se torna cada vez mais escasso e as tomadas de decisões são realizadas a luz do desespero. E são justamente pela ausência do pensar criticamente que muitos jovens se veem extasiados pela vida nos grandes centros urbanos, neste momento de suas vidas a “definição de tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal” (BRASIL, 2007, p. 34)

Os dilemas vividos pelos/as jovens são diversos, as dúvidas sobre ir ou ficar, a decisão de qual o momento certo para agir frente a determinadas situações, como avançar sem perder o elo com aquilo que o constituiu além das incertezas daquilo que poderão encontrar pelo caminho. Esses dilemas fazem com que o público jovem, aliado as suas condições e influencias culturais e biológicas, tornem-se o grupo mais diretamente exposto, o grupo mais visível para a sociedade, e por que não dizer, o grupo mais vulnerável, dada a sua trajetória histórico-social. É neste momento de transição entre adolescência e vida adulta,

Que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial” (BRASIL, 2007, p. 34).

A adolescência abre para um momento de grande importância para a vida dos jovens do campo, nesse momento de transição, os jovens passam a perceber uma gama de possibilidades antes não perceptíveis onde os limites abrem precedentes para as oportunidades,

A adolescência é a idade em que a orientação para o futuro prevalece e o futuro é percebido como apresentando maior número de possibilidades. Uma perspectiva temporal aberta corresponde a uma forte orientação para a auto realização, resistência contra qualquer determinação externa dos projetos de vida e desejo de uma certa variabilidade e reversibilidade de escolha. Em comparação com o passado, a tendência aponta no sentido de uma redução dos limites da memória e de se considerar o passado como fator limitativo, acima de tudo (BRASIL, 2007, p. 35).

Dado esse momento de euforia que a transição adolescência-juventude estabelece, a importância da inclusão destes em programas que promovam a sua valorização em relação a vida no campo se faz de grande importância. A compreensão da riqueza da vida no campo não pode passar despercebida aos seus olhos. Esses jovens precisam tomar posse do sentido da terra e de sua importância para com a terra, compreender que o futuro do campesinato está em suas mãos, que a juventude de hoje serão os responsáveis pelo futuro do campo amanhã e de todas as riquezas que do campo chegam às cidades. Compreender que não há cidade que se sustente sem as comunidades Camponesas, é uma importante ferramenta para que a juventude olhe para o campo com outros olhares e se reconheçam como sujeitos Camponeses.

1.3 Os movimentos sociais e a constituição de escolas do campo: possibilidades de garantia à permanência dos jovens no campo

As lutas pelas famílias Camponesas por políticas públicas que assegurem seus direitos a educação no campo e do campo é constante. Benjamin e Caldart (2000) exemplificam que ao se referir a escola do campo, o “Do” refere-se ao povo, a uma educação que contemple seus saberes, sua cultura, seus costumes, suas necessidades individuais e sociais. Para eles “No”, entretanto, faz referência ao local em que o processo acontece.

Ou seja, a educação no campo é aquela que acontece, ou deveria acontecer, no local em que os moradores vivem, em que o currículo e o projeto político pedagógico da escola contemplem a realidade dos/as educandos/as ao qual se destinam. Por outro lado, ao analisarmos o termo “Do” campo, pode se referir a unidades escolares destinadas ao atendimento predominantemente das populações do campo, podendo estarem situadas na zona rural ou na zona urbana (MATO GROSSO, 2013).

Embora muitas comunidades rurais ainda não possuam uma escola para atender os/as educandos/as com conteúdo pensado para o seu cotidiano e suas vivências e experiências, a educação do campo já acontece, seja com os movimentos sociais, suas lutas, suas ações por

buscas e melhorias para os trabalhadores rurais, seja no coletivo, com troca de experiências nas vivências em grupo onde o ensinar e aprender é constante (ARROYO; FERNANDES, 1999; BRANDÃO, 2006). A falta de uma escola no campo faz com que os/as educandos/as tenham que se deslocar para as escolas urbanas com a finalidade de continuarem o acesso à educação básica a fim de não perderem o ano letivo, o que poderia ocasionar em defasagem na aprendizagem. Entretanto, nessa busca pela educação básica, se deparam com diversas dificuldades, como transporte dependente de vias com acessos prejudicadas.

O Censo Escolar da Educação Básica (2016) aponta que das escolas presentes no campo as áreas de assentamento são as que possuem maiores quantidades de unidades educacionais chegando a um total de 4,5 mil escolas nessas localidades, além disso 2,4 mil estão localizadas em áreas remanescentes de quilombos e 3,1 mil em terras indígenas. Entretanto, as escolas rurais que resistem em sua permanência contam com situações deficitárias como falta de energia elétrica, deficiência nos esgotos sanitários e em abastecimento de água (BRASIL, 2017). Esses dados demonstram que não basta somente a implantação de escolas no campo, faz-se necessário que estas tenham suporte e condições que viabilizem a permanência dos/as educandos/as favorecendo a aprendizagem.

Outro fator também presente nesse processo educativo é a ausência de um currículo escolar pensado para atender as especificidades do campo. Quando os/as educandos/as Camponeses/as são direcionadas as escolas das cidades, fazem uso do currículo pensado para aquele contexto. Arroyo e Fernandes (1999, p. 23) demonstram várias preocupações quanto ao currículo urbano no que tange também a educação dos/as educandos/as do campo, eles então fazem a seguinte indagação “como vincular o cotidiano da escola, a prática escolar com essas matrizes culturais e essa dinâmica do campo? ”, complementa demonstrando certa preocupação as adaptações a fim de incorporar estes/as educandos/as ao contexto escolar urbano.

O processo na busca por uma educação de qualidade para os jovens do campo ainda é longo, sendo necessários esforços e empenhos tanto dos moradores e trabalhadores, quanto das políticas públicas e de todos que anseiam por uma educação de qualidade e igualitária para todos, que, segundo Benjamim e Caldart (2000, p. 08) “ajudem no processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história”.

Educação igualitária é aquela em que além de possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos para todos, também contemple os diferentes saberes dos/as educandos/as ao qual se destinam. Um educando/a da cidade merece ter uma escola com um currículo organizado de

forma a contemplar os seus saberes e prepará-lo para ser um indivíduo autônomo levando-o a tomadas de decisões baseada em seus conhecimentos e autonomia no meio em que vive. O mesmo deve ocorrer para o educando do campo.

Uma escola urbana que não possui um currículo flexível de modo a receber esses/as educandos/as tende a fomentar as desigualdades: desigualdades de saberes, de conhecimentos, de formas de aprendizagem, desconsiderando os conhecimentos trazidos com eles, adquiridos no seu dia a dia, nas atividades que desenvolve, nos diálogos que se tramam no convívio com os seus pares.

O Censo Escolar da Educação Básica 2016, aponta que a zona rural conta com 33,9% das escolas brasileiras sendo que 7,2% dessas escolas estavam em funcionamento com a presença de um único docente (BRASIL, 2017), quantidade insuficiente para atender a demanda de alunos/as do campo. Entretanto, se faz necessário uma análise minuciosa sobre essas escolas, as concepções expressas em seus currículos, intencionalidades e significações, o público atendido, entre outras informações.

Outra situação preocupante no que concerne as possibilidades de educação para os povos do campo são os fechamentos de escolas. Fazendo uso de diversas justificativas como baixo índice de educandos/as matriculados/as, custos onerosos para manutenção destas escolas, e que os direcionando para outras escolas, poderiam ser ofertadas melhores qualidades de ensino (PEREGRINO, 2018), as escolas são fechadas e os/as educandos/as são direcionados para escolas próximas rurais ou não.

Entretanto, essas justificativas nem sempre são verdadeiras e relevantes, pois a transferência de educandos/as para outras escolas acarreta superlotação das salas diminuindo a qualidade de ensino, não por falta da capacitação do professor, mas devido as dificuldades em atender a todos de acordo com suas necessidades. Além disso, esses/as educandos/as também se deparam com outras dificuldades como a necessidade de utilização de transporte e estradas muitas vezes deficitários para irem à escola (SANTOS, 2017).

O MST reconhece a importância de escolas e da oferta de estudos para os moradores rurais sejam eles assentados ou ainda em processo de acampamento, pois em seus objetivos ressaltam a importância de combates as discriminações sociais e da busca por igualdade de participações entre os envolvidos sejam eles homens, mulheres, dos/as mais jovens aos/as mais idosos/as. Além disso, incentivam a busca permanente por justiça social e igualdade por direitos culturais e sociais, políticos e econômicos (MST, 2016, p. 12).

As experiências educativas dos/as Camponeses/as não são recentes. Essa marcha acontece desde os anos de 1960, entretanto, os movimentos Camponeses não se utilizavam do termo educação do campo propriamente, sendo que as práticas desenvolvidas dentro dos movimentos estavam repletas de sentidos voltados a educação popular. Desta forma, “o movimento Por uma Educação Básica do Campo marca conceitualmente esse termo que surge principalmente das experiências dos povos do campo, principalmente das experiências educativas do MST desde a década de 1980” (SENRA et al., 2017, p. 607).

Benjamin e Caldart (2000, p. 28) mencionam que “as primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento, aos poucos as crianças vão tomando também lugar”, reafirmando os princípios do MST de que a luta é para todos e por todos, visando garantir o direito a terra e a educação de forma justa e a serviço de toda a sociedade.

Os movimentos sociais do campo juntamente com organizações populares voltadas a este setor tiveram um crescente aumento a partir da década de 80. Os movimentos sociais do campo contribuem para que a realidade social do campo seja vista e ouvida, exercendo papéis importantes com significativas contribuições para que as transformações aconteçam. Segundo Gohn,

Na atualidade, os principais movimentos no campo são: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra, a Via Campesina (seção Brasil), o MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores (...). Dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, o mais expressivo é o MST. (GOHN, 2010, p. 143).

Visando o reconhecimento de seus saberes e implantações de políticas públicas que favoreçam os/as Camponeses/as, movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, encontram-se atuantes nessa causa. Ainda é preciso muita luta para que as leis que estabelecem os direitos de todos e de forma igualitária efetivamente aconteçam para que a sociedade deixe de ser apenas meros cumpridores de regras já estabelecidas passando a ter vez e voz representativa. (BRANDÃO, 2006)

Importante para a compreensão da formação dos jovens do campo é entender como esse processo educativo acontece. Não há escolas em todas as comunidades Camponesas, por isso, a busca pela implantação dessas unidades que facilitem o acesso dos/as jovens educandos/as à educação é necessária, sendo que os maiores atuantes na luta pela implantação de escolas

voltadas para o atendimento da juventude do campo são os movimentos sociais do campo, como o MST.

Os movimentos sociais do campo que atuam em conjunto com as comunidades Camponesas estão constantemente em ação na busca pela implantação de escolas que promovam o acesso dos/as educandos/as do campo com o intuito de lhes oferecer uma educação que contemple seus saberes sem que percam o vínculo que possuem com a terra.

Entre os principais movimentos do campo, merece destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que ao longo dos anos tem ganhado muitos adeptos, pessoas que não satisfeitas com a organização atual do sistema agrário decidiram que, somente por meio de lutas se é possível uma mudança de cenário que também beneficie as minorias. Segundo Caldart (2001, p. 1), o papel do MST é o de “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores”, onde todos possam se beneficiar de uma distribuição mais igualitária que possibilite a melhoria da qualidade de vida.

Além de estar engajado na luta pela reforma agrária, o MST também tem se preocupado com a educação dos/as Camponeses/as sendo responsável pela constituição de “uma vasta rede de escolas, na sua maioria públicas, que se localizam em áreas de influência do MST ou sob sua coordenação. Existem em suas áreas (assentamentos e acampamentos) cerca de duas mil escolas” (VENDRAMINI; MACHADO, 2011, p. 43). Além disso, o MST tem constantemente procurado incluir a educação em sua agenda de trabalho possuindo um modelo de educação próprio para ser desenvolvido tanto nas escolas presentes nos assentamentos quanto nas escolas de formação de suas lideranças (GOHN, 2010).

Ainda segundo os autores supracitados, o MST tem se esforçado para garantir que os/as Camponeses/as tenham acesso à educação e aperfeiçoamento e para isso tem lutado pela implantação de escolas que vão desde a educação infantil, passando pela EJA – Educação de Jovens e adultos até as universidades. Há aproximadamente 300 mil pessoas que estudam nos espaços educativos ofertados pelo MST, sendo que na EJA o número de alunos está em torno de 10 mil. Vendramini, Machado (2011, p. 44) salientam que o MST “trata-se de um movimento social do campo que tem investido boa parte de seus esforços nas questões educacionais e, mais precisamente, escolares”.

Dentro desse cenário, a juventude tem o seu espaço, o MST reconhece a importância dos jovens nos assentamentos e acampamentos, a valorização do humano é o foco principal dentro de suas políticas de construção e o jovem tem um lugar importante dentro deste contexto.

A formação na EJA tem sido constantemente aprimorada, a constituição de escolas de nível médio e centros de educação superior tem garantido a permanência dos jovens no campo, que aos poucos vão construindo experiências próprias que possibilitam sua incorporação ao movimento.

À medida que as turmas vão se constituindo, educadoras e educadores vão se envolvendo no processo, desenvolvendo práticas e teorias que dão novo sentido ao processo educativo estabelecido. Cursos de capacitações são constantemente ofertados aos jovens possibilitando enriquecimento de saberes por meio de experiências (ITERRA, 2007).

As propostas de reforma agrária do MST além de assentar-se em pilares como a democratização do acesso a terra, o desenvolvimento e ampliação de agroindústrias locais, mudanças nos modelos tecnológicos agrícolas no Brasil, também se assentam no pilar educação, em todos os níveis e não somente na alfabetização, ressaltando “principalmente o conhecimento tecnológico local, a formação dos jovens como técnicos etc.” (GOHN, 2010, p. 147).

Desta forma, todas as propostas se alinham formando um sólido alicerce que visa não somente a formação, mas também o desenvolvimento de empregos voltados aos moradores do campo. O desenvolvimento de agroindústrias locais, por exemplo, além de favorecer e incentivar a produção Camponesa possibilita a inserção dos/as jovens recém-formados/as ou em formação no mercado de trabalho, possibilitando a redução da evasão da juventude Camponesa para os grandes centros urbanos em busca de se inserirem no mercado de trabalho. É valorização e incentivo em forma de emprego no campo.

A escola, segundo a proposta do MST é pensada para atender o educando na sua integralidade. Para o MST a escola não é lugar de aprendizagem apenas teórico, mas um lugar de estudo e trabalho, não um trabalho qualquer, simbólico, mas um trabalho socialmente útil, expressão das relações que cercam o educando. Esse trabalho realizado em consonância com a teoria não ocorre de forma fragmentado, mas em perfeita harmonia associando a teoria e a prática, a técnica e a ciência (VENDRAMINI; MACHADO, 2011). A formação que se busca para o ser humano é aquela integral e complexa e não somente cognitiva.

Caldart (2001) menciona que o amplo desenvolvimento do ser humano é uma preocupação e proposta dentro da pedagogia educativa do MST, pois visa que os sujeitos se tornem críticos e reflexivos diante de cada situação.

Sem isso, os novos sujeitos sociais não conseguirão se tornar sujeitos políticos, capazes de efetivamente fazer diferença no desenrolar da luta de classes, e na

reconstrução de nosso projeto de humanidade. Não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos (CALDART, 2001, p. 2015).

O modelo de sociedade atual mudou, o modelo de juventude também, com os jovens do campo, essa transformação não é diferente. O que antes era considerado como transmissão básica de conhecimentos e regras passaram por redefinições. Os padrões de sociedade são outros, os modelos tradicionais de ensino também precisam ser superados visando a inclusão dessa diversidade emergente e não menos humana.

Nesse sentido de inclusão, junto aos movimentos sociais do campo emergem-se também os movimentos dos/as jovens que, não menos obstantes, conferem a este público uma identidade que transcende a parâmetros pré-estabelecidos englobando-se os fatores biológicos, sociais e temporais como a idade (GOHN, 2010). Uma expressão marcante entre o público jovem vem por meio da cultura, entre elas, a utilização da música.

Com esse dinamismo tão peculiar atribuído aos/as jovens, o estar no campo também precisa ser dinâmico e envolvente desde a educação escolar que recebem aos afazeres que desenvolvem no seu cotidiano. A juventude Camponesa tem brotado como um ator político e atuante no interior dos movimentos sociais do campo, cujo efeito é a construção de suas novas identidades e novas relações com a terra. Atualmente, para além da imagem de jovem camponês isolado, os jovens se asseguram como pessoas que batalham por terra e por seus direitos em conversação com outros e com o mundo (LOPES; CARVALHO, 2017).

Nesse processo de construção de identidades e interação com seus pares nos espaços que residem os jovens vão construindo uma identificação característica dentro da perspectiva da apropriação do espaço, essa apropriação ocorre a partir da interação da pessoa com o lugar, carregando o ambiente de sentidos, de forma que este passa a constituir-se em elemento representativo de sua identidade social e individual.

Daí surge o sentimento de pertencer ao ambiente, o que por consequência confere-lhe satisfação por viver nele. Ao se identificar com o lugar, o sujeito passa a desenvolver o sentimento de pertença a ele, ou seja, como se o lugar fizesse parte dele, de forma que a satisfação esteja presente por viver nele (SILVA; ALMEIDA; FERREIRA, 2011).

O elemento mais forte de identificação dos trabalhadores rurais é a terra, pois é nela que se produz, trabalha, vive e morre. Será a partir desse pertencimento que os indivíduos se enraízam, construindo sua identidade (...) esse local de pertencimento, simbolizando um lugar de identidade existencial, promove outros sentidos para a vida, como também novas organizações sociais e políticas, para além da história de

deslocamentos dos sujeitos, devido à expropriação e exploração constante. (LOPES; CARVALHO, 2017, p. 6).

O sentimento de pertencer está intimamente relacionado a permanência do jovem no campo, pois, é a partir deste sentimento que o desejo de permanência se aprofunda e solidifica. Se não há relação íntima com o ambiente no qual o indivíduo se faz presente, a partida certamente será menos questionada podendo ocorrer com uma maior facilidade. Nesse sentido, a apropriação das experiências vivenciadas no meio social, mais precisamente no campo são mecanismos fundamentais que agem como mediadores da permanência do jovem no campo levando-os a serem agentes transformadores do ambiente em que se encontram.

Para Silva, Almeida e Ferreira (2011), “A apropriação da cultura acontece de forma transformadora: o homem transforma as atividades externas ao seu organismo e as interações com o outro em atividades internas e intrapsicológicas” (p. 221), o que significa dizer que as relações que se criam com o ambiente e com as pessoas que se fazem envolver estão intrinsecamente relacionadas a transformação pessoal do indivíduo. A relação com o campo, com a cultura nele presente leva o indivíduo a se reinventar, colocando-se como sujeito que pertence e que, portanto, também é responsável por sua transformação.

1.4 Juventude Camponesa: políticas de desenvolvimento e incentivos a permanência dos/as jovens Camponeses/as

A continuidade do campesinato, mais precisamente da agricultura familiar camponesa tem seu desenvolvimento cada vez mais dependente da juventude. Entretanto, a escassez de subsídios do governo tem estado entre as principais dificuldades encontradas pelos/as novos/as Camponeses/as. O acesso a financiamento também tende a ser mais burocrático devido à ausência de garantias de pagamentos considerados necessários, principalmente em assentamentos estabelecidos recentemente.

Essa realidade é algo preocupante uma vez que a escassez de recursos é fator limitante ao início de produção e de renda e, conseqüentemente, a estimulação da permanência dos jovens no campo. Assim, o papel das políticas públicas no cenário rural, mais precisamente voltados ao incentivo e desenvolvimento econômico são de fundamental importância propiciando aos/as agricultores/as e jovens camponeses/as seu amplo desenvolvimento garantindo-os a soberania alimentar e o favorecimento de um sistema produtivo cada vez mais sustentável. Tal

preocupação é explicitada no documento Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil, onde a questão dos jovens é vista de forma enfática,

É central que os jovens, que assim desejarem, possam permanecer no campo e nas florestas, em condições dignas e com oportunidades equivalentes às dos jovens dos centros urbanos. Para avançarmos para um Brasil cada vez mais justo e inclusivo, precisamos fortalecer o protagonismo da juventude. O empoderamento do segmento deve estar acompanhado sempre de mais democracia, avançando na participação social como método de governo (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 15-16).

O empoderamento, neste sentido, faz relação com a apropriação e autovalorização enquanto sujeito do campo e que como tal, tem os mesmos direitos de reconhecimentos e participações perante a sociedade, devendo ser assistidos de forma igualitária. E para que esse reconhecimento aconteça, a inserção em discussões e debates que podem direcionar suas realidades é primordial, pois reconhecem suas necessidades, as falhas nas políticas que os amparam bem como os principais pontos de melhorias e assistências.

A falta de políticas públicas voltadas ao setor rural bem como a precariedade em que muitas famílias se encontram perpetuam a imagem de um rural visto como atrasado. A esses fatores, associam-se as condições socioeconômicas que levam os jovens dos assentamentos a reprodução das atividades desenvolvidas por seus pais deixando de ver no campo, possibilidades de crescimento. Em vista a superação dessa visão desanimadora dos jovens em relação ao rural, vários são os estudos que almejam abordar essa tendência migratória do jovem rural para os meios urbanos, destacando-se “nesses estudos como questão convergente o reconhecimento da juventude como seguimento estratégico no desenvolvimento rural” (SANTOS, 2009, p. 47).

Cabe aqui ressaltar a filosofia de desenvolvimento sustentável que constantemente tem-se multiplicado entre os/as agricultores/as Camponeses/as, estando também presente na filosofia de cultivar a terra expressa pelos assentamentos oriundos de reformas agrárias, mais precisamente, do MST que apresenta, como proposta dentro do seu programa de reforma agrária, os objetivos como “assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo o povo brasileiro e para as necessidades de outros povos” (MST, 2016, p. 15). A realidade das transformações ambientais ocorrentes atualmente direciona para essa visão, as famílias Camponesas reconhecem sua importância e os incentivos para que esta forma de produzir sustentavelmente seja adotada.

Assim sendo, a imagem do jovem é elencada como meio ativo do crescimento e expansão desse cenário no campo, mais precisamente nos assentamentos destacando-se a importância da visão de desenvolvimento e produção sustentável e o valor desta filosofia para a melhoria das condições ambientais.

É preciso que a visão sobre o seguimento da juventude Camponesa seja ampliada por se tratar de um grupo estratégico para o desenvolvimento da sustentabilidade no Brasil. Para tanto, busca o envolvimento não somente da agricultura familiar Camponesa e tradicionais, mas também o envolvimento da juventude assalariada, indígenas, quilombolas, entre outros, e afirma que “se não conseguirmos reconhecer essa diversidade, tanto na juventude brasileira quanto no campo, as políticas mais globais não atingirão os segmentos mais invisibilizados da juventude, que sofrem um conjunto de impactos no seu cotidiano” (MENEZES; STROPAOLAS; BARCELOS, 2014, p. 47).

Outra preocupação não menos importante e que busca a superação do êxodo dos jovens do campo está relacionada ao envelhecimento da população rural. Desta forma, a dissociação do jovem do cenário do campo está cada vez mais impossível de ser feita. Segundo dados do Censo Agropecuário (MAPA, 2018), as pessoas com mais de 60 anos correspondem a 34,3% dos moradores de áreas rurais.

Para os moradores do campo cuja idade está entre 30 e 60 anos o representativo citado pelo censo está na casa de 60,2. Em relação a presença dos mais jovens com idade menor que 30 anos o Censo apontou que representam cerca de 5,5% da população rural. Desse total, 81,3% correspondem a moradores do sexo masculino para 18,7% do sexo feminino.

A redução da juventude do campo tem aumentado, devendo este quadro ser revertido uma vez que as atividades Camponesas precisam ter continuidade. Em vista a superação desta diminuição e visando promover a continuidade da agricultura Camponesa familiar, Menezes, Stropasolas e Barcelos (2014), destaca uma série de fatores a serem desenvolvidos com o objetivo de contribuir para a permanência da juventude no campo, os pontos por ela elencados vão desde recursos financeiros ao desenvolvimento de políticas agrárias,

Além do desenvolvimento e da difusão de tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável exige mudanças nas agendas das pesquisas, bem como políticas agrárias e sistemas econômicos abrangendo mercados abertos e preços e, ainda, incentivos governamentais. Permitindo ao jovem qualificar-se e permanecer no meio rural, com perspectivas de ter as condições adequadas e dignas para que possam tirar seu sustento socioeconômico e um projeto autônomo de vida (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 161).

Segundo os autores supracitados, os incentivos voltados a permanência do jovem no campo perpassam pela constituição de políticas públicas específicas voltadas a juventude rural com metodologias diferenciadas. A criação de um número maior de escolas do campo também é citada pelos autores como meio de permanência da juventude Camponesa, escolas para todos os níveis de escolaridade, especialmente para os níveis superiores. Além disso, percebe-se a importância da ampliação e qualificação dos orçamentos voltados a programas de educação do campo como a promoção de ações que “tornem o currículo das escolas do campo comprometido com o fortalecimento da agricultura familiar e Camponesa” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 129).

De acordo com os dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BRITO, 2016), os jovens passaram a ter mais apoio para permanecerem no campo, graças ao acesso a novas tecnologias e incentivos que recebem do governo federal, assim, alguns desses jovens têm optado por permanecerem no campo dando sequência ao trabalho desenvolvido por seus pares ao invés de irem para as cidades. São citados entre os programas de créditos disponíveis pelo governo federal a linha de crédito Nossa Primeira Terra (NPT), o Programa nacional de crédito fundiário (PNCF) bem como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Em relação a este último, a que se destacar o Pronaf jovem que ainda tem muito a ser melhorado para que de fato esteja disponível para a juventude do campo, pois os critérios utilizados para acesso a esses programas ainda são “incompatíveis com as demandas e os contextos da juventude rural, e sob uma lógica marcadamente burocrática, bancária e inacessível” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 128).

Atualmente o Pronaf Jovem está entre os programas ofertados aos jovens rurais pelo Banco do Brasil que oferece aos “jovens agricultores crédito rural para investir e ampliar seu agronegócio”. Esse crédito pode ser utilizado para construção, ampliação, reformas, compra de maquinários entre outros. Para ter acesso, faz-se necessário que o jovem agricultor tenha uma idade mínima de 16 anos e máxima de 29, cuja família apresente DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf. (BANCO DO BRASIL, sem data). É importante ressaltar o termo utilizado “agronegócio” que não condiz com a forma de produzir da agricultura Camponesa, o que poderia justificar a inacessibilidade aos créditos a grande parte da juventude Camponesa.

As desigualdades que existem entre o campo e a cidade estigmatizam os povos do campo tornando-os inferiores perante outros grupos territoriais. Esta desigualdade está relacionada aos

limites “sociais, econômicos e culturais” (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 1457) que atingem aos povos do campo e aos moradores de cidades interioranas pelo Brasil.

Essas desigualdades culminam em um sistema cada vez mais excludente gerando povos invisibilizados, principalmente no que concerne aos moradores do campo. Envoltos por essa realidade, os jovens têm buscado cada vez mais formas de lidar com tais situações e buscando alternativas de superação dessa realidade a eles imposta, sendo assistidos e reconhecidos perante a sociedade a qual pertencem.

Por isso, cabe ressaltar aqui a importância da filosofia do MST que busca cada vez mais valorizar os povos do campo, levando-os a se reconhecerem como sujeitos de direito e igualdades de oportunidades. Mesmo que de fato, ainda tenham muito o que avançar, a cada ação, a cada atividade realizada, em cada luta, o sujeito se coloca na história construindo sua trajetória e identidade, evoluindo e reconstruindo-se enquanto sujeito do campo consciente e reflexivo (CALDART, 2001).

Diante destas informações, torna-se imprescindível o aprimoramento de incentivos que de fato atendam às necessidades da juventude Camponesa para que consigam se estabelecer podendo desenvolver perspectivas de vida voltadas a permanência no campo, iniciando atividades produtivas em consonância com a realidade atual de desenvolvimento, buscando considerar os aspectos ambientais atuais em vista a uma produção sustentável e equilibrada com o meio ambiente que carece de alternativas de produção que se atentem a preservação.

CAPÍTULO II - MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Árvore

*Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.
 Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.
 No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de
 sol, de céu e de lua mais do que na escola.
 No estágio de ser árvore meu irmão aprendeu para santo
 mais do que os padres lhes ensinavam no internato.
 Aprendeu com a natureza o perfume de Deus.
 Seu olho no estágio de ser árvore aprendeu melhor o azul.
 E descobriu que uma casca vazia de cigarra esquecida
 no tronco das árvores só serve pra poesia.
 No estágio de ser árvore meu irmão descobriu que as árvores são
 vaidosas.
 Que justamente aquela árvore na qual meu irmão se transformara,
 envaidecia-se quando era nomeada para o entardecer dos pássaros.
 E tinha ciúmes da brancura que os lírios deixavam nos brejos.
 Meu irmão agradecia a Deus aquela permanência em árvore
 porque fez amizade com muitas borboletas.*

Manoel de Barros

2.1 Cenário atual das mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm se constituído em um dos grandes fenômenos da atualidade passando a estar entre os principais temas de muitos encontros a nível mundial. Têm atingido direta e indiretamente diversos lugares sendo ocasionada por vários fatores que de uma forma mais ampla estão relacionados com as ações antrópicas (ALEIXO et al, 2010).

É importante, entretanto, a diferenciação entre clima e mudanças climáticas. Jumpa, (2012), menciona que o clima se refere as características naturais de uma determinada região, levando-se em consideração os aspectos de formação. Também pode ser caracterizado como a síntese do tempo em um local por um período de 30-35 anos bem como das observações de suas características atmosféricas por um longo período (AYOADE, 1996).

O clima está presente em um sistema de alta complexidade, o sistema climático, que evolui com o passar do tempo sob constante influência de suas dinâmicas internas e de fatores externos. Atmosfera, biosfera, criosfera, hidrosfera compõem este sistema interagindo e produzindo o efeito estufa de forma natural que, sem o qual, a Terra culminaria em um ambiente inóspito (JUMPA, 2012). Cabe ressaltar que a atmosfera não é estática e desta forma está constantemente passando por transformações.

Mudanças climáticas, por sua vez, faz relação com as modificações das propriedades do clima por um período de tempo maior, décadas ou séculos, em que são avaliados os históricos

de climas passados e presentes, os fenômenos envolvidos, suas causas e consequências (AYOADE, 1996).

As mudanças climáticas podem acontecer em decorrência de fatores internos e/ou externos, sendo que os fatores internos ocorrem na camada denominada de sublitosfera, não seguem um padrão linear, são complexos e não constantes, geralmente associados as atividades naturais como movimento das placas tectônicas, atividades vulcânicas entre outras. Já o segundo, os fatores externos, salvo exceções a exemplo da radiação solar, “são antropogênicos e relacionados a emissões de gases-estufa por queima de combustíveis fósseis, principalmente carvão e derivados de petróleo, indústrias, refinarias, motores, queimadas etc.” (SILVA; PAULA, 2009, p. 42). E complementam dizendo que,

Grande parte da comunidade científica acredita que o aumento da concentração de poluentes antropogênicos na atmosfera é a causa principal do efeito estufa, consequentemente do aquecimento global. Independente de sua causa, o efeito estufa antrópico ou a recuperação natural do clima após três séculos (séculos XVII a XIX) de baixas temperaturas durante o período da “Pequena Idade do Gelo” tem ocasionado efeitos devastadores nos ecossistemas (SILVA; PAULA, 2009, p. 47).

Contudo, “as emissões antrópicas aumentam as concentrações dos GEE na atmosfera, resultando em um aquecimento planetário proporcional a elas” (KRUG et al., 2019, p. 03), a exemplo da queima de combustíveis fósseis, cujo objetivo principal é o enriquecimento de capital, o ganho econômico, que emergiu com o advento da revolução industrial. Com esse aumento, o que pode ocorrer são transformações dentro do sistema e que consequentemente levam a modificações no clima. Conforme o documento Água Brasil (2015) a modificação do clima está sujeita a diversas variáveis como temperatura, concentração de água em diferentes estados, vapor de água atmosférico, pressão atmosférica e ventos.

Santos (2009) enfatiza que, se a revolução industrial, em meados do século XVIII, trouxe consigo melhorias para a qualidade de vida de grande parte da população por meio da facilidade de acesso a recursos básicos como a água, energia e a medicina, por outro lado, também foram criados um conjunto de desafios a serem solucionados na esfera ambiental. Segundo o autor, esses desafios são em decorrência das alterações climáticas antropogênicas.

A origem do problema encontra-se principalmente na problemática da energia, designadamente na dependência à escala global dos combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás natural. A combustão destes recursos naturais não-renováveis produz dióxido de carbono (CO_2) que é lançado na atmosfera e nela permanece um tempo variável, mas que em média é da ordem de 100 anos. O CO_2 é um gás com efeito de estufa, ou seja, que absorve a radiação infravermelha, pelo que a sua acumulação na atmosfera tende a aumentar a temperatura média global da troposfera (SANTOS, 2009).

Se as mudanças climáticas possuem como causas principais o aumento na concentração de gases de efeito estufa (GEE), uma de suas consequências trata-se do aquecimento global, “isso se deve a que esses gases têm o potencial de absorver o calor emitido pela Terra na direção do espaço e reemiti-lo, aquecendo o planeta” (KRUG et al., 2019, p. 03), o que faz com que o sistema climático acumule mais energia.

Corroborando que as mudanças climáticas estão tomando proporções preocupantes, Jumpa (2012) menciona que diversos países já conseguem senti-la, outros, entretanto, já sofrem em níveis crescentes com as mudanças ocorridas. Desta forma, entre os principais fenômenos percebidos podemos mencionar o aumento no volume de chuvas esperados para vários dias ocorrendo em um único dia, deixando como consequência, rastros de inundações e destruições, arrastando pessoas e tudo o que consiga carregar, diferenças nas temperaturas, níveis dos oceanos elevados, entre outros.

Nesse contexto das influências das ações antrópicas sobre as mudanças climáticas, torna-se de fundamental importância a inserção dessa temática em todos os movimentos sociais e meios de formação. Os movimentos sociais, entretanto, possuem essa preocupação em suas pautas, a exemplo do MST (2010; 2016) ao adotarem formas de produção de alimentos, que fazem parte da construção dos saberes Camponeses, e que se contrapõem ao modelo capitalista do agronegócio, por meio da não utilização de combustíveis fósseis e o uso exacerbado de agroquímicos em suas produções (VERGES, 2017).

Blank (2015, p. 3), menciona que o relatório produzido pelo IPCC apontou que “a conservação da cobertura vegetal original e o combate ao desmatamento também devem ser utilizados como ações mitigadoras para o aquecimento global”, pois estas práticas atuam minimizando ou até mesmo eliminando mudanças ambientais que possuem grandes potenciais para causarem danos ambientais. Além disso, a emissão de gases poluentes está entre as principais causas do efeito estufa e consequentemente das mudanças climáticas sendo que “o Brasil é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo e mais de dois terços da sua taxa de gases emitidos (62%) são provenientes do desmatamento das florestas tropicais” (BLANK, 2015, p. 3).

Diante desta complexidade, é importante que não somente os governos mais que toda a sociedade se mobilize em vista a preservação do meio ambiente entendendo a complexidade deste fenômeno que são as mudanças climáticas, adotando práticas mais sustentáveis e mudanças em seus padrões de consumo. A legislação a nível mundial e local também possuem grande importância para promover ações que unam informação e leis que propiciem melhorias

na qualidade do meio ambiente e mitigação no combate as mudanças climáticas, conforme veremos a seguir.

2.2 Conferências e legislações: o que dizem sobre as mudanças climáticas

Com o aumento das transformações que foram ocorrendo no cenário ambiental e consequentemente das mudanças climáticas, diversos encontros foram realizados a nível mundial e nacional com o intuito de propor medidas visando minimizar os efeitos negativos dessas alterações. Soares e Higuchi (2006, p. 575) mencionam que “o estudo sistemático das alterações do clima terrestre data da década de 1950, quando o cientista Keeling iniciou a medição de CO² na atmosfera”. Esses estudos tiveram início a partir da preocupação de cientistas com o crescente aumento na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em decorrência das ações e atividades antropogênicas.

Foi a partir da década de 60, com o advento da revolução verde que a preocupação com o meio ambiente, na perspectiva socioambiental, ganhou maior entonação. Naquela época, as catástrofes advindas das alterações antrópicas ao meio ambiente já eram previsíveis. A utilização de agrotóxicos na agricultura, aumentou exponencialmente, fato ainda recorrente e presente na vida de muitos agricultores em diversas partes do mundo (ANDRADE; GANIMI, 2007).

Os agrotóxicos passaram a ser utilizados, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, como saída encontrada pelas indústrias de armamentos para manter os grandes lucros. Os explosivos se transformaram em adubos sintéticos e nitrogenados e os gases mortais em agrotóxicos. Estes passaram a ser utilizados no Brasil a partir da década de 1960, tendo um grande crescimento a partir de 1975 (VALLES, 2017, p. 104).

A conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, foi um importante evento que contribuiu para a realização das demais conferências e encontros que vieram após a sua realização. Teve como embasamento o livro *Primavera Silenciosa*, de autoria de Raquel Garsons, obra produzida no ano de 1962, e que possui grande relevância até os dias atuais (POSSINI; ESGANZORLA, 2016).

Com representantes de diferentes países, o Painel Intergovernamental Sobre Mudanças do Clima – IPCC, foi um importante órgão a produzir relatórios sobre mudanças climáticas. Trata-se de uma entidade que foi criada em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (LEITE, 2015). Possuem

caráter político – por meio da indicação de membros representantes, e caráter científico envolvendo contribuições voluntárias de diferentes países que reúnem trabalhos periodicamente sistematizados sobre o clima e mudanças climáticas, fundamentados pela comunidade científica e validados no mundo todo.

Esses relatórios, resultado de três grupos de trabalho sendo eles a ciência física, impactos e mitigação, envolvem um sumário de conclusões que são destinados aos formuladores de políticas, desta forma, diante das informações constantes nos relatórios, cada governante poderá nortear a construção de políticas públicas propondo medidas a partir das informações obtidas (LEITE, 2015). Cabe ao IPCC a elaboração de relatórios sobre as mudanças climáticas relacionando os aspectos físicos e científicos elementar a cada sistema climático bem como as situações de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, seus impactos e formas de mitigação.

Buscando contribuir para o desenvolvimento de metas e ações que promovam melhorias no meio ambiente, o evento mais marcante sobre ecologia e mudanças no clima foi realizado no Brasil, em 1992, no Rio de Janeiro. Conhecido como Eco - 92, ou Rio - 92, neste evento, o cenário ambiental ganhou maior visibilidade, sendo preparado pelos eventos que ocorreram anteriormente a ele.

Este megaevento, reuniu 108 chefes de Estados, 187 representantes estrangeiros, 17 agências especializadas da ONU, 35 organizações intergovernamentais e igualmente um expressivo número de ONGs. Paralelamente ao evento oficial, ocorreu o Fórum Global, organizado pela ONGs. A Eco-92 produziu expressivos documentos, considerados os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade. Entre eles estão a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de princípios para Florestas, a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, a Convenção do Clima e a Agenda 21 (POSSINI; ESGANZORLA, 2016, p. 04).

Apesar de sua importância em questões ambientais e dos expressivos documentos que foram produzidos durante sua realização, especialistas apontam que o evento deixou lacunas em aberto, como por exemplo, a ausência de prazos e metas para cumprimentos dos países membros envolvidos nos acordos que foram firmados (POSSINI; ESGANZORLA, 2016). Isso pode estar relacionado ao fato de que os cientistas e ambientalistas envolvidos no evento não foram capazes de fazer força frente aos interesses econômicos dos países mais desenvolvidos.

A Eco-92, por sua vez, possibilitou uma revisão permanente dos temas abordados nos debates envolvendo a sustentabilidade e medidas voltadas a gestão sustentáveis das cidades. Além disso, também foi criada a “Agenda 21, que consiste num acordo para a elaboração de

estratégias de desenvolvimento sustentável, conceito que se consolidou durante o evento” (POSSINI; ESGANZORLA, 2016, p. 5).

Agenda 21, que constitui um plano de ação destinado para garantir a sustentabilidade ambiental do Planeta [...] serviu para aumentar a consciência sobre os perigos que o atual modelo de desenvolvimento econômico acarreta. A Agenda 21 aborda os problemas atuais da sustentabilidade e também tenta preparar o mundo para os desafios do século XXI. Reflete um consenso mundial e um compromisso político em nível mais abrangente sobre o desenvolvimento e a cooperação na esfera ambiental (POSSINI; ESGANZORLA, 2016, p. 7).

A agenda 21 propõe ações embasadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e objetiva fortalecer a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Para tanto, ela permeia em diferentes áreas como política econômica, combate à pobreza, discutindo-se também os padrões de consumo da sociedade propondo-se a criação de medidas que busquem estimular a adoção de hábitos de consumo mais saudáveis e que ajudem a preservar o meio ambiente. Assim, o desenvolvimento sustentável tem por objetivo,

Satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (ARANTES; STADLER; MAIOLI, 2012, p. 18).

Logo, o desenvolvimento sustentável não é contrário ao crescimento econômico, mas acredita que as políticas que o envolvem estejam, segundo o MST (2020), “baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres”. Desta forma, a partir da Agenda 21, surge também a Agenda 21 Local, em que cada país, com seus estados e municípios, busque com base em suas necessidades, diferentes formas de manter o crescimento econômico, proteger o meio ambiente e respeitar a justiça social.

Após a Eco-92, a primeira revisão de adequação dos compromissos relativos aos países desenvolvidos em reduzir os níveis de emissão de gases poluentes, ocorreu em 1995, em Berlim, na primeira sessão da Conferência das Partes (COP-1) (BRASIL, 2000, p. 2). Houve então a elaboração de um acordo que, em 1997, foi encaminhado para a negociação final.

Cerca de 10.000 delegados, observadores e jornalistas participaram desse evento de alto nível realizado em Quioto, Japão, em dezembro de 1997. A conferência culminou na decisão por consenso (1/CP. 3) de adotar-se um Protocolo segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Esse

compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos (BRASIL, 2000, p. 2).

Em 16 de março de 1998, o protocolo foi aberto para assinatura passando a vigorar 90 dias após a sua ratificação por 55 partes envolvidas na convenção, incluindo-se “os países desenvolvidos que contabilizaram pelo menos 55% das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 desse grupo de países industrializados” (BRASIL, 2000, p. 2). Com o protocolo, os países aderentes firmaram o compromisso de reduzirem a emissão de gases poluentes emitidos em toda sua cadeia produtiva e que, gradativamente, contribuem para a diminuição da camada de ozônio e o consequente aumento do efeito estufa global.

Diferentemente da conferência de Estocolmo e da Eco – 92, o protocolo de Quioto, através da conferência das partes - COP, procurou estabelecer prazos e metas para que os países desenvolvidos as atingissem gradativamente visando alcançar um ambiente mais sustentável.

Lembrando ainda que um dos objetivos do processo foi o de fortalecer os compromissos contidos no Artigo 4, parágrafo 2(a) e (b) da Convenção, para que os países desenvolvidos/outras Partes incluídas no Anexo I, tanto elaborassem políticas e medidas como definissem objetivos quantificados de limitação e redução dentro de prazos estabelecidos, como 2005, 2010 e 2020, para suas emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, (BRASIL, 2013, p. 42-43)

E complementa, em seu anexo B, ressaltando que não haverá o firmamento de novos compromissos, entretanto, presará pela reafirmação dos compromissos já existentes buscando sua efetivação, objetivando o desenvolvimento com enfoque na sustentabilidade.

Lembrando também que, de acordo com o Mandato de Berlim, o processo não introduzirá qualquer novo compromisso para as Partes não incluídas no Anexo I, mas reafirmará os compromissos existentes no Artigo 4, parágrafo 1, e continuará fazendo avançar a implementação desses compromissos a fim de atingir o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2013, p. 43)

Nesses eventos, catástrofes ambientais já eram previsíveis e a influência das indústrias por meio da emissão de gases poluentes eram notáveis. Possini e Esganzorla (2016) enfatizam que até recentemente os ecologistas eram vistos como exagerados ao exporem suas visões sobre as mudanças climáticas e suas relações com as catástrofes ambientais.

Mesmo com os encontros promovidos pelos países e organizações em favor do clima a nível mundial, os países também possuem autonomia para criarem suas próprias legislações que contemplem melhorias em favor do meio ambiente e da biodiversidade que nele se encontram. Atualmente, a legislação ambiental do Brasil é considerada uma das mais

complexas do mundo³, que se cumpridas poderiam garantir a preservação da grande biodiversidade presente no país.

2.2.1 O Brasil No Cenário Das Mudanças Climáticas

Com a complexidade e proporções que as mudanças climáticas têm alcançado, não cabe a escolha entre o agir ou não. Logo, é preciso que cada país, com seus estados e municípios, crie metodologias em vista a mitigação e enfrentamento às mudanças climáticas e seus fenômenos.

Esta realidade não é diferente no Brasil. Barbi (2014) menciona que, para um problema de tamanha complexidade, as soluções seguem igualmente complexas. Segundo a autora, para que as medidas sejam realmente eficientes, é preciso que haja o envolvimento de toda a sociedade com seus diferentes campos de atividade e segmentos, identificando as causas e os riscos para que, posteriormente, se possa determinar as melhores ações para o seu enfrentamento. Para a autora, todos os “envolvidos possuem um papel importante na produção de respostas à crise climática” (p. 28).

No Brasil, a principal causa das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa se dá por meio do desmatamento. Quando comparado aos países desenvolvidos, a emissão de gases pelo Brasil é muito pequena, contudo, ela existe. Por outro lado, são os países em desenvolvimento, como o Brasil, que alimentam a economia e os mercados consumidores dos países desenvolvidos, os maiores emissores de gases poluentes, em decorrência das exportações (NOBRE; REID; VEIGA, 2010).

Com o intuito de contribuir positivamente para minimizar os efeitos das mudanças do clima, foram criados, no Brasil, diversas políticas, leis e decretos que contemplam em seus textos ações a serem desenvolvidas em diferentes setores da sociedade das cidades ao meio rural. Esses documentos buscam propor medidas de contenção, redução e em alguns casos, medidas que buscam equilibrar ou, de outra forma, compensar possíveis emissões de gases que podem contribuir com o efeito estufa. Nesse sentido, os governos desempenham um importante papel na formulação de políticas públicas e elaboração de respostas frente as mudanças climáticas (BARBI, 2014).

³ Meio ambiente – as 17 leis ambientais do Brasil: a relação das leis está disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>

A criação do PBMC - Painel Brasileiro Sobre Mudanças do Clima – o IPCC Brasileiro, tratou-se de um importante avanço. O PBMC é composto por um quadro de cientistas renomados e de pesquisadores de diferentes instituições e centros universitários cujo objetivo principal é desenvolver pesquisas e difundir-las contribuindo também para a formulação de políticas ambientais.

Para o sucesso dessa iniciativa, o governo conta com a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), criada 2007. Composta por integrantes de diversas áreas, como governo e academia, a Rede objetiva atuar na produção e disseminação de conhecimentos e tecnologias em mudanças do clima, além de contribuir para a formulação e acompanhamento de políticas públicas no âmbito do território brasileiro. (BRASIL, 2010, sem p.)

Com o objetivo de estabelecer uma legislação específica que norteasse as ações desenvolvidas no âmbito ambiental, foi elaborado no Brasil a PNMA – Política Nacional do Meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente é regida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. “Tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 2017, p. 1). Traz em seu texto definições, objetivos, organização do sistema ambiental, esferas competentes e suas devidas atribuições, direcionamentos e sanções legais caso ocorra o descumprimento da lei maior.

Ações complementares podem ser anexadas a lei por meio de decretos e medidas provisórias, levando-se em consideração as necessidades de preservação ambiental e manutenção de sua qualidade. Neste caso, o CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, que nos termos da Lei 6938/1981 é o órgão consultivo e deliberativo, cuja finalidade é,

Assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 2017, p. 3).

Em sua organização o CONAMA conta com representantes de várias esferas da sociedade como ambientalistas, empresariais além de representantes nas esferas municipais, estaduais e federais que juntos debatem e propõem diretrizes para melhorias ao meio ambiente. A função do CONAMA não é produzir as leis, mas direcionar a sua aplicabilidade (BRASIL, 2012).

Entretanto, no ano de 2019 foi criado o Decreto 9.806/2019 do governo federal tem se tornado motivo de insatisfação entre diversas organizações pois esse Decreto não somente reduz

o número de conselheiros do CONAMA (UOL, 2019) mas também altera as formas de eleição de mandatos dos referidos conselheiros passando estes a serem escolhidos mediante escolha do Ministro do Meio ambiente (ministérios e entidades empresariais) e mediante sorteio com mandato anual (representantes municipais, estaduais e ambientalistas) estando vedada a participação das entidades ambientalistas detentoras de mandato (BRASIL, 2019). De acordo com informações do presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Bocuhy, trata-se uma medida cujo objetivo principal é “fragilizar o Conama, que tende a perder qualidade”. (UOL, 2019).

Outra importante ação, foi criada a CMMC – Comissão Mista Pertinente sobre Mudanças Climáticas. Elaborada pelo Congresso Nacional, senadores e deputados discorreram em seu texto desde a contextualização das questões climáticas até o estabelecimento de decretos e leis estaduais e municipais sobre esse importante tema (BRASIL, 2013).

Ao elaborar o texto, a CMMC objetivou facilitar a pesquisa e a compreensão por parte “de legisladores, de gestores públicos e da sociedade sobre o complexo sistema de medidas para evitar e atenuar os possíveis efeitos do aquecimento global, assim como para reduzir suas causas” (BRASIL, 2013, p. 05), constituindo-se em uma importante ferramenta embasando-se em uma ampla diversidade de documentos, leis e decretos, incluindo-se o PNMC – Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e a PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima.

De acordo com o Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007, a PNMC, regida pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, busca promover o incentivo a ações que colaborem com a mitigação das mudanças climáticas dando condições de igualdade ao enfrentamento desse fenômeno.

“O Plano Nacional sobre Mudança do Clima pretende incentivar o desenvolvimento das ações do Brasil colaborativas ao esforço mundial de combate ao problema e criar as condições internas para o enfrentamento de suas consequências” (BRASIL, 2008).

Na esfera internacional, o Brasil passou a fazer parte da COP – Conferência das Partes, órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e que reúne anualmente os países parte em conferências mundiais em países que o compõem. A primeira reunião da COP ocorreu em 1995, em Berlim onde foram adotadas 21 decisões e dentre elas, o mandato de Berlim (BRASIL, [1996] data provável).

No ano de 2018, durante a realização da COP-24 o Brasil foi cotado para sediar o encontro da COP-25 a ser realizada em 2019, entretanto, a atual administração alegou que,

devido a restrições financeiras pela qual o país está atravessando, não seria possível sediar esse grande e importante evento (UNISINOS, 2018). Desta forma, foi endereçada ao Chile que, alegando motivos socioeconômicos, transferiu o evento para ser realizado em Madri, na Espanha, permanecendo a frente da organização.

Em 23 de março de 2019, o atual presidente do Brasil, em viagem ao Chile, fez um comunicado confirmando a participação do Brasil na 25ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) – a COP-25. Em seu pronunciamento, o presidente da república federativa do Brasil afirmou que o Brasil não estaria de fora do evento, entretanto, não poderia assinar um acordo onde houvesse objetivos impossíveis de serem atingidos (G1, 2019). Para Souza (2019) trata-se de “uma forma de proteger os interesses ruralistas e, ao mesmo tempo, fugir da responsabilidade das questões sobre mudanças climáticas” (p. 95).

Com o tema “Hora de agir”, a COP-25 constituiu-se em um espaço internacional de diálogos entre as lideranças mundiais frente as mudanças climáticas. Outros temas também debatidos durante sua realização foram relacionados a capacitações, preservações dos oceanos e questões indígenas. Na oportunidade, o Pará, convidado pela ONU – Organização das Nações Unidas, fez-se presente na pessoa do governador do Estado, que discursou sobre a importância do combate ao desmatamento (ASCOM, 2019).

O principal documento produzido a partir da COP-25 foi o Acordo denominado Chile-Madrid, hora de agir. Neste documento, fixou-se que, em 2020, os países participantes devem,

Apresentar compromissos mais ambiciosos para a redução das emissões de gases do efeito estufa e consequente controle das mudanças climáticas cumprindo as metas estabelecidas junto ao Acordo de Paris sobre o clima efetivado em 2015 (limitar o aumento da temperatura global a 2°C em relação aos níveis da era pré-industrial, esforçando-se, para não passar de 1,5°C até o final deste século. (OLIVEIRA, 2019, sem p.)

Os relatórios produzidos a partir de encontros das organizações como a COP e IPCC apontam para uma mesma direção, a implantação de medidas que promovam a estagnação e consequentemente a diminuição de gases poluentes lançados na atmosfera, diminuição das extrações de recursos naturais de forma predatória bem como de todas as demais ações que possam contribuir para minimizar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas, pois com crescente aumento da industrialização, não apenas as utilizações dos recursos precisam ser revistos, mas também a quantidade de gases poluentes que passaram a ser lançados na atmosfera por meio das indústrias em seus processos produtivos, dos veículos cada vez em maiores quantidades em circulação.

Conforme Soares e Higuchi (2006) “o uso de combustíveis fósseis e as mudanças no uso da terra liberam gases que se acumulam na atmosfera em quantidades tais que impedem que parte da energia solar retorne ao espaço. Isso potencializa o aquecimento do globo provocando o efeito estufa” contribuindo para elevação dos fenômenos relativos as mudanças climáticas. Esses fenômenos, ainda segundo os autores, são potencializados por meio da diminuição de florestas que atuam como principais catalizadores de CO_2 , principal gás poluente emitido para a atmosfera por meio da queima de combustíveis fósseis e de florestas.

Presente na atmosfera como carbono orgânico, o CO_2 recebe esta classificação por ter passado por um processo de fotossíntese anterior a sua formação (NOBRES; REID; VEIGA, 2012), apesar de ocorrer emissão de CO_2 de forma natural por meio de vulcões, por exemplo, estes são classificados como inorgânicos e são relativamente pequenos quando comparados ao CO_2 orgânico, resultado de ações antrópicas.

A utilização demasiadamente exacerbada e predatória dos ecossistemas os levou a um desequilíbrio em sua organização. Estes foram perdendo gradativamente sua capacidade de regenerar-se, pois as extrações dos recursos acontecem mais rapidamente do que os sistemas conseguem repor.

No Brasil as maiores contribuições para o aumento do efeito estufa e conseqüentemente aceleração do processo das mudanças climáticas se dá por meio da queima de florestas, em especial a amazônica, uma vez que as indústrias se utilizam em grande parte pela queima de madeira para produção de energia e não da queima de petróleo (SOARES; HIGUCHI, 2006). Esse ciclo de extração leva os sistemas à exaustão e conseqüentemente a variações negativas sobre sua organização.

Como conseqüência de todas essas utilizações inadequadas, podemos elencar várias considerações negativas perceptíveis atualmente como uso exacerbado dos solos sem os devidos cuidados que levam a sua exaustão e incapacidade produtiva, assim, novas áreas acabam sendo desmatadas, implicando na expulsão e, em casos mais graves, na extinção da biodiversidade local.

Portanto, população também é um componente essencial da complexidade de mudanças climáticas, tanto como sujeito que as influencia – por meio de emissões, uso de terra, e consumo –, quanto como sendo aquele que sofre seus impactos e danos, o que torna necessária a identificação de seus segmentos vulneráveis (BRASIL, 2014, p. 316).

Entretanto, Barbi (2014) menciona que os riscos advindos das ações humanas que contribuem podem ser amenizados por meio da modificação das práticas que os desencadearam

ou até mesmo pela implantação de métodos que minimizem seus impactos e no caso das mudanças climáticas, a alternativa mais viável refere-se à redução nas emissões “de GEE (mitigação), diminuindo assim o ritmo e a magnitude da mudança e adaptar-se aos seus impactos” (BARBI, 2014, p. 34).

Portanto, para que as mudanças no cenário atual das mudanças climáticas ocorram, não bastam somente a criação de leis, decretos, entre outros, é preciso também que todas as pessoas, em todas as esferas, também se mobilizem e lutem pela garantia dos seus direitos a um meio ambiente saudável e equilibrado.

2.3 Mudanças climáticas: impactos sobre os povos Camponeses e sua juventude

Os estudos têm indicado que, apesar dos efeitos das mudanças climáticas serem perceptíveis e já afetarem diversas partes do mundo, das cidades as zonas rurais, os povos do campo, em especial os que cultivam a terra para produção agrícola e animal tendem a sentir de forma mais direta os efeitos das constantes variações do clima, efeitos das mudanças climáticas, isso porque dependem diretamente das condições climáticas para benefício das suas produções (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013).

Desta forma, as mudanças climáticas exercem influência direta sobre as atividades que desempenham. Ao realizarem uma semeadura em determinada época do ano, por exemplo, são esperados determinados volumes de chuvas distribuídos por um período. Até pouco tempo atrás, era possível a realização desta previsão e conseqüentemente organização das atividades.

Os riscos são inerentes a todas as atividades econômicas, porém assumem proporções maiores nas atividades agrícolas, pois a agricultura sempre foi considerada uma atividade de alto risco, principalmente por estar sujeita a perdas imprevisíveis por fatores climáticos extremos como a seca, a chuva em excesso, granizo, geada (...). (MARQUES; SILVA; HANISCH 2013, p. 2)

Com todas as mudanças e alterações que vem ocorrendo, os/as agricultores/as Camponeses/as têm ficado a mercê das inúmeras possibilidades que podem ocorrer impactando as suas produções, tanto agrícola quanto animal. Cabe aqui enfatizar a importância que o acesso a água representa para os/as Camponeses/as, principalmente para os recém assentados que, na maioria das vezes, ainda não dispõem de muitas tecnologias e cuja condições, solo e água, de suas propriedades não se encontram no melhor estado, graças as utilizações anteriores que, em sua maioria, a extração dos recursos ocorria mais rapidamente do que os sistemas conseguiam

repor. Essa também é a realidade encontrada no assentamento Egídio Brunetto/MST, conforme discutiremos no item 4.2.2 – resultados.

Como reflexo, muitas dessas propriedades sentem a quase escassez da água por meio da diminuição dos volumes das chuvas, uma das consequências das mudanças climáticas, que refletem diretamente na capacidade que os rios, minas e demais fontes manterem-se em seu volume máximo, o que se une ao fato do desmatamento em seus entornos e ao pisoteio animal que, conseqüentemente, compactam o solo reduzindo a sua capacidade de infiltração e retenção de água. Esse pisoteio, a longo prazo, “contribui para a irreversível degradação dos solos e da vegetação” (PARENTE; MAIA, 2011, p. 04).

Os grandes produtores, por sua vez, apesar de também estarem sujeitos aos efeitos das mudanças climáticas, encontram-se mais preparados financeira e tecnologicamente para lidarem com essas alterações na tentativa de diminuir seus prejuízos revertendo algumas intempéries por meio de irrigação de alto nível e até mesmo colheita de seus produtos antes do período por disporem de meios dotados de tecnologia como os secadores e armazéns.

Essa diferenciação também é reflexo das políticas públicas que tem privilegiado o agronegócio por meio de fornecimentos de créditos muito maiores quando comparados aos que são disponibilizados para a agricultura familiar Camponesa, desta forma, “pelos investimentos, sabemos que o país optou pelo agronegócio para garantir a balança comercial e o Produto Interno Bruto – PIB” (SENRA; MEDEIROS, 2018, p. 12).

Por outro lado, a utilização de grandes tecnologias pode contribuir ainda mais para que as mudanças climáticas sejam cada vez maiores pois a modernização dos processos envolvidos na agricultura podem elevar as produtividades, contudo, interferem no desenvolvimento natural dos ecossistemas tornando-os mais susceptíveis implicando “em maior impacto ambiental, agravando-se desta forma o processo de mudanças climáticas e exigindo-se maiores investimentos dos agricultores, o que também implica a esses assumirem maiores riscos” (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013, p. 2).

O mesmo nem sempre acontece aos/as agricultores/as Camponeses/as, pois recorrer a outros recursos demanda gastos que muitas vezes eles não possuem, principalmente os iniciantes na propriedade e que, ainda precisam se estabelecer financeiramente, como por exemplo, os novos assentados oriundos de reformas agrárias que, em alguns casos, ainda precisam lidar com outros fatores resultantes do uso exacerbado dos recursos disponíveis – a exaustão do solo – que muitas vezes carecem de correções para voltarem a se tornar mais

produtivos e rentáveis. Essas correções demandam custos e de forma natural, demandam tempo para voltarem a se tornar produtivos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Conforme mencionam Senra e Medeiros (2018, p. 13) “se não há políticas públicas efetivas que possibilitem o começo da cadeia produtiva não há como se avançar muito no quesito”, assim, solos exauridos aliados aos fenômenos das mudanças climáticas, como a escassez de água por meio da diminuição das chuvas, dificultam o desenvolvimento dos sítios e as produções dos/as Camponeses/as que, na maioria das vezes, procuram zelar pelos recursos fornecidos de forma natural, utilizando-os a seu favor por meio do uso consciente e sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade do meio ambiente, bem de uso comum.

Essa forma mais consciente de lidar com os recursos disponíveis é uma das táticas que vem sendo utilizada na tentativa de conter os avanços das alterações nos ecossistemas e, conseqüentemente, das mudanças climáticas direcionando os olhares para uma agricultura mais limpa e sustentável, como nos sistemas que se baseiam na produção agroecológica (MARQUES; SILVA; HANISCH, 2013), e que também é muito difundido entre os/as Camponeses e em especial pelo MST que preza, entre seus objetivos e pautas, pela utilização de “técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas” (MST, 2016, p. 16).

Esses sistemas agroecológicos pertencem ao grupo também denominado de agricultura limpa sendo considerada uma alternativa viável para produção alimentar em diálogo com a sustentabilidade. Nesses sistemas a vegetação nativa é mantida e os espaços para plantio das variedades comerciais são utilizados conforme a necessidade da cultura a ser implantada. Desta forma, os riscos de sentirem os efeitos climáticos como falta de água são menores uma vez que há um equilíbrio interno devido ao acúmulo de biomassa no local.

A abundante biomassa vegetal ajuda a reter umidade no sistema e a criar um microclima mais ameno, reduzindo os efeitos da falta de água e do calor excessivo. Em suma, a implantação de sistemas de produção agrícola que mimetizam a natureza é de fundamental importância para a adaptação dos agricultores familiares a um contexto de crescente incerteza climática (GONÇALVES, 2009, p. 9).

Compreender a importância das mudanças climáticas e como essas alterações geram impactos sobre os moradores do campo torna-se importante, uma vez que, com a improdutividade do campo, o índice de migrações dos/as Camponeses/as para os grandes centros e em especial da juventude Camponesa tende a aumentar, o que afetaria o desenvolvimento do campo e conseqüentemente a produção de alimentos.

Com base nos encontros, legislações e documentos sobre as mudanças climáticas e seus impactos, conhecer o que os moradores do campo compreendem sobre essa temática e como eles buscam fazer a sua parte em vista de um meio ambiente e uma agricultura mais sustentável é imprescindível. Pois, conforme supracitado, os sistemas agroecológicos constituem-se em uma alternativa viável e desejável que podem contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e de seus impactos sobre a agricultura, em especial a familiar Camponesa (GONÇALVES, 2009).

Desta forma, a constituição de uma juventude do campo ambientalista em vista promoção do sistema de produção agroecológico, por meio de cursos e processos formativos, para que possam dar continuidade ao trabalho camponês se envolvendo com as questões socioambientais, levando-os a uma reflexão sobre a importância da agricultura familiar Camponesa para a produção alimentar e de como eles podem contribuir para um meio ambiente mais sustentável, passa a se tornar uma medida de grande relevância dentro do cenário ambiental.

Busca-se uma divisão mais justa do trabalho entre homens e mulheres, podendo os jovens encontrar mais oportunidades de trabalho tanto junto à família, quanto à comunidade. O objetivo é que homens, mulheres e jovens alcancem a igualdade na tomada de decisões e na partilha dos resultados econômicos produzidos com seus trabalhos (MST, 2010, p. 57).

Nesse sentido, o MST tem trabalhado pela formação de crianças, jovens e adultos por meio do desenvolvimento de práticas em sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis, utilizando como principal meio transformador os sistemas agroecológicos que além de contribuir com melhorias ao meio ambiente, “estimula muitas mudanças no modo de viver em família e em comunidade” (MST, 2010, p. 57).

Os riscos provenientes das mudanças climáticas não atingem de igual maneira a todos os povos e em todos os locais, conforme veremos no item a seguir. Contudo, ao se trabalhar com a formação dos/as Camponeses/as para o enfrentamento dos fenômenos relativos as mudanças climáticas, abre-se possibilidades de que, estes povos, consigam lidar melhor com esses fenômenos, tornando-se menos vulneráveis e conseqüentemente, tornarem as suas propriedades mais produtivas, viabilizando também a permanência dos jovens no campo e a continuidade do Campesinato.

2.4 Justiça climática: fundamentos para superação das injustiças climáticas

Falar em justiça climática é falar de equidade, ou seja, que todas as pessoas tenham igualdade de acesso a um meio ambiente equilibrado bem como equidade na distribuição dos riscos e possíveis impactos ambientais, que na maioria das vezes, são sentidos com maior intensidade pelas pessoas vulnerabilizadas.

Tendo em vista os efeitos das mudanças climáticas, alguns locais apresentam maior vulnerabilidade a estas intempéries estando expostos aos maiores riscos que tais mudanças trazem consigo. Ou seja, os impactos das mudanças climáticas atingem de formas diferentes os diferentes grupos sociais existentes, indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica, social e ambiental (MILANEZ; FONSECA, 2010).

É importante mencionar, conforme citado por Marques, Silva e Hanisch (2013) que, os riscos provenientes das mudanças climáticas não afetam de igual maneira a todas as pessoas em diferentes locais e setores da sociedade pois os riscos decorrem em função de “características que os deixam mais ou menos expostos a estes perigos, correndo mais ou menos riscos” (p. 03). Isso porque pessoas que habitam em locais denominados como áreas de riscos, são por consequência, atingidas com maior intensidade em situações em que elevação no volume de chuvas, rompimento de barragens, e demais desastres ambientais sejam de ordem natural ou por ações antrópicas.

É importante aqui explicitar a diferença entre riscos e vulnerabilidades no contexto das mudanças climáticas com a finalidade de melhor compreender sua abrangência. A vulnerabilidade estaria em “função da sensibilidade, da capacidade adaptativa e da magnitude da exposição a riscos climáticos” (PBMC, 2014, p. 316). A sociedade sempre esteve exposta aos riscos de ordem ambiental, uma vez que estes também podem ocorrer de forma natural, a exemplo de terremotos ocasionados pelos movimentos das placas tectônicas, tsunamis, entre outros.

As mudanças climáticas, nesse contexto, atuam como agentes potencializadores de riscos, aumentando as situações de vulnerabilidade, uma vez que altera a organização natural dos ecossistemas, contribuindo para o aumento e surgimento de pragas e doenças, e indisponibilidade de recursos necessários como água e fertilidade de solos (PBMC, 2014).

Diante desta realidade, as desigualdades resultantes dos impactos socioambientais provenientes das mudanças climáticas se tornaram temas para pesquisas com o intuito de compreender por que alguns grupos eram mais atingidos com as catástrofes resultantes do que outros. Principalmente os mais vulnerabilizados social e economicamente que estavam,

consequentemente, entre os grupos de maior vulnerabilidade ambiental e susceptíveis aos danos causados pelas mudanças climáticas e suas intempéries.

Assim, criou-se o conceito de justiça ambiental, que segundo Acsehrad (2010) é o anseio de um movimento que busca a dar um novo sentido para as questões socioambientais. Essa busca por um novo sentido está associada a reformulação dos espaços onde os conflitos sociais acontecem em busca de futuros possíveis. E nesses espaços, “a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda” (p. 108).

Para o autor supracitado, o termo justiça ambiental se fundamenta na identificação desigual sobre a exposição de riscos com base em uma lógica onde para que haja a acumulação de riqueza para alguns grupos outros sofram com a penalização ambiental, os mais despossuídos.

Conforme Acsehrad, Mello e Bezerra (2009), isso pode ser facilmente percebido quando comparado duas situações: distribuição de moradia e de espaços rurais. No primeiro, eles dizem que os mais ricos tendem a ficar mais protegidos das intempéries climáticas por conseguirem residir em locais mais protegidos, melhores localizados, com boa estrutura de solo.

Em contrapartida, os mais pobres são destinados a moradia em ambientes mais degradados com piores condições de infraestrutura e susceptíveis aos grandes impactos ambientais. No que concerne aos espaços rurais, o autor diz que as desigualdades de forças econômicas agem livremente ao distribuírem “os pobres nos solos menos valorizados e os ricos nos de maior valor” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 79).

Corroborando com os autores supracitados, Camozzato, Loureiro e Silva (2013), mencionam que, a nível global, a adoção de medidas que visam a construção de técnicas e mudanças de valores com o intuito de reduzir os impactos ambientais tem sido deixados de lado, continuando a depositar os resíduos resultantes da poluição em massa oriunda dos diversos setores nas áreas onde se encontram as pessoas pertencentes as classes menos favorecidas. Este cenário segue sendo repetido e perpetuado em diversos países onde os que “menos consomem e menos têm acesso aos recursos, são os mais afetados com o lixo e a poluição produzidos por uma pequena parcela da população mundial” (CAMOZZATO; LOUREIRO; SILVA, 2013, p. 655).

Em busca da igualdade de direitos e acesso a um meio ambiente saudável, o movimento por justiça ambiental se fundamenta na seguinte definição explicitada por Acsehrad, Mello e Bezerra,

O direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16).

Camozzato, Loureiro e Silva (2013, p. 646) mencionam que o movimento por justiça ambiental se fundamenta no objetivo central de que haja a “distribuição equitativa de riscos, custos e benefícios ambientais, independentemente de fatores como etnia, renda, posição social e poder; o igual acesso aos recursos ambientais e aos processos decisórios de caráter ambiental, ou seja, a democratização desses processos”.

Foi a partir do termo de justiça ambiental que o termo justiça climática foi criado. Se por um lado a justiça ambiental visa a distribuição equitativa dos riscos e benefícios ambientais assegurando-se que todas as pessoas tenham direito a um ambiente sadio e produtivo (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; CAMOZZATO; LOUREIRO; SILVA, 2013), não obstante a isso a justiça climática é entendida como o conjunto de princípios que assegura que nenhum grupo de pessoas, seja atingido desproporcionalmente pela degradação dos espaços coletivos provenientes das mudanças climáticas de forma que estas transformações os obriguem a migrarem para outros espaços, ocasionando o que pode ser denominado de injustiça climática (LEROY, 2009).

A justiça climática fundamenta-se na ideia de que as mudanças climáticas têm atingido com formas e impactos diferenciados os grupos sociais menos privilegiados, sendo este termo estabelecido com o intuito de minimizar os efeitos oriundos da injustiça climática que por sua vez está relacionada com os processos de “eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ondas de calor etc.), do aumento do nível do mar, entre outros” (MILANEZ; FONSECA, p. 93).

2.5 O papel do MST frente as mudanças climáticas – os sistemas agroecológicos e o campesinato no Brasil

O MST- Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trata-se de um movimento bastante atuante no Brasil e que tem contribuído para que muitas famílias tenham acesso ao tão esperado “pedaço de chão”. “O surgimento dos assentamentos de sem-terra é resultante das lutas nos movimentos sociais, principalmente, pela conquista da terra” (SILVA; CURY, 2015,

p. 23) sendo um total de aproximadamente 350 mil famílias já assentadas (MST, sem data). Entretanto, a história do MST tem início a partir das desigualdades existentes nas divisões de terras no país com raízes históricas desde o período de colonização pelos portugueses e com a resistência dos/as agricultores/as Camponeses/as.

As lutas camponesas não se iniciaram com a ação dos sem-terra, pois estão presentes no campo brasileiro desde um passado distante que remonta o século XIX, como foi o caso do movimento dos camponeses de Canudos, Contestado, etc. No século XX, destacaram-se as lutas das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, dos posseiros da Amazônia, pequenos agricultores subordinados no sul, dos sem-terra, esta espacializada em todo o Brasil, dentre outras. Este conjunto de lutas possui cada uma delas características específicas, o que destaca como as lutas no campo (SILVA; CURY, 2015, p. 23).

Apesar de toda a caminhada e lutas desenvolvidas anteriormente, o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve seu início no ano de “1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, sem p.).

Entretanto, além de lutar em favor da reforma agrária, o MST também luta pela igualdade, garantia de direitos no uso da terra e de trabalho, justiça social além do combate a toda e qualquer forma de discriminação social buscando “participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e criança” (MST, 2016, p. 12).

Não há como falarmos do MST sem falarmos da agricultura familiar camponesa ou do Campesinato no Brasil. A forma de produção Camponesa possui como desenvolvimento básico a produção agrícola e artesanal autônoma articulando-se na divisão social geral do trabalho de forma familiar. A produção é destinada primeiramente a atender as necessidades básicas da família e posteriormente, pela venda de parte do que foi produzido com a finalidade de obter recursos para compra daquilo que eles não produzem, bem como de outras necessidades básicas como medicamentos, vestimentas, impostos, etc., correspondendo, portanto, a “uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura” (WANDERLEY, 2015, p. 26).

Famílias desse tipo, com essas características, nos seus distintos modos de existência no decorrer da história da formação social brasileira, teceram um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e afirma na sua relação com outros agentes sociais. Estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, seja em relação

ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza (CALDART et al., 2012, p. 28).

A agricultura Camponesa é tida como um sinônimo de resistência frente a agricultura que se estabeleceu no Brasil desde o período colonial baseados nos latifúndios, monocultura e por muitos anos no trabalho escravo. Entretanto, alguns pequenos agricultores e agricultoras, não satisfeitos com o sistema vigente, se constituíam nos espaços que escapavam as ocupações dos senhores da época.

Pode-se, assim, afirmar que as particularidades acima referidas resultam das estratégias de resistência Camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária (WANDERLEY, 2015, p. 27).

Com o passar dos anos, novos termos passaram a ser utilizados em detrimento a agricultura Camponesa, como é o caso da agricultura familiar. Contudo, agricultura familiar refere-se a formas organizacionais em que a família é proprietária do local e dos processos produtivos bem como executa todas as atividades inerentes a produção.

Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referências racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor (CALDART et al., 2012, p. 35).

Nesta pesquisa optamos pela utilização do termo agricultura familiar camponesa, termo também utilizado pelo MST, uma vez que ambos os termos são utilizados para se referir a agricultura desenvolvida dentro do movimento. Contudo, mais importante que a terminologia utilizada é o objetivo e as práticas desenvolvidas com agriculturas familiares Camponesas.

Além disso, a preocupação ambiental é pauta permanente nas ações desenvolvidas dentro do movimento e nos assentamentos (MST, 2016, p. 14), pois para eles no que se refere aos bens da natureza, “a água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada”, por isso buscam “assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as”, promover o combate ao “desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeiras”, além de promoverem o reflorestamento das “áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental”.

Contudo, o fato da não utilização de agrotóxicos ou produtos químicos, e industrializados não se caracteriza como forma de produção agroecológica.

É preciso ter clareza que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 9).

Ainda conforme o autor supracitado uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo” (p. 10). Neste sentido, a agroecologia busca uma contraposição ao modelo produtivo convencional tendo vista sua transição para formas de produção mais sustentáveis embasando-se em aportes teóricos e metodológicos que “pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica” (p.11).

Verges (2017), menciona que o MST se posiciona ativamente contra o atual modelo capitalista de produção do agronegócio, apresentando modelos alternativos de produção de alimentos que carregam em suas pautas a soberania alimentar, com produção diversificada a partir de um modelo sustentável, a exemplo dos sistemas agroecológicos.

Há o destaque para a produção Camponesa justamente pela dissociação com a demanda por combustíveis fósseis e o largo uso de agroquímicos na determinação da produção moderna da agricultura, das inferências ao clima e na obtenção geral da produtividade (VERGES, 2017, p. 140).

Assim, ao proporem um modelo de produção que dissociam a utilização de combustíveis fósseis, tem-se também, por consequência, a diminuição de gases de efeito estufa (GEE) emitidos para a atmosfera. Verges (2017), também aponta um diálogo entre as ideias dos movimentos Via Campesina e MST no que concerne ao enfrentamento das mudanças climáticas, ao uso democrático dos recursos naturais bem como da liberdade de produção alimentar da agricultura familiar camponesa frente a não utilização exacerbada de agroquímicos.

Desta forma, o Movimento Via Campesina aponta estratégias que objetiva não somente o enfrentamento as mudanças climáticas, mas também para a produção de alimentos mais saudáveis, como os cuidados com o solo e a produção de cultivos naturais, sem químicos.

A Via Campesina se coloca como contrária a toda apropriação dos aportes semeadores das colheitas e das possibilidades da vida. Argumentam que o controle das origens das sementes e capacidades de

germinação, bem como de estruturas animais na cadeia produtiva, servem para aleijar os agricultores familiares de suas competências produtivas pautadas na diversificação e não utilização em massa de mecanismos externos, como defensivos agrícolas (VERGES, 2017, 122).

Embasados por práticas de produção que privilegiem uma produção sustentável e objetivando equilíbrio ecológico, os sistemas agroecológicos se constituem em métodos de resistência como enfrentamento ao atual modelo de produção do agronegócio (SENRA, 2020), bem como de enfrentamento aos fenômenos relativos as mudanças climáticas. Além disso, a opção pela forma de produção agroecológicas também propiciam melhorias em outros aspectos relativos as famílias que se aderem a esse sistema.

A resistência econômica se fortalece na medida em que as famílias camponesas seguirão de forma crescente eliminando o uso de todo tipo de insumos industriais – as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Muito rapidamente se libertam de dívidas em bancos ou empresas, uma vez que os insumos e tecnologias em grande medida se alcançam no próprio local de trabalho e produção, e na comunidade (MST, 2010, p. 39).

Em vista ao envolvimento dos/a assentados/as na produção agroecológica, o MST tem investido em formações para homens, mulheres, jovens, adultos e crianças, pois entendem que cuidar do meio ambiente independe da idade ou gênero, se constituindo em um dever e uma necessidade (MST, 1998; MST, 2010), uma vez que os fenômenos que se discorrem a partir das mudanças climáticas, atingem a todas as esferas sociais, entretanto, os mais prejudicados tendem a ser aqueles que produzem na terra e dela tiram o seu sustento, a exemplo da agricultura familiar Camponesa que, mesmo com as dificuldades encontradas, como ineficácia das políticas públicas, “tem sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital” (MST, 2014, p. 33) onde o meio ambiente é tido como direito de todos e a preservação ambiental com a produção de alimentos caminham juntas.

CAPÍTULO III – CAMINHOS PERCORRIDOS

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.*

Cora Coralina

3.1 Caminhos da pesquisa

Esta pesquisa é parte componente do projeto do Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina (GEAC) que está vinculado à Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA), sendo financiado pela FAPEMAT.

Este estudo busca realizar um diálogo sobre os efeitos das mudanças climáticas que tem aumentado e atingido a toda humanidade e seus impactos sobre os povos Camponeses na perspectiva da juventude Camponesa. Partimos do princípio de que os efeitos das mudanças climáticas não afetam a todos os seguimentos da sociedade de forma igualitária, sendo mais atingidas as pessoas em situações de maior vulnerabilidade social e econômica, podendo ser afetadas em suas diferentes esferas como social, política, educativa e econômica.

Neste sentido, este projeto tem como objetivo realizar um prognóstico educativo dos jovens residentes no assentamento Egídio Brunetto, com a finalidade de compreender as suas percepções sobre as mudanças climáticas, como esse fenômeno pode interferir em seus modos de vida (educação, trabalho) uma vez que estes jovens estudam em escolas localizadas na cidade, além de identificar quais táticas de resistência e saberes que possuem que podem contribuir para o enfrentamento desse fenômeno.

A palavra prognóstico refere-se a “um sinal precursor, uma previsão, ou um estudo antecipado [...] uma informação à priori considerada e que exige um debate a posteriori mais denso das particularidades qualitativas” (GPEA/UFMT, 2014). Pode, portanto, se tornar uma importante ferramenta para coleta de informações, familiaridade com o local de estudo, moradores, historicidade entre outros, possibilitando informações que podem nortear as etapas seguintes da pesquisa bem como o acesso ao público que se deseja estudar.

Atualmente podemos perceber a grande influência do Estado e das mídias no que tange as grandes empresas (agroindústrias, agronegócio, entre outras) que estão entre os principais contribuintes para o aumento dos efeitos das mudanças climáticas sendo os maiores causadores de injustiça ambiental.

Com o intuito de perceber se as mudanças climáticas e seus fenômenos podem

influenciar na vida dos/as jovens Camponeses/as, esta pesquisa foi realizada no assentamento do MST, denominado Egídio Brunetto, localizado nos municípios de Juscimeira e Jaciara, no estado de Mato Grosso. Entre os meses de outubro de 2017 e agosto de 2018, em conjunto com o grupo GEAC, foram realizados os primeiros contatos com os moradores do assentamento.

O interesse em desenvolver a pesquisa no assentamento surgiu a partir do contato com os moradores que ocorreram durante os encontros do GEAC, que em rodas de diálogos, demonstraram preocupação com o cenário ambiental atual, de como as mudanças climáticas que tem se mostrado preocupante. Em levantamento a trabalhos de pesquisa já realizados, foi possível perceber que existem muitos trabalhos envolvendo a juventude, juventude Camponesa, juventude rural e juventude ambientalista, entretanto, a presença de trabalhos envolvendo a juventude na perspectiva das mudanças climáticas não se constitui em algo tão presente. Desta forma, optamos por desenvolver este estudo envolvendo as mudanças climáticas sob a ótica da juventude que reside no assentamento.

Esta pesquisa tem como singularidade a obtenção de um retrato atual da juventude do assentamento Egídio Brunetto e para o seu desenvolvimento, a metodologia utilizada ocorrerá por meio do estudo de caso, que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelas pessoas envolvidas, possibilitando conhecimentos detalhados sobre os sujeitos, além de permitir maior aproximação com o pesquisador. A utilização do estudo de caso é “maior em estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos” (GIL, 2008, p. 138).

O estudo de caso pode envolver “o estudo de uma entidade definida, um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social, cujo objetivo seja o de conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidades próprias.” (FONSECA, 2002, p. 33).

O estudo de caso também possibilita a utilização de diferentes técnicas de coleta o que o torna mais complexo, entretanto, é uma característica “fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos” (GIL, 2008). Desta forma, os procedimentos utilizados para coleta de dados foram por meio de entrevistas semiestruturadas, anotações e gravações em áudios - buscando respeitar a opinião pessoal de cada sujeito que serão posteriormente transcritas para o melhor aproveitamento das informações.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 66) “a coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar”, onde as informações

são obtidas a partir do próprio sujeito. Neste sentido, a utilização da entrevista semiestruturada se constitui em uma importante ferramenta para a aquisição das informações necessárias capazes de responder e/ou direcionar as respostas por meio de questionamentos básicos da pesquisa, apoiados nas hipóteses, em vista ao enriquecimento de informações sobre o fenômeno estudado.

Seguindo as orientações do Comitê de Ética em que esta pesquisa foi submetida e aprovada e para resguardar as identidades dos sujeitos, seus nomes serão representados por nomes fictícios sendo identificados com o nome de aves ameaçadas de extinção no Brasil. Os nomes das aves foram retirados do documento denominado “Sumário Executivo do Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção”, uma produção do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Assim, os nomes dos nossos entrevistados serão:

- ❖ Albatroz-de-Tristão
- ❖ Pica-Pau-Amarelo
- ❖ Flautim-Marrom
- ❖ Sabiá-Pimenta
- ❖ Gavião-Pombo-Pequeno
- ❖ Papagaio-Charão
- ❖ Águia-Cinzenta
- ❖ Pato-Mergulhão

A opção pelo nome de aves ocorreu em função da sua liberdade natural. Uma ave nasce para voar, nasce para ser livre e a natureza com seu canto exaltar, mas em função da ganância do homem, se veem privados da liberdade e com seus destinos interrompidos. Que essa realidade não seja a da nossa juventude, não seja a de todos nós.

Em alguns momentos, também serão utilizadas as falas do coordenador do assentamento (etapas da coleta, item 2.2). Ao serem utilizadas as suas falas, elas serão identificadas como Andorinha – Egídio Brunetto, fazendo menção ao famoso ditado popular que diz “uma andorinha só não faz verão” o que retoma o sentido de grupo, de militantes. Contudo, para que isso aconteça, é preciso que uma andorinha comece a voar, direcionando a viagem.

3.2 Lócus da pesquisa: do acampamento ao assentamento Egídio Brunetto/MST

“Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza”

MST

A organização do movimento MST tem início desde a elaboração da proposta de acampamento, a escolha dos representantes e lideranças e permanece mesmo com a consolidação do assentamento (MST, sem p.). Conforme menciona David e Souza (2018, p. 12), o MST surge “por volta de 1984, com o primeiro acampamento” e de lá para cá muitas conquistas foram obtidas por meio de lutas que contribuíram para a conquista do tão sonhado “pedaço de terra” de muitas famílias.

Mapa 1 – localização do município de Juscimeira, onde se localiza o assentamento Egídio Brunetto/MST – MT.



Fonte: DAVID; SOUZA (2018, p. 18)⁴

O assentamento Egídio Brunetto também faz parte dessa trajetória de lutas tendo suas origens a partir do acampamento instalado próximo ao município de Dom Aquino/MT, às margens da rodovia estadual MT 344, sentido a cidade de Campo Verde, sendo denominado como acampamento Mutum (SOUZA, 2019). Seu início ocorreu por meio de um acampamento semiaberto.

⁴ Pesquisadores do grupo GEAC.

Egídio Brunetto – Andorinha

“O acampamento começou em 21 de abril de 2013, a partir de um acampamento semiaberto localizado na Fazenda Mutum, município de Dom Aquino”.

Para Belo e Pedlowski (2014, p. 72), o acampamento se constitui em um processo importante de socialização “sendo o lócus inicial de mobilização de indivíduos e famílias de diferentes origens, e que, na luta pela conquista da terra, contribuem para a construção de uma nova identidade social”.

Entretanto, conforme mencionado, o processo inicial de mobilização ocorreu por meio de um acampamento semiaberto. Este modelo de acampamento possui algumas particularidades em relação ao acampamento mencionados pelos autores acima.

Egídio Brunetto –
Andorinha

“No acampamento semiaberto as pessoas vai no final de semana na assembleia e meio de semana as pessoa trabalham normalmente porque como ficar com as pessoa acampadas o tempo todo? elas precisam se alimentar [...] no debate, 20% do acampamento permanecia dentro do acampamento. Fazia uma espécie de revezamento. Exemplo, 30 dias ficava um grupo para fora, mais 30 dias o grupo voltava e outro saia para o acampamento não ficar só. Mas todo final de semana tinha assembleia”.

Desta forma, foi possível dar continuidade ao processo de acampamento composto por pessoas de diferentes municípios. “Não era uma ocupação, era uma concentração” (Andorinha). A concentração ocorre por meio da utilização de uma área pública onde o grupo permanecia e realizava as articulações. A não ocupação se deve ao fato de o grupo ser pequeno, inviabilizando uma grande ocupação.

Egídio Brunetto –
Andorinha

“Foi pedida essa fazenda e outra ali em Juscimeira. E nessa trajetória foram várias caminhas. Ocupação de rodovias, ocupação de prédio público, mobilizações, desse acampamento e de outros assentamentos juntos. Depois de toda essa articulação até que enfim conseguimos essa área aqui né. Essa área ela foi comprada. O INCRA entrou com a negociação”.

E assim surgiu o assentamento Egídio Brunetto– MST que está localizado a 14 km da BR-364, entre os municípios de Juscimeira-MT e Jaciara-MT, centrada no sudeste mato-

grossense, entre as duas principais cidades do Estado: 160 km da capital Cuiabá-MT e a 56,8 km de Rondonópolis-MT. O município de Juscimeira possui a presença de dois Biomas diferentes sendo eles o Cerrado e o Pantanal (IBGE, 2019). Quanto ao município de Jaciara, o bioma presente é o Cerrado (IBGE, 2019).

A área total do assentamento corresponde a 2 000 há, situado no entorno da Cachoeira do Prata que “é de extrema importância para a região, seja pelo turismo local (é o único local de acesso público e gratuito), seja pelo seu potencial hídrico e de preservação-conservação de área natural” (DAVID; SOUZA, 2018, p. 18).

Diferentemente da média dos sítios dos demais assentamentos que estão em torno de 23 a 25 ha, no Egídio Brunetto os tamanhos dos sítios variam de 10 a 15 há. Esse tamanho foi decidido em discussão entre as famílias acampadas cujo objetivo foi o de que todos pudessem ser contemplados. O tamanho dos sítios foi decidido bom base nos seguintes critérios:

- ❖ Os sítios de 10 há estão localizados próximos as estradas principais de acesso além da possibilidade de maior acesso às fontes hídricas.
- ❖ Os sítios de 15 há estão situados nos pontos mais longínquos do assentamento. Apesar de possuírem um solo melhor, a disponibilidade de água é limitada e o acesso ao sítio é mais difícil.⁵

Atualmente o Assentamento Egídio Brunetto – MST está dividido em 05 núcleos de base. “Cada núcleo para a melhor organização foi identificado com um nome específico” (DAVID; SOUZA, 2018, p. 18), sendo eles:

- ❖ Vale do Lago, com 17 (dezesete) famílias;
- ❖ União, com 14 (quatorze) famílias;
- ❖ Teresa de Benguela, com 08 (oito) famílias;
- ❖ Bela Vista, com 15 (quinze) famílias;
- ❖ Santa Luzia, com 18 (dezoito) famílias;

⁵ Informação fornecida em entrevista ao coordenador do assentamento aqui denominado de Andorinha.

Mapa 2 – Divisão dos lotes no Assentamento Egídio Brunetto/MST – MT.



Fonte: DAVID; SOUZA (2018, p. 19)

Com (4) quatro anos de consolidação e seguindo a dinâmica do MST, o engajamento continua e as reuniões acontecem periodicamente com todas as famílias em busca de melhorias para a coletividade.

3.3 Etapas da coleta

O caminhar rumo aos desdobramentos deste estudo teve início com o prognóstico geral do assentamento realizados pelos pesquisadores do grupo GEAC. Desta forma, três pessoas contribuíram para com a coleta dos dados: o professor Dr. Ronaldo Senra, líder do grupo GEAC, Dionísio Garcia, mestre e pesquisador do grupo e a minha participação, enquanto mestranda e membro do grupo de pesquisa. Entre os trabalhos já produzidos a partir do Grupo de pesquisa se encontram: TCC's de Graduação e Especialização, Dissertação e artigos de Pós-Doutorado.

3.3.1 Prognóstico

As coletas de dados em que tive a oportunidade de estar presente ocorreram nos dias 17 e 19 de maio de 2018 com entrevistas a 30 famílias de um total de 72 famílias assentadas, isso porque muitas famílias ainda não residem definitivamente no assentamento e, portanto, não puderam ser entrevistadas.

O prognóstico também serviu para conhecermos a realidade do assentamento, para termos dados concretos e ao mesmo tempo promover um contato mais amplo com os assentados (SOUZA, 2019). Sua realização possibilitou o levantamento demográfico do assentamento, conhecer sobre a realidade das famílias que ali residem, número de moradores por sítios, o que produzem, como comercializam e outras informações sobre suas realidades e do dia a dia nos sítios. No que concerne aos jovens, o prognóstico possibilitou o levantamento da quantidade de jovens no assentamento e de estudantes de todas as faixas etárias bem como a quantidade de sujeitos para compor a pesquisa.

O prognóstico do local ocorreu mediante a aplicação de uma entrevista semiestruturada composta por um roteiro com questões norteadoras cujas informações foram necessários a elaboração e o andamento das etapas posteriores desta pesquisa e das pesquisas dos demais pesquisadores envolvidos⁶. O roteiro das entrevistas do prognóstico foi estruturado com as seguintes perguntas: *Qual a sua relação com a terra? Já havia sido camponês? Como se vê enquanto camponês? Quais os motivos de adesão ao MST e ser assentado? Teve acesso a políticas públicas? A renda que possui é somente do assentamento? O que produzem? Quais as maiores dificuldades encontradas para produzirem? Já ouviram sobre as mudanças climáticas? Já conseguem perceber mudanças/alterações no clima? Como essas alterações podem influenciar na produção e no meio ambiente? De que forma vocês enfrentam ou poderiam enfrentar esse fenômeno? Quantas crianças e jovens em idade escolar residem em cada família/sítio? Como ocorre o acesso à escola? Já houve impedimentos para estudarem? São atuantes no assentamento? No sítio? Nas ações desenvolvidas pelo MST?*

⁶ A partir da realização do prognóstico, outros trabalhos também foram desenvolvidos, a exemplo da dissertação intitulada “O que nos ensinam os camponeses sobre o clima: Estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Brunetto” e o relatório de Pós-Doc intitulado: “Educação Ambiental Campesina: justiça climática em territórios mato-grossenses”. Todos os trabalhos pertencem aos pesquisadores estando relacionados ao GEAC.

3.3.2 Juventude

A partir das informações obtidas com o prognóstico, foi possível a escolha dos sujeitos: os jovens do assentamento. O critério para a escolha dos jovens foram os seguintes:

- ❖ Estarem frequentando a escola – algumas das perguntas presentes no roteiro das entrevistas possuem o objetivo de conhecer como se dá o acesso à escola, do assentamento a cidade;
- ❖ Residirem no assentamento – com a realização do prognóstico foi possível perceber que muitos assentados ainda não residem nos sítios, inclusive em razão dos filhos serem estudantes;
- ❖ Período que residem no assentamento – o que possibilita a relação dos efeitos das mudanças climáticas no assentamento desde o primeiro ano de assentamento.

Em 22 de setembro de 2018, foi realizado o contato com o coordenador do assentamento e que também reside no local, sendo solicitada a autorização para o desenvolvimento desta pesquisa bem como da assinatura do termo de autorização para que a pesquisa pudesse ser realizada com a juventude do assentamento. Também foi realizado o primeiro contato com os/as jovens para falar sobre a pesquisa, a realização do convite bem como da importância de suas participações para os resultados da pesquisa. A partir desse primeiro contato, os termos foram elaborados tanto para os/as jovens quanto para os pais, conforme as recomendações do Comitê de Ética.

Posteriormente, em 02 de fevereiro de 2019, foi realizada a assinatura dos termos pelos jovens e por seus responsáveis, posteriormente, eles responderam a entrevista que ocorreu em uma manhã e tarde. O roteiro das entrevistas com os/as jovens foi estruturado com as seguintes perguntas: *Quanto tempo residem no assentamento? Já haviam morado no campo? Estão gostando dessa experiência? Exercem alguma atividade no sítio? Sentem alguma dificuldade em permanecer no assentamento? Desejam permanecer no campo? Estudam? Onde? Que transporte utilizam? Já houve impedimentos para irem à escola? Gostaria que houvesse uma escola que levasse em consideração os conhecimentos que possuem e as experiências que vivenciam com a terra? Participam de ações desenvolvidas no assentamento ou pelo movimento MST? Gostariam que houvesse formações que auxiliassem no desenvolvimento do sítio como práticas mais sustentáveis?*

No que concerne as mudanças climáticas, as perguntas foram as seguintes: *O que vocês entendem por Mudanças Climáticas? Já perceberam alguma mudança no período em que*

residem no assentamento – alterações no clima, chuvas, temperatura (maior ou menor)? Ao cultivarem na propriedade, já perceberam diferenças no desenvolvimento? A que fatores associam essas diferenças? A propriedade é bem arborizada? Como é a disponibilidade de água? Ações como reflorestamento, preservação de nascentes, podem auxiliar no combate as mudanças climáticas e de que forma?

Em 13 de fevereiro de 2019, foi realizada uma entrevista com o coordenador do assentamento cujo objetivo foi obter informações desde o acampamento até a consolidação do assentamento, bem como do desenvolvimento de atividades direcionadas aos jovens do assentamento.

3.3.3 Juventude Camponesa: ouvir e deixar dizer entre entrevistas e rodas de conversas

Para compor o público dos sujeitos de acordo com os critérios utilizados para esta pesquisa, foram convidados oito (8) jovens em um universo de vinte e sete (27) educandos/as entre crianças e adultos⁷.

Nesta pesquisa, os sujeitos são compostos por sete (7) jovens do sexo masculino e uma (1) do sexo feminino aqui denominada Águia-cinzenta. Os critérios de escolha por esses jovens foram especificados no item 2.2. As idades e nomes utilizados para identificação dos/as jovens estão presentes no quadro a seguir.

Quadro 2 – Identificação e idades dos sujeitos.

Jovens da pesquisa	Idade
Albatroz-de-Tristão	15
Pica-Pau-Amarelo	
Flautim-Marrom	
Sabiá-Pimenta	
Gavião-Pombo-Pequeno	18
Papagaio-Charão	
Águia-Cinzenta	17
Pato-mergulhão	19

Fonte: A autora (2019)

⁷ Durante a realização do prognóstico, foram realizados levantamentos de quantos estudantes residiam no assentamento e partir desses dados selecionamos os jovens que vieram a participar da pesquisa.

A entrevista com os/as jovens teve início com as devidas apresentações tanto dos sujeitos quanto do pesquisador. Nesse momento, foi explicado quais eram os objetivos da pesquisa bem como a importância da participação dos jovens para que a pesquisa acontecesse, pois conforme mencionado por Minayo (1994), os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. A seguir, foi solicitado que os jovens e os responsáveis assinassem o termo de livre consentimento após a sua leitura e explicação.

Embora o foco da pesquisa seja a compreensão dos jovens sobre as mudanças climáticas, torna-se de fundamental importância conhecer o cenário em que estão inseridos e a realidade que faz parte de suas vidas. Neste sentido, optou-se por desenhar a entrevista de forma que não somente questões inerentes as mudanças climáticas fossem contempladas, mas também sobre suas realidades como trajetórias de vida, de onde vieram, como se sentem enquanto assentados, onde estudam e o que almejam do futuro em relação a permanência no campo, conforme as perguntas anteriormente informadas que possibilitam perceber a situação da juventude do assentamento Egídio Brunetto frente às mudanças climáticas, se pertencem ou não a um grupo vulnerabilizado, podendo ser mais atingidos pelos efeitos desse fenômeno em relação a juventude da cidade.

O diálogo partindo do princípio de suas histórias de vida é muito relevante, pois possibilita que os entrevistados se sintam valorizados partindo do interesse em conhecer as particularidades de cada um e não somente as informações que são o enfoque principal da pesquisa. Desta forma, abrem-se possibilidades para a consolidação de uma interação respeitosa tanto pelo indivíduo quanto pelas relações que se manifestam na comunidade em que se encontra inserido, podendo favorecer uma melhor abertura dos entrevistados, pois, à medida que a entrevista acontece, sentem mais liberdade e facilidade em se abrirem com o pesquisador (MINAYO, 1994).

Durante as entrevistas, os pais e responsáveis estiveram presentes e fizeram suas contribuições de forma espontânea, uma vez em que estavam presentes no local no momento da realização das entrevistas. Algumas dessas contribuições foram de grande importância e, portanto, também foram consideradas sendo utilizadas em complemento as respostas dos jovens, pois, toda informação é importante pois foram obtidas por meio de diálogos e colaboração dos envolvidos (MINAYO, 1994). Entretanto, as intervenções dos pais/responsáveis estão diretamente relacionadas a preocupações com os jovens em questões como educação, trabalho e permanência no campo.

Neste estudo, procura-se salientar a importância da escolha dos/as jovens pela permanência no campo em vista a continuidade do campesinato enquanto se discute uma temática tão importante que são as mudanças climáticas. Olhar para a juventude Camponesa por meio da pesquisa torna-se uma forma de dar audiência para as suas pautas de luta e de vida, ressaltando sua importância para o campo. Dialogar sobre as mudanças climáticas complementa essa importância, pois influencia diretamente na qualidade e no desenvolvimento dos sítios, principalmente no viés da sustentabilidade.

CAPÍTULO IV – OS FRUTOS DA PESQUISA

Mesmo que já tenha feito uma longa caminhada, sempre haverá mais um caminho a percorrer.

Santo Agostinho

Neste capítulo discutiremos os resultados obtidos na pesquisa buscando trazer a relação entre as informações obtidas com a realização do prognóstico e as entrevistas com a juventude sob diferentes perspectivas (educativas, social e ambientais), principalmente na perspectiva das mudanças climáticas.

Optamos por não separar as informações, prognóstico e as entrevistas dos/as jovens, uma vez que ambas se complementam. Entretanto, ressaltaremos ao longo das discussões as percepções dos jovens. Não há como separar os sujeitos do assentamento uma vez que, com base na visão dos movimentos Camponeses e do MST os sujeitos se educam na coletividade.

O movimento no campo não é só de homens. Todos, mulheres, homens, crianças, jovens integrados nesse movimento social, constituindo-se como sujeitos de direitos [...] não separam de um lado homens, de outro mulheres, de um lado adultos, de outro jovens e crianças, se educam como coletivo (ARROYO; FERNANDES, 1999, p.19-20).

Embasados nesse princípio de coletividade, a realização do prognóstico possibilitou conhecer um pouco sobre a realidade de 30 famílias de um universo de 72 que possuem sítios no assentamento. As famílias que foram entrevistadas constituem-se de um total de 94 pessoas, sendo 33 homens, 28 mulheres, 8 jovens acima de 14 anos e 25 crianças abaixo de 14 anos de idade.

4.1 Prognóstico: a realidade das famílias assentadas - caminhos para dialogar com a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST

No que se refere a quantidade de estudantes que residem no assentamento, são compostos por oito (8) adultos, oito (8) jovens e onze (11) crianças que frequentam o ensino fundamental, médio e a modalidade de ensino EJA em escolas localizadas no município de Juscimeira/MT.

Antes de residirem no assentamento, os entrevistados realizavam outras atividades trabalhistas e entre as funções que desempenhavam foram citadas as de pedreiro, operadores de

máquinas e vaqueiro, entre os homens. Em relação as mulheres, a principal função que desempenhavam era de doméstica ou do lar.

O contato com o campo já fazia parte da vida de 17 pessoas entre as famílias que responderam e que mencionaram já terem sido camponeses ou terem realizado algum trabalho como Camponês anteriormente. O desejo de voltar para o campo sempre se fez presente, a valorização da identidade Camponesa contribui para que o retorno se torne possível retomando suas vidas junto ao campesinato. O assentamento também se constitui em um espaço “territorial onde ocorre uma reorganização das relações sociais e identitária. Unidade social local de identidade e de pertencimento a partir da vivência de experiências comuns” (SILVA; CURY, 2015, p. 24).

Aderir a um movimento em favor da reforma agrária, como o MST que se constitui em um dos movimentos mais expressivos, possibilita o retorno ao campo para muitas famílias que já eram Camponesas e para outras que sonham por um “pedaço de terra”. Conforme mencionado, a adesão ao movimento que os/as levaram a se tornarem assentados no Egídio Brunetto aconteceu tanto por intermédio de terceiros – que lhes informaram sobre o início de um novo acampamento, quanto por iniciativa particular sendo reforçado pelo desejo de possuírem o seu “pedaço de terra”, “um lugar para chamarem de seu e que pudessem cultivar e produzir como forma de trabalho independente”.⁸

Desta forma, apesar dos poucos recursos disponíveis atualmente, foram unânimes em dizer que *se* “sentem realizados com essa conquista”⁹ a descrevendo como a realização de um sonho. Nessas expressões, fica explícito que, ao se tornarem “assentados/as ocorre efetivamente a territorialização do desejo, e o espaço torna-se o seu lugar no mundo” (SENRA; MEDEIROS, 2018, sem p.).

Apesar de se sentirem realizados após a conquista dos sítios, somente onze (11) das famílias entrevistadas disseram conseguir sobreviver exclusivamente da renda proveniente do sítio. Alguns realizam atividades remuneradas nas propriedades vizinhas, outros possuem aluguéis, aposentadoria, o que auxilia na composição da renda. O que eles produzem atualmente serve para alimentação própria e dos animais que possuem. Conforme Senra e Medeiros (2018, sem p.), esta condição é reflexo da “insuficiência do estado em garantir a efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar”.

⁸ Recortes de respostas generalizadas obtidas com o prognóstico.

⁹ Recorte de respostas generalizadas obtidas com o prognóstico.

Entre os principais produtos cultivados nos sítios que foram citados pelos/as assentados/as estão presentes a *mandioca*, *mamão*, *pimentas*, *abacaxis*, *cana-de-açúcar*, *batata-doce*. Em relação a animais, a maioria aderiu a criação de *galinhas*, *porcos* e a criação de *gados de leite e corte*.

Apesar dessa diversidade de produtos, os moradores disseram ter grandes dificuldades em expandir a produção em consequência da falta de recursos financeiros. Toda a atividade realizada desde o preparo do solo, com o aluguel de máquinas (tratores, arados) até a aquisição de mudas e sementes exige emprego de valores, dificultando que as atividades possam ser realizadas. Isso também pode ser observado por meio dos planos de políticas públicas de investimentos na agricultura que são destinados à agricultura familiar camponesa e ao agronegócio, a exemplo do Plano Safra.

Apesar de representarem 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil e serem os responsáveis por mais de 50% do alimento que chega à mesa dos brasileiros, no plano safra referente a 2017/2018 foram disponibilizados somente R\$30 bilhões em créditos destinados a agricultura familiar (AGRONOVAS, 2017). Já para o agronegócio, cuja produção é majoritariamente destinada à exportação ou para a produção de ração animal (soja e milho) e fibras (algodão), o valor destinado para o mesmo período foi de R\$200 bilhões (BRASIL, 2017) e para a safra 2019/2020 será destinado um valor de R\$ 225 bilhões (MAPA, 2019). Com esses dados, podemos perceber a real falta de incentivos para quem produz os alimentos que de fato chegam as mesas dos brasileiros.

Além disso, os moradores relataram dificuldades em relação à entrega dos alimentos produzidos para os comerciantes nas cidades, neste caso, a logística é prejudicada devido às estradas sem estrutura, o que impede/dificulta que comerciantes se desloquem ao assentamento para buscar os produtos, uma vez que grande parte dos assentados não possuem veículos adequados ao transporte da produção.

Por se tratar de estradas não pavimentadas, estão constantemente necessitando de reparos e quando isso acontece passa a existir um conflito entre os municípios de Juscimeira e Jaciara sobre a quem se incumbe essas ações de melhorias pois, conforme relatos dos moradores, o assentamento possui em sua dimensão território em ambos os municípios. Esses conflitos de interesses prejudicam os assentados que ficam à espera da boa vontade de quem irá solucionar os problemas a cada vez que eles ocorrem.

No que concerne às políticas de subsídios e incentivos aos novos assentados, trata-se de ajudas financeiras para que possam investir em suas propriedades. Para o assentamento foi

disponibilizada uma ajuda de custo inicial (R\$ 5200,00) destinados a cada família assentada para que pudessem iniciar sua produção. Desta, apenas 21 tiveram acesso a essa ajuda inicial até a data da realização das entrevistas, ou seja, três anos de consolidação do assentamento.

As famílias que ainda não receberam os subsídios estão aguardando o pagamento que não aconteceu por diversas razões, sendo que 7 não receberam por assuntos relacionadas a documentações, os demais não especificaram os motivos do não recebimento. “Com a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional, a década de 90 vivenciou o abandono da agricultura familiar pelo Estado” (MST, sem p.), como podemos perceber, pouca coisa parece ter mudado pois, apesar de existir os subsídios, muitos dos/as agricultores/as Camponeses/as não conseguem ter acesso aos recursos, o que dificulta o investimento no sítio.

Desta forma, não basta que ocorra a conquista da terra, é preciso que existam incentivos econômicos e políticos para que os novos assentados realmente consigam produzir e começar a retirar dos sítios o necessário para o seu sustento e de suas famílias.

Logo após o recebimento dos sítios muitos dos que foram contemplados passaram a residir no assentamento iniciando suas produções. Indagados sobre a presença de fatores que interferem na produção, como por exemplo, fatores relacionados a mudanças no clima e se essas alterações foram perceptíveis a partir do momento em que se estabeleceram no assentamento, eles relataram que não perceberam mudanças significativas na produção em decorrência de mudanças no quantitativo de chuvas, mudanças de temperatura, etc.

Entretanto, relataram que em 2017 houve um forte incêndio que mobilizou grande parte dos moradores e isso ocorreu em função da época de estiagem onde a vegetação encontra-se seca, o que favoreceu a propagação das chamas. Em relação a 2018, perceberam um maior volume de chuvas, em contrapartida, as temperaturas baixas estão mais escassas. Sobre a terminologia Mudanças Climáticas os moradores desconhecem o termo, mas identificam as variações dos fenômenos climáticos (SOUZA, 2019).

As mudanças climáticas comprometem a qualidade de vida e a produção alimentar fazendo-se necessário a adoção de medidas que busquem minimizar os seus impactos. A forma de produzir que prevalece no assentamento Egídio Brunetto baseia-se no sistema agroecológico de produzir e utilizar os recursos naturais. Os sistemas agroecológicos são importantes aliados da sustentabilidade, pois “na busca de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação

dos recursos naturais” (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 92), prezando pela reciclagem dos nutrientes como forma de minimizar as perdas dos recursos durante a produção.

Desta forma, para além de produzir para sua subsistência e em alguns casos, levar alimento a mesa de quem reside na cidade, a forma de produzir camponesa contribui significativamente para preservação dos recursos naturais e a melhoria do meio ambiente como uma forma de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

4.2 JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO – SONHOS E DESAFIOS

4.2.1 Em busca dos direitos – queremos estudar!

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

As possibilidades de discussão sobre a juventude Camponesa podem ocorrer por diferentes perspectivas a depender dos objetivos do pesquisador tornando-se amplamente abrangente, entretanto, a finalidade desta pesquisa foi obter por meio da entrevista com os jovens do assentamento, informações que possibilitem a compreensão de sua realidade atual na perspectiva educativa e em especial sobre suas compreensões sobre às mudanças climáticas e os impactos deste fenômeno no assentamento e nos sítios.

Cabe ressaltar que o primeiro contato com os jovens ocorreu durante a realização do prognóstico. Para o desenvolvimento do segundo momento da pesquisa, entrevista com a juventude, a presença de um participante do grupo GEAC se fez de fundamental importância. Cabe ressaltar a ideia de coletividade dentro do grupo GEAC, pois, apesar de já ter concluído sua pesquisa, um participante se prontificou a me auxiliar nas idas ao assentamento e na coleta dos dados. Outra característica marcante diz respeito a receptividade dos/as assentados/as para com os/as pesquisadores/as do grupo, principalmente das dos/as jovens e das famílias que compõem esta pesquisa.

Partimos do princípio de que todos os/as jovens residem no assentamento, alguns desde o período inicial, outros, entretanto, vieram posteriormente seja para morar com familiares seja pela aquisição do sítio posteriormente de terceiros. Cinco jovens disseram residirem no assentamento desde o início, 4 anos, e os demais residem no local a três (3) anos.

Somente 2 jovens responderam já terem morado no campo anteriormente, sendo que ambos residiram em uma fazenda onde seus pais trabalhavam. Entretanto, antes de irem para o assentamento, estavam residindo na cidade. Apesar de 6 dos 8 jovens não terem mencionado algum contato com o campo anteriormente foram enfáticos em dizer que estão gostando de residir nos sítios, ressaltando que não trocariam o campo pela cidade. Apesar de se sentirem bem no assentamento, dois jovens mencionaram que não pretendem permanecer, futuramente, no assentamento. Um dos sujeitos justificou dizendo “*Não quero ficar aqui não. Quero estudar, fazer faculdade e ir para a cidade, trabalhar lá*” (Águia-cinzenta).

Embora, em sua maioria, se sintam satisfeitos e realizados os/as jovens mencionaram algumas dificuldades que fazem parte do seu dia a dia no assentamento, como:

- a) *Dificuldades para estudar;*
- b) *Recursos financeiros limitados;*
- c) *Ausência de emprego formal e;*
- d) *Comunicação limitada (internet) / acesso à informação.*

A educação do campo já acontece por meio dos movimentos sociais, o educar-se do camponês acontece do dia a dia passando pelo conjunto de experiências adquiridos na lida com a terra, nas ações coletivas, nas lutas, nas realizações, neste sentido a escola se constitui em mais um dos lugares onde as pessoas se educam, sendo-lhes atribuído o dever de,

Interpretar os processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 22)

Contudo, o direito a educação escolar do campo se constitui em um direito amparado por Lei Constitucional, não devendo fugir das obrigações do poder público em sua aplicabilidade, devendo ser reservado, no mínimo, 20% do orçamento anual da educação para o atendimento a este público (BRASIL, 2012).

A educação escolar nos espaços rurais é de responsabilidade da União, entretanto, os municípios de Jaciara e Juscimeira não possuem escolas do campo, sendo assim os alunos que residem em assentamentos precisam frequentar as escolas situadas na cidade. Esse não é o ideal de escola esperado para os/as educandos/as do campo pois, mesmo que haja escolas no campo está precisa ser do campo, ou seja, que contemplem as suas realidades e os saberes que possuem,

principalmente no que concerne na relação dos educandos com a terra (ARROYO; BRADÃO, 1999).

Conforme a Resolução Normativa do estado de Mato Grosso (2013), que versa sobre a educação escolar do campo, esta, mesmo acontecendo nos espaços urbanos, deveria contemplar desde a formação inicial e continuada dos professores até aos recursos materiais disponíveis nos espaços escolares para atenderem a população rural.

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (MATO GROSSO, 2013, p. 1).

Entretanto, não é essa a realidade das escolas frequentadas pelos educandos do assentamento Egídio Brunetto que, para terem acesso à educação escolar, estão frequentando escolas localizadas no município de Juscimeira/MT. Trata-se de duas escolas distintas, voltadas ao público urbano, sendo uma é mantida pelo governo estadual que oferta o ensino médio período matutino e uma escola municipal que oferta do ensino fundamental ao médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos. As escolas em que os jovens estudam serão apresentadas no quadro abaixo bem como o período estudado, meio de transporte utilizado e a série.

Quadro 3 – Dados escolares e conduções

Nome	Escola	Serie	Período	Tipo de condução utilizada
Albatroz-de-tristão	Antônio Jose de Lima	1ª fase do 3º ciclo	Matutino	Ônibus
Pica-pau-amarelo	João Mateus Barbosa	1º ano do ensino médio	Matutino	Ônibus
Pato-mergulhão	Antônio Jose de Lima	2º e 3º ano do ensino médio – EJA	Noturno	Kombi
Gavião-pombo-pequeno	Antônio Jose de Lima	3º ano do ensino médio	Noturno	Kombi
Águia-cinzenta	Antônio Jose de Lima	2º ano do ensino médio	Noturno	Kombi
Papagaio-charão	Antônio Jose de Lima	3ª fase do 3º ciclo – EJA	Noturno	Kombi

Flautim-marrom	Antônio Jose de Lima	3ª fase do 3º ciclo	Matutino	Ônibus
Sabiá-pimenta	Antônio Jose de Lima	1ª fase do 3º ciclo	Matutino	Ônibus

Fonte: A autora (2019)

O transporte utilizado pelos/as educandos/as para realizarem o percurso até as escolas são disponibilizados pela prefeitura municipal de Juscimeira. Para o período matutino o meio de transporte trata-se de um ônibus e para os alunos do período noturno é fornecido uma Kombi, o que se deve ao fato do número de alunos ser menor.

As escolas estão a uma distância de aproximadamente 20 km do assentamento. Distância relativamente curta para alunos que residem na zona rural, entretanto, o trajeto utilizado torna o percurso longo e cansativo o que se deve as estradas esburacadas em épocas chuvosas e demasiada poeira em épocas de secas.

Egídio Brunetto –
Gavião-Pombo-
Pequeno

“Uma escola aqui seria bom. Porque sempre tem estrada ruim, ponte quebrada ai ônibus que não vem (desce para pegar a kombi)”

Egídio Brunetto –
Flautim-Marom

“Gastamos muito tempo pra chegar na escola. As chuva atrapalha muito porque sempre tem atoleiro, problema com a ponte”

Perder aula se tornou um acontecimento rotineiro para os/as educandos/as assentados/as. Os problemas mais comuns citados pelos jovens foram os problemas mecânicos ocorridos com os veículos e com as estradas. Quando o veículo quebra durante o trajeto transportando os alunos, eles ficam aguardando, devendo muitas vezes, retornarem as suas casas. Cabe ressaltar que o direito a educação, transporte e moradia estão amparados constitucionalmente, ainda assim, as dificuldades em realizar o acesso a cidade são muitas.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 2016).

Além das estradas, as pontes inadequadas ao fluxo de veículos intensos na estrada também têm causado transtorno aos estudantes e moradores em geral. Isso porque além dos assentamentos e fazendas, trata-se também de uma estrada parque que dá acesso a Cachoeira

do Prata, local turístico da região, cujo assentamento está localizado em seu entorno, aumentando assim o fluxo de veículos na região. Em entrevista, a mãe de um dos jovens interveio e fez o seguinte relato demonstrando sua indignação pela ausência de responsabilidade da prefeitura para com seus filhos:

Egídio Brunetto - Pica-Pau-Amarelo (mãe)		<i>“[...]certo dia, o ônibus passou normalmente para pegar os alunos e leva-los à escola. Mas a ponte tinha caído e eles ficaram lá e perderam a aula. Os pais que souberam foram buscar os filhos lá. Como não fiquei sabendo eles tiveram que vir andando no sol quente. Ninguém trouxe eles[...].”¹⁰</i>
--	--	--

A queda da ponte está relacionada ao excesso de chuvas, grande fluxo de veículos aliados a falta de manutenção, o que impediu que eles chegassem até o destino. No dia anterior a entrevista, havia chovido por um longo período e em decorrência desta chuva, o ônibus não havia passado. Esta informação foi passada por um dos jovens.

Egídio Brunetto - Albatroz-de-Tristão		<i>“Quando chove o ônibus não vem. Hoje ele não veio porque ontem choveu. E se chover hoje novamente amanhã ele não vir. Sempre que chove muito o ônibus não passa e a gente perde muita aula por isso”</i>
---------------------------------------	--	---

Em continuidade a entrevista, a mãe do participante supracitado interveio demonstrando sua indignação com o descaso que constantemente acontece aos/as educandos/as que residem no assentamento. Em referência as dificuldades encontradas pelo filho, declarou que,

Egídio Brunetto - Albatroz-de-Tristão (mãe)		<i>“Ele já ficou uma semana sem ir para a escola. Só não reprovou porque foi bem durante o ano. Perdeu revisão e provas. Não foi porque o ônibus ficou uma semana sem vir [...]”¹¹</i>
---	--	---

Nos sítios localizados nos locais mais altos e de difícil acesso os veículos de transportes não chegam em decorrência da presença de atoleiros em épocas chuvas e mesmo em épocas de secas pela falta de visibilidade da estrada, isso porque a manutenção das estradas não acontece de forma periódica. Em decorrência a isto os pais precisam levar seus filhos até a estrada principal para que consigam pegar a condução e chegarem à escola.

São muitas as dificuldades encontradas pelos/as jovens e demais assentados/as. O transporte escolar rural foi criado com o intuito de viabilizar o acesso dos/as educandos/as do

¹⁰ Relato espontâneo da mãe de um participante obtido durante a entrevista.

¹¹Relato espontâneo da mãe de um participante obtido durante a entrevista.

campo até as escolas viabilizando o trajeto casa-escola-casa. Surgiu do entendimento de que “o oferecimento do ensino público gratuito, por si só, muitas vezes não é suficiente para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola” (FNDE, p. 2). Entretanto, o que se pode observar, na realidade, são alunos que padecem com estradas comprometidas que inviabilizam o percurso dos veículos até os sítios mais distantes.

Devido a estas dificuldades, o relato de um pai chamou a atenção durante a realização do prognóstico. Em seu relato, as dificuldades encontradas foram tantas que sua esposa e filha tiveram que se mudar para a cidade de Rondonópolis para que a filha pudesse estudar. Ambas retornam ao sítio aos finais de semana e feriado.

Egídio Brunetto –Beija-Flor

“[...]a estrada principal está a 14 km daqui. Eu tinha que levar ela para pegar o ônibus e buscar depois. Isso dá 28 km por dia. O problema está nos dias de chuva principalmente intensas porque a estrada fica cheia de lama e escorregadia. Além de chegar molhada lá. Já levei ela para pegar o ônibus e chegando lá ele já havia passado. Demoramos porque a estrada estava ruim. Não tinha como ir rápido. Estava cansativo para a gente e principalmente para ela que ainda tinha que pegar a estrada para a escola que não é muito boa. Achamos melhor elas ir para Rondonópolis. Temos uma casa lá [...]”¹²

O direito a educação escolar parte de um princípio constitucional que deve ser resguardado e garantido a toda população em todas as esferas sociais onde quer que residam. Pois, conforme mencionam Arroyo e Fernandes (1999, p. 22) “a escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo”.

Entretanto, o que acontece, na realidade dos jovens do assentamento está distante do que a legislação declara como direito, ferindo alguns dos princípios constitucionais estabelecidos em lei. Na seção I da Constituição Federal de 1988, são estabelecidos os princípios que deveriam servir como base para que o ensino aconteça de forma igualitária.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Garantia de padrão de qualidade.

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII – Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2016, p. 123-124).

¹² Entrevista realizada em 19/05/2018 durante a realização do prognóstico. Participante identificado como Beija-flor.

Uma notícia preocupante repercutiu nas mídias em maio de 2019 referindo-se para uma possibilidade de congelamentos nos recursos destinados à educação, mais precisamente dos recursos destinados aos livros didáticos, programas de apoio a educação infantil e de jovens e adultos, Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e transporte escolar (G1, 2019).

Importante ressaltar que todos os programas citados são de grande importância para a educação, entretanto, se os cortes em transporte escolar atingirem aos/as educandos/as que residem em assentamentos e meios rurais, os índices de evasão escolar cresceram drasticamente envolvendo esse público, principalmente nos locais de difícil acesso e onde a carência de veículos para locomoção é realidade. De outra forma, poderá ocorrer o êxodo da juventude e demais educandos/as do campo tendo em vista a necessidade de concluírem seus estudos.

O acesso à educação não é a única dificuldade encontrada pelos/as jovens no assentamento. Certamente que uma escola no campo que contemple seus saberes com o campo e suas especificidades seria o ideal de uma educação inclusiva. Contudo, além da ausência de uma educação específica as suas necessidades, esses jovens encontram pela frente outras dificuldades como a ausência de recursos financeiros que os impedem de investir e promover o desenvolvimento da propriedade.

Menezes, Stropasolas e Barcelos (2014) mencionam que o êxodo da juventude do campo tem aumentado significativamente. Diante desta realidade, sua permanência no campo deve ser assegurada por meio de políticas públicas possibilitando que esses jovens possam se reinventar no campo. Esses incentivos devem envolver não somente a educação, moradia, mas também incentivos financeiros para que possam trabalhar e gerarem renda.

Os programas de fomento para a juventude do campo existem, entretanto, as exigências feitas para concessão de créditos são demasiadamente burocráticas. Como é o caso de exigência de acesso ao Pronaf jovem, por exemplo, onde o jovem precisa atender a alguns requisitos como ter recebido orientação de uma instituição prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), entre outros. Entretanto, a maior dificuldade, no que se refere a juventude de assentamento, é a exigência de possuírem uma DAP assessoria – declaração de aptidão ao Pronaf que é proveniente da DAP familiar (ENTREPOSTO, 2016), pois para se ter acesso a esta declaração, faz-se necessário a titularização da terra, ou seja, o Contrato de Concessão de Uso (CCU) ou posse da terra. Entretanto, as políticas públicas devem ser pensadas para atender o jovem do campo em sua totalidade. Sendo que,

O acesso ao crédito deve estar inserido numa política mais ampla e completa, que considere o indivíduo ou a família que o recebe, não apenas como pobre, mas como um agricultor que, se apoiado convenientemente, tem potencialidades para assegurar, em melhores condições, a sobrevivência de sua família e participar da produção da riqueza de sua comunidade local. (WANDERLEY, 2015, p.27)

Os cuidados com o sítio que começam desde o preparar da terra para receber uma nova sementeira ou plantio até a colheita daquilo que foi produzido demandam de recursos para serem realizados. Mesmo não possuindo muitos recursos financeiros os/as jovens relataram que desempenham diversas funções nos sítios que residem visando melhorar sua qualidade e produtividade. Dentre as funções que desempenham, algumas foram listadas no quadro abaixo.

Quadro 4 – Funções desempenhadas na propriedade

Jovens da pesquisa	<i>Funções que desempenham</i>
Albatroz-de-Tristão	<i>Capinar, roçar e outras que forem necessárias</i>
Pica-Pau-Amarelo	<i>Consertar cercas e demais afazeres</i>
Pato-Mergulhão	<i>Capinar, plantar</i>
Gavião-Pombo-Pequeno	<i>Cercas, capina, plantar. Deu início a criação de frangos</i>
Águia-Cinzenta	<i>Trabalhos do lar, outros afazeres</i>
Papagaio-Charão	<i>Capinar, plantar</i>
Flautim-Marrom	<i>Capinar, plantar. Serviços externos</i>
Sabiá-Pimenta	<i>Capinar, plantar</i>

Fonte: A autora (2019)

A relação de trabalho para o MST que envolvam as crianças, os/as adolescentes e os/as jovens com a terra é dotado de sentidos para além do trabalho e de obtenção de renda, envolvendo valores morais e éticos. Ao criar possibilidades para que esse público, desde cedo, tenham contato com a terra o MST busca a formação do sujeito em sua totalidade. Busca também,

“Proporcionar para os nossos filhos uma educação e formação de personalidade e caráter. Conhecer e vivenciar os valores da solidariedade. O gosto pela beleza das coisas, a indignação sobre qualquer injustiça, a defesa da vida acima de tudo, o amor ao estudo e ao trabalho. Aperfeiçoar a qualificação técnica para as diversas atividades ligadas à agricultura, visando fixar o homem e a mulher no campo”. (MST, 1988, p. 8)

A educação escolar mantém-se como prioridade para o movimento, entretanto, é na relação com a terra e com os seus pares que os mais jovens vão construindo sua identidade enquanto camponeses, desenvolvendo habilidades que lhes permitam zelar pelo meio ambiente em que se encontram inseridos. O trabalho com a terra não se trata de uma atividade sem nexos,

pelo contrário, “deve ser planejado, organizado, pedagogicamente acompanhado, tendo claro onde se quer chegar e quais os passos a se dar nesse processo”. (MST, 1988, p. 9).

Neste sentido, ao realizarem alguns dos trabalhos acima mencionados nos sítios em que moram, os/as jovens fortalecem a sua identidade, ampliando a sua relação com a terra. Contudo, como muitas famílias ainda não haviam recebido os primeiros subsídios ofertados pelo governo conforme mencionado anteriormente, alguns dos/as jovens, passaram a realizar trabalhos nas cidades e nas propriedades circunvizinhas para aumentarem a renda e ajudarem nas despesas do sítio.

Egídio Brunetto – Pato-
Mergulhão

“A falta de dinheiro também é ruim. As vezes fazemos serviço fora também, sítio, as fazenda aqui, ajuda um pouco”

Egídio Brunetto –
Flautim-Marrom

“[...]as vezes faço serviço nos outros sítios também”.

A falta de recursos financeiro, por sinal, está entre os principais motivos de evasão da zona rural e da venda de mão-de-obra para os grandes fazendeiros e outros sítios nos arredores. Essa prática, segundo Oliveira e Feliciano (2010) é muito comum entre a juventude e demais moradores/as do campo como meio de aumento de renda, vendendo sua força de trabalho para agricultores maiores. Segundo o MST, esses poderiam ser classificados como semiassalariado agrícola,

Trata-se de camponeses pobres que, em algumas épocas do ano, para complementar sua renda familiar, vendem sua força de trabalho ao fazendeiro, ao sitiante ou a outro camponês. São, pois, camponeses “diaristas” em alguns períodos do ano [...] os semiassalariados rurais formam a camada mais numerosa na agricultura latino-americana, pois nela se inclui grande parte dos assalariados agrícolas (peões, vaqueiros, capatazes etc.) e dos camponeses pobres que se veem obrigados a assalariar-se temporariamente. (MST, 2015, p. 33)

É uma dicotomia muito presente na realidade de pequenos/as agricultores/as e de jovens assentados, principalmente quando os recursos se tornam escassos. Mesmo com as dificuldades encontradas, o desejo de permanecer no assentamento está presente. E para isso, estes/as jovens contam com o aumento de formações e capacitações direcionadas aos assentamentos com o intuito de aprimorar seus conhecimentos podendo melhor utilizar os recursos disponíveis nos sítios e desta forma contribuir para a melhoria do meio ambiente no qual se encontram inseridos por meio da implantação e aprimoramento de modelos de produção mais sustentáveis como é

o caso do sistema agroecológico, bastante difundido entre os movimentos sociais do campo, demonstrando suas preocupações com as presentes e com as futuras gerações.

4.2.2 As mudanças climáticas sob o olhar da juventude do assentamento Egídio Brunetto-MST

*O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz.
Depois árvore.*

Manoel de Barros

As discussões sobre as mudanças climáticas não são recentes, entretanto tem alcançado maior ênfase nos últimos anos dado as proporções que têm atingido. Desta forma, este tema tem aparecido com frequência nos meios de comunicação tornando-se importante sua divulgação e discussões, em todos os locais possíveis, sobre suas causas e consequências. Neste sentido, conhecer o que os/as jovens compreendem sobre o assunto e seus impactos no assentamento é importante pois permite dialogar sobre as possibilidades de enfrentamento a este fenômeno. Assim, quando perguntados sobre suas compreensões sobre o termo Mudanças climáticas, 6 (seis) dos sujeitos responderam não conhecer ou não se lembrarem do termo. Dos que responderam conhecer ou já terem escutado sobre as Mudanças Climáticas, as respostas foram as seguintes:

Egídio Brunetto –
Albatroz-de-Tristão

“tem a ver com o tempo”

Egídio Brunetto –
Pato-Mergulhão

*“já ouvi, dá ‘pra’ perceber o aumento da
temperatura”*

Essas compreensões também puderam ser observadas mediante as respostas obtidas durante a realização do prognóstico com os moradores em geral (SOUZA, 2019; SENRA; MEDEIROS, 2018).

Ao serem questionadas sobre o que são mudanças climáticas, muitos podem não ter em mente sua definição. Entretanto, conseguem perceber as mudanças significativas que vem ocorrendo no clima, volume de chuvas, entre outros, desta forma, Silva e Neto (2015) mencionam que “Esses saberes práticos acumulados vieram estabelecer-se como sabedoria - o

acervo de conhecimentos originários daquelas pessoas mais observadoras das relações com a natureza” (p. 139), que apesar de não compreenderem a raiz da palavra, conseguem interpretá-la empiricamente.

Mesmo não tendo clareza do que significam as mudanças climáticas, os/as jovens têm percebido que, apesar de pouco tempo assentados, ocorreram mudanças significativas relacionadas ao clima local.

Egídio Brunetto –Pica-
Pau-Amarelo

“Teve umas mudanças rápidas no tempo (clima). Ano passado teve muita queimada, fogo saiu destruindo tudo aqui”

Egídio Brunetto –
Papagaio-Chorão

“Teve muito calor ano passado e ta quente agora também”

Egídio Brunetto –Pica-
Pau-Amarelo

“Sim, fez muito calor. Teve uma queimada bem forte ano passado também”

As queimadas se constituem em um dos principais problemas que ocorrem anualmente no assentamento, sendo uma prática recorrente principalmente na região do Cerrado. Em Mato Grosso no ano de 2019, os focos de incêndio foram consideráveis, sendo que o Cerrado também foi bastante afetado.

O total de focos de calor em Mato Grosso até outubro deste ano já é 53% superior do que o registrado em todo o ano passado. Até 9 de outubro, o estado registrou 28 mil ocorrências, contra 18,3 mil em todo o ano de 2018. A Amazônia é o bioma mais atingido, com 15,9 mil focos, seguida do Cerrado, com 10,9 mil. O Pantanal registrou 1,1 mil ocorrências em sua porção mato-grossense (ICV, 2019, sem p.).

Os/as jovens acreditam que a época de seca favorece para o surgimento de focos de queimadas. Mudanças no volume das chuvas foi bastante mencionada uma vez que exerce função importante para eles em seus trabalhos nos sítios.

Percebendo essas mudanças significativas, os/as jovens foram convidados a responderem questionamentos sobre a situação em que o assentamento se encontra no que concerne a presença de matas ou reflorestamento nos sítios, condições hídricas, fertilidade do solo e os impactos ocasionados por essa atual condição relacionando-as com as mudanças climáticas.

A preocupação ambiental é pauta permanente entre os projetos e ações de mobilizações do MST. O movimento por meio da militância entre homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, estão continuamente em busca de difundir a todas as pessoas a importância de nos atentarmos para a preservação do meio ambiente, desenvolvermos uma consciência crítica enquanto sujeito que depende do meio para existir.

Para o MST não existe a dissociação entre agricultura e preservação ambiental. Qualquer que seja a forma de produção que se desenvolva no campo o meio ambiente está diretamente ligado. É a partir dessa concepção que

O programa agrário do MST defende uma agricultura que esteja em harmonia e que respeite o meio ambiente. Por isso que nos baseamos na matriz tecnológica da agroecologia, que busca aliar os conhecimentos ancestrais do manejo com a terra e com as sementes com a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais. (MST, sem p.).

Essa forma racional de gerir os recursos naturais não estava entre as metodologias adotadas pelo antigo proprietário da fazenda que atualmente pertence ao Assentamento Egídio Brunetto-MST. O local onde está situado o assentamento é proveniente de um sistema produtivo onde imperava a monocultura por meio da criação de gado e pastagem. Sendo assim, torna-se comum observar neste tipo de propriedade solos degradados, exauridos, que necessitem de correções que visem repor as suas características devolvendo-lhes a fertilidade roubada.

A situação em que se encontrava os solos do assentamento, corrobora com as estatísticas. A produção de rebanho bovino tem aumentado e atualmente, a área destinada a criação destes animais correspondem a aproximadamente 200 milhões de há e, conforme informações da Embrapa biologia, estima-se que cerca de 130 milhões estejam degradados necessitando de algum tipo de intervenção que promovam a sua melhoria (EMBRAPA, sem data). Aliado a essa degradação do solo, a que se somar as áreas provenientes de desmatamento e queimadas em busca de expansão.

Mesmo não possuindo informações mais detalhadas sobre o que exatamente está acontecendo com o solo do assentamento, o que se deve ao fato da ausência de experiências anteriores no campo, algumas de suas falas chamaram a atenção pois conseguem perceber as deficiências presentes no solo do assentamento, por exemplo, que se encontram exauridos na maioria dos sítios. Conforme Silva e Neto (2015) a construção desses saberes trata-se de um conhecimento que vai sendo constituído por meio das observações e experiências adquiridas, e neste caso, das experiências adquiridas no assentamento.

Egídio Brunetto Papagaio-Charão	–	<p style="text-align: center;"><i>“[...]já perdemos sementes por que o solo está ácido. Deve ser pela monocultura que existia aqui quando era fazenda e pastagem também [...]”</i></p>
Egídio Brunetto Albatroz-de-Tristão	–	<p style="text-align: center;"><i>“Esse ano não foi tão bom, eu acho que o solo não é bom”</i></p>
Egídio Brunetto Albatroz-de-Tristão (pai)	–	<p style="text-align: center;"><i>“Não foi um ano muito bom de chuva, a escassez do solo deve ser porque a propriedade era de monocultura (pastagem) antes de passar para o assentamento”</i></p>

Os/as jovens do assentamento conseguem perceber os efeitos causados pelo homem ao meio ambiente em busca do enriquecimento por meio do uso predatório dos recursos naturais. Entretanto, diante das mudanças climáticas e seus agravantes, o reconhecimento dessas alterações se constitui em uma informação importante, porém não é suficiente para dimensionar a proporção dos impactos que podem ser ocasionados pois “essa forma de entendimento não considera a sequência causal da situação do perigo, o que dificulta sua análise em termos relacionais” (KIRSCH; SCHNEIDER, 2016, p. 5), é importante que os/as jovens não somente percebam as alterações, mas a necessidade de novas formas de lidarem com os recursos naturais que possuem.

A situação em que se encontram os solos do assentamento também foi mencionada pelo coordenador do assentamento, sendo este inclusive um dos critérios utilizados para divisão dos sítios.

Egídio Brunetto Andorinha	–	<p style="text-align: center;"><i>“[...] os caras não têm interesse nela porque para plantar soja aqui não tem muito... porque ela é muito acidentada e porque é pequena também né [...] aí cortamos os lotes de 10 e de 15 ha. Na beirada do lago cortou os lote menor de 10, 11 e 12 ha, e os lote pra cima que não tem os recursos naturais sendo lote de 15 há para cima. O problema é que pra baixo os terreno é mais arenoso né, lá pra cima então a terra é mais fértil. Aqui (embaixo) precisa de muita correção pra produzir, muita correção mesmo. Aqui precisa de correção mas tem agua. Lá não precisa de correção, mas não tem água. Ai se deu o processo de formação nesse sentido.”</i></p>
------------------------------	---	--

Essas percepções podem estar relacionadas ao fato de que os espaços a que são destinados os assentamentos por intermédio do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária – são, na maioria das vezes, provenientes de propriedades classificadas como latifúndios e que não estejam exercendo o cumprimento de sua função social ou seja, estejam

em situações irregulares sendo obtidos em negociações entre o INCRA e representantes da autarquia – órgãos federais (INCRA, 2018.). Chamo aqui a atenção para outra fala do coordenador do assentamento em relação a compra da fazenda, no que concerne aos interesses dos demais fazendeiros da região pela área.

Egídio Brunetto
Andorinha

– *“Até mesmo porque nenhum fazendeiro tinha interesse nessa área aqui porque ela tem um clima ambiental nela né [...]já o governo acaba comprando [...] porque os fazendeiros não tiveram interesse [...], mas no mesmo tempo depois que o fazendeiro queria vender, alguns fazendeiros depois souberam que o INCRA comprou essa terra aqui eles (os fazendeiros) arrepriaram né, arrepriaram, mas aí nós já tava aqui”*

Por meio desta fala do coordenador podemos perceber as dificuldades encontradas para que a reforma agrária aconteça no Brasil. O que pode ser percebido são grandes fazendeiros, proprietários de terras que buscam inviabilizar o acesso dos movimentos sociais e seus militantes a terra, convergindo para manutenção do latifúndio.

Entretanto, essas propriedades que se encontram improdutivas são áreas que precisam ser trabalhadas visando a melhoria da sua qualidade atual por meio de recuperação e preservação dos recursos que ainda permanecem disponíveis (TATSCH, 2011), e conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2009) são geralmente destinadas as pessoas menos favorecidas, ampliando as desigualdades para além das divisões de terra, colocando o Brasil, conforme afirmam Filho e Fontes (2009, p. 64) como um dos “países mais desiguais do mundo”.

Essa desigualdade, entretanto, teve início no período de colonização do Brasil que, na tentativa de tornar a apropriação da terra “menos desigual” para a época, foi instituída a Lei de Terras em 1850, cujo objetivo era estabelecer parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras estabelecendo a compra como única forma de obtenção de terras públicas (SILVA, 2015). Entretanto, essa Lei não obteve sucesso por vários motivos, entre eles o de que,

A Lei foi elaborada e executada por um grupo de pessoas que estava muito diretamente vinculado ao problema da terra e sua ocupação, constituído por fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como senhores e possuidores de extensas áreas [...] todos esses fatores beneficiavam altamente os tais senhores e possuidores de terras que dominavam o cenário político e econômico do Brasil imperial. (SILVA, 2015, p. 89-90)

De lá para cá, o que vemos é a manutenção e expansão das terras em latifúndios cujo forma de produzir ocorre por meio do sistema de monocultivo. Mesmo com o agravamento das queimadas e desmatamento de florestas brasileiras, o Censo 2017 aponta que as áreas destinadas

a produção agropecuária aumentaram de 333,6 milhões para 350,2 milhões de hectares (IBGE, 2017), sendo que os estados que mais expandiram foram o Pará e o Mato Grosso (CRAIDE, 2018). Entretanto, o Censo não deixa claro quanto desses 16,6 milhões de hectares de novas áreas correspondem a novas áreas inseridas no processo produtivo ou áreas que estavam “paralisadas” e voltaram a produzir.

Em áreas onde a produção ocorria unicamente por cultivos em sistema de monocultura ou pastagens, os danos podem ser ainda maiores, isso porque a utilização de uma única variedade cultural favorece a extração de nutrientes contribuindo também para o aumento da compactação do solo. O mesmo ocorre com áreas de pastagem manejadas inadequadamente (MACEDO, 2009). Além disso, existe também outro agravante que contribui para o aumento dos danos ambientais como o desmatamento para expansão de novas áreas, prática muito comum antigamente, mas que ainda se faz presente atualmente entre os adeptos da pecuária.

Esses fatores em conjunto contribuem para o que podemos denominar de desertificação. Este processo está diretamente relacionado com as ações antrópicas que contribuem para o desequilíbrio ecológico. Trata-se conforme Silva e Silva (2015) de “uma degradação do ambiente, especificamente do solo. A qualidade do solo é baseada em atributos e depende do equilíbrio entre degradação e processos de recuperação” (p. 204). Portanto, a desertificação refere-se ao estado de degradação do solo mais avançado e mais difícil de ser revertido com a utilização de práticas mais simples e corretivas.

Neste sentido, saber que lidar com os recursos disponíveis em vista a sua melhoria torna-se uma necessidade entre os/as jovens desta pesquisa. Conforme já mencionamos anteriormente, os grupos em situação de vulnerabilidade climática são aqueles que estão mais susceptíveis aos efeitos das mudanças climáticas e que, na maioria das vezes, não conseguem lidar com seus efeitos em situações mais extremas (PBMC, 2014; ACSELRAD, 2010; KIRSCH; SCHNEIDER, 2016).

Para caracterizar a vulnerabilidade, é preciso compreender e avaliar adequadamente os processos sociais e econômicos, e que, por isso mesmo, a condição de vulnerabilidade representa “o ponto de partida” da análise dos impactos. As adaptações não são destinadas a evitar diretamente os impactos, mas a reduzi-los quanto aos perigos, conduzindo para uma atenção às ações e aos fatores condicionantes dos ajustes no âmbito da comunidade e das famílias. (KIRSCH; SCHNEIDER, 2016, p. 5-6).

O desenvolvimento de formas de produzir mais sustentáveis que favoreçam a preservação ambiental estão entre as metodologias que contribuem para mitigar os efeitos das

mudanças climáticas, constituindo-se em táticas de resistência, através das melhorias que estas práticas proporcionam ao meio em que estão inseridas.

Os/as jovens reconhecem que precisam trabalhar visando a melhoria dos recursos naturais que possuem atualmente. A ausência de recursos financeiros mencionados pelos sujeitos limita a realização do manejo adequado para sua recuperação a curto e médio prazo, sendo necessário, portanto, a utilização de medidas alternativas e de longo prazo para que os recursos exauridos possam ser novamente disponibilizados (TATSCH, 2011).

Para isso, contam com a presença de mais cursos que pudessem auxiliar no desenvolvimento dos sítios aliado a sustentabilidade pois acreditam que isso poderia contribuir para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente diante dos problemas encontrados atualmente. Os principais cursos mencionados pelos jovens foram:

- a) Manejo do solo e de plantas;*
- b) horticultura E criação de aves;*
- c) Derivados do leite.*

A degradação do solo também exerce influência sobre a produção de hortaliças, curso também desejado pelos/as jovens, atividade muito comum nos sítios e que dependem diretamente do uso do solo. Além disso, o curso de derivados do leite está entre os mencionados pelos/as jovens pois a criação de vacas leiteiras está presente na maioria dos sítios visitados durante a realização do prognóstico, estando entre as principais fontes de renda, seja com a venda de leite ou de queijos.

Para que consigam ser atendidos em suas necessidades, seja com a oferta de cursos, seja para o acesso a demais melhorias (estradas, moradias, água etc.) é preciso que a juventude esteja atuante no assentamento bem como no movimento ao qual pertencem. Desta forma, quando perguntados se eram atuantes nas ações desenvolvidas dentro do assentamento, os/as jovens mencionaram que as ações mais comuns atualmente são os cursos desenvolvidos pelo SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

No período da realização das entrevistas, estava acontecendo um curso de informática no qual alguns/as assentados/as, entre adolescentes, jovens e adultos/as estavam participando. Dos/as jovens desta pesquisa, somente (3) estavam inscritos e frequentando o curso, que segundo os/as jovens, não é o primeiro curso a ser ofertado pelo SENAI dentro do assentamento.

O SENAI trata-se de uma instituição cujo objetivo principal é a capacitação visando a formação de mão de obra para as indústrias e para o agronegócio (PORTAL DA INDÚSTRIA, sem data), conforme a referência presente no próprio nome da instituição. Consta no site da instituição que a oferta de cursos acontece de forma gratuita sendo oferecidos em diversos segmentos industriais. Entretanto, grande parte dos cursos ofertados não condizem com a realidade dos/as Camponeses/as.

Egídio Brunetto –
Andorinha

“*Quem trouxe esses cursos foi o próprio SENAI, o sindicato lá de dom Aquino. Pra nós né a gente sabe que o SENAI capacita as pessoas pro agronegócio ne. Mas do outro lado para nós, nós queremos pegar o conhecimento. Por exemplo essa questão do maracujá. Aí teve o do motosserra, agora tá acontecendo agora o de informática, aí vai ter um agora de piscicultura né. Talvez a pratica é uma coisa, mas a ideia é você pegar o conhecimento.*”

Sobre a oferta do curso acima citado, os sujeitos Flautim-marrom (15 anos) e Sabiá-pimenta (15 anos) disseram não participar ainda porque estão sem documentos, porém pretendem participar dos próximos que vierem a acontecer. Essa é uma informação preocupante pois demonstra que o foco principal do SENAI deixa de ser o sujeito enquanto pessoa, mas sim a sua conversão em números objetivando dados estatísticos de capacitação. Portanto, trata-se de uma forma de exclusão, pois na ausência de documentação o sujeito torna-se invisibilizado não podendo ter acesso às formações por eles oferecidas. Por sua vez, o participante Albatroz-de-Tristão disse que “*não tem interesse em participar dos cursos ofertados porque não são uteis para ele*”.

Chamo aqui a atenção para a mãe do participante Pica-pau-amarelo que mencionou estar participando do curso porque havia a necessidade de uma quantidade mínima de inscritos para fechamento de turma e assim o curso pudesse ser disponibilizado.

Egídio Brunetto –Pica-
Pau-Amarelo (mãe)

“*[...]eles ofereceram o curso mas exigiram uma quantidade mínima de participantes para que pudessem vir ao assentamento. Para não perdemos o curso eu me matriculei também [...]*”¹³

Apesar de se inscrever e participar do curso, a mãe do participante Pica-pau-amarelo disse que “*o curso não atende as necessidades dos moradores do assentamento no momento*”. Diante desta colocação, podemos perceber a importância de cursos voltados a realidade dos/as

¹³Relato de uma mãe obtido durante a entrevista.

Camponeses/as e que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades que desenvolvem em seu cotidiano a exemplo do Projeto Saberes da Terra, atualmente intitulado de Projovem campo, que “representa a síntese das propostas dos movimentos sociais e a proposta educativa de uma Educação do Campo contextualizada e que respeita os modos de vida dos povos do campo” (SENRA et al, 2017, p. 607). Além disso, as formações ofertadas pelo Projovem Campo,

Perpassa tanto os processos formativos destes jovens e adultos agricultores, quanto dos seus próprios professores/formadores, técnicos e gestores, que irão por meio da formação continuada se aperfeiçoar nos cursos de especialização oferecidos pelas instituições de ensino superior [...] (SENRA et al, 2017, p. 607)

Este programa possui como finalidade o oferecimento de qualificação profissional aos/as jovens agricultores/as que ainda não concluíram o ensino fundamental cuja idade esteja entre 18 a 29 anos. Contudo, o programa prioriza o respeito as características individuais, políticas, econômicas e produtivas dos povos do campo (MEC, sem data).

Na espera da oferta de cursos voltados para suas realidades, os/as jovens nutrem a esperança de que por meio da educação e formações adequadas as suas realidades conseguirão, gradativamente, melhorar a situação em que seus sítios se encontram tornando-as mais produtivos e contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Melhorar a qualidade de vida também envolve melhorar a qualidade do meio em que estão inseridos por meio da adoção de práticas mais sustentáveis e que favoreçam a recuperação do espaço que chegou até eles já degradados. Melhorar as características do meio ambiente, reflorestamento, fertilidade do solo, recuperação de nascentes contribuem para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, constituindo-se, portanto, em táticas de resistência para os assentados.

A união desses fatores com as mudanças climática que tem se tornado mais frequentes, podem tornar os danos ainda mais agressivos. Quando o desmatamento ocorre nos entornos de nascentes, rios, córregos entre outros os danos podem ser ainda maiores pois podem culminar na secagem da água a curto, médio e longo prazo (NOBREGA, 2014). Kirsch e Chneider (2016, p. 7) também mencionam que, a escassez de água “está associada, entre outras razões, a formas inadequadas de consumo e à má gestão do uso da terra, que inclui os processos de desmatamento e um conjunto de práticas agrícolas caracteristicamente não sustentáveis”.

A água é o principal recurso e indispensável para a sobrevivência humana e demais espécies e também uma preocupação permanente para o MST. Entre as propostas do movimento

para uma Reforma Agrária efetiva e igualitária estão as exigências de que o “Estado adote políticas que garantam aos Camponeses as condições para o acesso e uso adequado das águas, sobretudo dos reservatórios públicos como barragens, represas, lagos, projetos de irrigação, etc., para consumo e irrigação produtiva” (MST, 2014, p. 42). Embora nas proximidades do assentamento Egídio Brunetto exista a presença de um lago e de uma cachoeira, muitas famílias ainda carecem da falta de água em seus sítios.

Sem água não a produção de alimento, não há ecossistemas que se sustente. Segundo o relatório do IPCC (KIRSCH; SCHNEIDER, 2016), está previsto uma estimativa de aumento da temperatura média da superfície global entre 0,3°C e 4,8°C até o final do presente século, tendo como referência o período de 1986 a 2005.

O referido relatório também alerta para o aumento da acidificação dos oceanos, uma ameaça evidente para a biodiversidade marinha, para interrupções do ciclo global da água e disponibilidade de água doce em um número crescente de localidades devido a mudanças nos padrões de precipitação. (KIRSCH; SCHNEIDER, 2016, p. 4).

A redução das chuvas influencia na disponibilidade de potável e conseqüentemente na recuperação das fontes de água. No assentamento a escassez de água já se constitui em um problema para grande parte dos/as assentados/as, embora exista a presença de uma cachoeira bastante atrativa e com grande volume de água. Nos sítios em que os/as jovens residem, somente dois possuem fontes naturais de água, por eles denominados de “mina” e “córrego”, sendo que o volume de água contido não tem sido suficiente para suprir as suas necessidades além de estarem localizados em uma distância com acentuada declividade.

Egídio Brunetto –Pica-
Pau-Amarelo

“Tem uma mina no fundo do sítio, mas ela seca na seca. Então a água basicamente é do poço”

Egídio Brunetto –Pato-
Mergulhão

“Passa um córrego aqui, mas usamos a água do poço artesiano. A água do córrego é fraca e ele é longe pra puxarmos”.

O poço por eles mencionado trata-se de um poço artesiano ¹⁴que foi construído gratuitamente pelo pároco da igreja localizada no município de Juscimeira/MT. No total foram construídos cinco poços artesanais que fornecem água para diversos sítios.

¹⁴ Recebe o nome de **poço artesiano** a espécie de poço perfurado para captar água no subsolo e que não depende do uso de bombas, pois a pressão liberada da própria corrente d’água realiza todo o serviço naturalmente. Fonte: //www.infoescola.com/hidrografia/poco-artesiano/

Egídio Brunetto –
Andorinha

“A gente conseguiu uma articulação com os padres da paróquia de Juscimeira então foi uma mão na roda pra nós aqui sabe. Aqui a paróquia acabou furando 5 poço que era coisa do governo ter feito então o Padre acabou fazendo pra nos. foi muito interessante essa aliança né, essa questão da solidariedade com nós, a gente agradece muito a paróquia ter feito isso por nos ne. Ele olhou pra questão do humano”.

A água do poço, conforme mencionada pelo participante acima foi de grande ajuda para os/as assentados/as. Entretanto, a demanda de água é maior do que o fornecido pelos poços sendo que alguns sítios já ficaram alguns dias com o fornecimento interrompido. Mesmo possuindo várias fontes de água naturais como minas, córregos, nascentes, grande parte dessas fontes estão à beira de desaparecerem no assentamento, isso em decorrência ao desmatamento que ocorreu em seu entorno no período em que reinava a pecuária. Os/as assentados/as estão trabalhando tendo em vista a sua recuperação pois tem sofrido com a falta de água que tem impedido, inclusive, de cultivarem a terra, realizarem seus plantios em períodos de longa estiagem. Conforme mencionam Kirsch e Schneider (2016, p. 7) “o recurso hídrico não é somente importante para a produção de alimentos, mas também para a segurança humana”.

Egídio Brunetto –
Albatroz-de-Tristão

“[...]já ficamos uma semana sem água. Tivemos que regar a água para não acabar. A água é problema aqui porque não dá para molhar as plantas. Na chuva produz bem mas na seca falta água para as plantas [...]”

As ações antrópicas são as principais causas dessas alterações e, conseqüentemente, das mudanças climáticas (SILVA; PAULA, 2009). Os danos podem tomar grandes dimensões impactando também na organização natural dos ecossistemas.

Nos dias atuais, a taxa da população mundial que já enfrenta algum tipo de desafio em relação ao acesso à água para satisfazer suas necessidades básicas está próxima dos 80%, e 1,7 bilhão de pessoas no mundo enfrentam uma situação de escassez altamente crônica desse recurso”. (KIRSCH; SCHNEIDER, 2016, p. 7)

Nesse sentido, ações mitigadoras devem ser adotadas objetivando amenizar os efeitos das mudanças climáticas. Medidas iniciais estão relacionadas ao reflorestamento, principalmente nos entornos de nascentes e rios visando sua recuperação e conseqüentemente, manutenção de seu volume hídrico natural. Nos sítios em que os/as jovens residem, existem a presença de árvores, principalmente nativas que estão localizadas próximo as áreas de reservas devendo ser preservadas.

Egídio Brunetto – Águia-Cinzenta	“Mais pra perto da reserva tem bastante arvore”
Egídio Brunetto – Gavião-Pombo-Pequeno	“Sim, tem uma reserva e tem pouca área aberta”
Egídio Brunetto – Pica-Pau-Amarelo	“Maior parte é nativa”

Os/as jovens acreditam que ações como reflorestamento, preservação de nascentes e práticas sustentáveis no trato com os recursos naturais – água, solo, floresta, podem contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Entre as melhorias que poderiam ser percebidas foram mencionadas as seguintes:

Egídio Brunetto – Albatroz-de-Tristão	“Ajuda porque o desmatamento na beira do córrego seca a água, a arvores ajudaria a preservar”
Egídio Brunetto – Papagaio-Charão	“Acho que isso pode ajudar a reverter principalmente no controle das queimadas”
Egídio Brunetto – Águia-Cinzenta	“Acho que ajudaria a ficar mais fresco, aumentar a umidade”

Além disso, os/as jovens incluíram que, a adoção de práticas sustentáveis pode contribuir para reverter os impactos causados principalmente pelas queimadas ajudando também no seu controle e melhoria da qualidade do meio ambiente em geral. No assentamento, a forma de produção sustentável já é posta em prática, pois se baseiam no princípio de produção agroecológica (SOUZA, 2019). Esta forma de produzir favorecem a renovação dos ecossistemas melhorando sua qualidade e conseqüentemente contribuem para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

Foi em Brasília, no ano 2000, que os 11 mil delegados e delegadas participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da Agroecologia no seu programa político. A partir daí o MST passou a realizar várias ações pela promoção da Agroecologia como ciência orientadora para a reconstrução ecológica da agricultura, passando a impulsionar este avanço revolucionário na base da produção

e no modo de vida camponês das famílias assentadas e acampadas (MST, 2010, p. 51).

É por meio da difusão e implantação de uma agricultura mais limpa entre todos/as os/as assentados/as - crianças, Jovens e adultos, que o MST vai construindo sua história. Nesse contexto, a juventude é parte essencial, pois constituem-se no futuro do campesinato, continuidade de luta, esperança para os que estão por vir.

CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

Nessa caminhada que não caminhei sozinha, fui me construindo e construindo este trabalho. Esta pesquisa somente se tornou possível graças as contribuições do Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina – GEAC, do qual saíram outros grandes trabalhos. Desta forma, por meio da inserção do grupo de pesquisa no assentamento foi possível dialogar com os/as assentados/as conhecendo um pouco de suas realidades e das juventudes que ali residem.

Minha pesquisa, no contexto do assentamento Egídio Brunetto - MST, buscou identificar algumas das percepções que a juventude possui sobre as mudanças climáticas e os fenômenos a ela relacionados e que são percebidos no assentamento. Ao realizar uma pesquisa, nos encontramos em um universo de possibilidades, aprendendo no diálogo com o outro, na observação de suas práticas, nos seus relatos em que as dificuldades são mencionadas, mas em que os sonhos se sobressaem.

A metodologia Estudo de Caso possibilitou a utilização do método de coleta de dados – entrevistas semiestruturadas, capazes de fornecer informações importantes sobre a realidade atual em que se encontram a juventude do assentamento envolvendo educação escolar, formação e aspectos ambientais na perspectiva das mudanças climáticas.

As famílias desde que se tornaram assentadas estão trabalhando para que os sítios se tornem produtivos. A ausência de suporte do Estado, também presente nas falas dos assentados e perceptível nas vias de acesso que levam ao assentamento e aos sítios, explicitam a necessidade dos assentados de um olhar que contemple as suas necessidades básicas como transporte que está diretamente relacionado a educação dos/as jovens.

Apesar da educação do campo, amparada por Lei federal e complementada pela Legislação Estadual, trazer em seu texto o fornecimento de uma educação voltada para a população do campo com professores qualificados para esta finalidade, o que se percebe são educandos do campo sendo destinados a escolas urbanas cujo currículo em nada contemple as suas realidades cotidianas e os saberes que possuem enquanto camponeses/as.

Além disso, fica claro que a ausência de subsídios do governo dificulta as melhorias na propriedade fazendo com que muitos assentados, incluindo alguns jovens, tenham que vender

a sua força de trabalho para as propriedades circunvizinhas com o objetivo de agregar renda as suas famílias. Apesar dos poucos recursos, produzem aquilo que conseguem para se alimentar e, posteriormente, vender parte da produção para os comércios locais.

Seguem nutrindo a esperança de que, futuramente, possam ser beneficiados com a oferta de subsídios e cursos que contemplem as suas realidades, a exemplo da melhoria do solo que se encontra prejudicado pela antiga forma de utilização e que também ocasionou danos as fontes e nascentes de água.

No que concerne as mudanças climáticas, a juventude do assentamento desconhece o termo, entretanto, reconhecem seus fenômenos e os impactos advindos dessas alterações no assentamento como as variações constantes de temperatura e volume de chuvas, envolvendo também outros fatores como os arranjos naturais dos ecossistemas, as práticas humanas – industriais, de consumo e descarte, entre outros.

Pensando em formas de produzir que promovam a interação benéfica entre humanidade e meio ambiente, o MST tem difundido entre os assentamentos a forma de se produzir por meio dos sistemas agroecológicos, saberes formados a partir dos conhecimentos camponeses, e que se constitui em uma das bandeiras sustentáveis adotadas pelo movimento (SOUZA, 2019; SENRA; MEDEIROS, 2018; MST, 2010). Essa forma de produzir promove melhorias nos ecossistemas aos quais se encontram inseridas contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas no local. Mesmo com tantos benefícios, a difusão e implantação desse sistema ainda é pouco comum entre os assentados do Egídio Brunetto/MST.

É nessa tessitura de sonhos em busca de mudanças e melhorias para suas vidas, para a coletividade e para o meio ambiente, que a juventude do assentamento vai construindo sua identidade. O contato com o campo, viabilizado pelo movimento ao qual pertencem o MST, despertou neles o desejo de permanecerem no campo. Que essa juventude possa permanecer na militância, anunciando e denunciando as injustiças, em favor de igualdade de direitos e de um meio ambiente equilibrado para todos/as.

Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar.
Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.

Paulo Freire

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista de estudos avançados**, São Paulo, v.24, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A; BEZERRA, G. N. **O Que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 160 p. 2009.

AYOADE, J. O; **Introdução a climatologia para os trópicos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 332p.

ALEIXO, A; GRELLE, C. E. V; ALBERNAZ, A. L; VALE, M. M. Mudanças Climáticas e a Biodiversidade dos Biomas Brasileiros: Passado, Presente e Futuro. **Natureza & Conservação**, p.194-196, Dez. 2010.

ALVES, M, Z; DAYRELL, J, T. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v.41, p. 1455-1471, dez. 2015.

AMORIM, M. F. C. L; DOURADO, D. C. P; BISPO, D. A. **O Trabalho e a sua Lógica para Assentados do MST: Semeando Questões com Vistas a Colher Provocações**. EnANPAD, Rio de Janeiro/RJ, set. 2011.

ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, MG, v.21, p. 43-56. 2007.

ARANTES, E. C; STADLER, A; MAIOLI, M. R. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21**. IFPR, Curitiba, PR, 2012.

ARROYO, M. G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº. 2. Brasília, DF, 1999.

ASCOM. **Em Madri, conferência do Clima discute desmatamento na floresta com participação do Governo do Pará**. Disponível em: <<https://www.semam.pa.gov.br/2019/12/09/em-madri-conferencia-do-clima-discute-desmatamento-na-floresta-com-participacao-do-governo-do-para/>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

ASSIS, L; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 6, p. 67-80, jul/dez. 2002.

BANCO DO BRASIL (Instituição). Águas Brasil. **As Mudanças Climáticas: riscos e oportunidades**. Nov. 2015. Disponível em: <<http://bbaguabrasil.com.br/wp-content/uploads/2014/09/As-Mudan%C3%A7as-Clim%C3%A1ticas-Riscos-e-Oportunidades.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

BARBI, F. **Governando as mudanças climáticas no nível local: riscos e respostas políticas**. 2014. 282 f. Tese (Doutorado) – Universidade estadual de Campinas, Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2014.

BENJAMIN, C; CALDART, R, S. **Por uma educação do campo: projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma educação básica do campo, nº. 3. Brasília, DF, 2000.

BLANK, D. M. P. **O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, mai./ago. 2015.

Bolsonaro confirma participação do Brasil na Conferência do Clima da ONU, a COP 25. **G1**. març.2019. disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/23/bolsonaro-confirma-participacao-do-brasil-na-conferencia-do-clima-da-onu-a-cop-25.ghtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século edições. 2003.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M. C.; A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

BRANDÃO, C.R.; O que é educação popular. **Coleção primeiros passos**. Editora: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília-Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Convenção sobre Mudança do Clima. O Brasil e a convenção quadro das nações unidas**. [1996] data provável. Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Convencao_Quadro_sobre_Mudanca_do_Clima.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

BRASIL. **Educação do Campo: marcos normativos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre mudnças climáticas**. Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC. Congresso Nacional, Brasília – 2013.

BRASIL. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário oficial** [da República Federativa do]. Brasília, 06 ago. 2013.

BRASIL. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**.

Brasília, DF, abr. de 2017, 23 p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BRASIL. **Meio Ambiente e Justiça- estratégias argumentativas e ação coletiva**. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%83%C2%B3rico/RT01b_AC SELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária Nacional da Juventude. **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. 284 p.

BRASIL. Plano agrícola e pecuário 2017/2018. MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/folder-pap-2017-18>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 915, de 2019. **Dispõe sobre neutralização de emissão de gases de efeito estufa de eventos realizados às margens de represas, lagos, rios e córregos, em todo o território nacional**. Brasília, DF, fev. de 2019, p. 01-07.

BRASIL. **Protocolo de Quioto**. O Brasil e a convenção quadro das nações unidas. CeT Brasil. 2000. Disponível em <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

BRASIL. **Resoluções do CONAMA: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.

BRITO, A. Jovem tem mais apoio para permanecer no campo. **MDA**, Brasília, 25 fev., 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/jovem-tem-mais-apoio-para-permanecer-no-campo>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

CABRAL, C. A. **Da perda da consciência identitária camponesa à condição de situação de rua: uma leitura fenomenológica-ontológica merleau-pontyana**. 2014. 181 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

CALDART, R. S. O MST E A FORMAÇÃO DOS SEM TERRA: o movimento social como princípio educativo. Estudos avançados, vol.15, nº.43, São Paulo, set. /Dec. 2001.

CALDART, R. S; BENJAMIN, C. **Por uma educação básica do campo nº 3**. Brasília, DF: Peres, 2000.

CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, E. C; DALLA-NORA, G. A permanência de jovens do campo em áreas de assentamento: Um olhar sobre o Assentamento Antônio Conselheiro – Tangará da Serra/MT. **Revista Vozes dos Vales**. UFVJM – Minas Gerais. Nº 15. Maio.2019.

CAMOZZATO, M. M; LOUREIRO, M, M; SILVA, T. C. A, da. A justiça ambiental e o acesso à informação na construção da cidadania ambiental. **Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede** –UFSM. Santa Maria/RS. Jun. 2013

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24 p. 2004.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro. Brasil: NEAD. CIP- Brasil. Catalogação na fonte. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2007. - Vol. 1 edição.

CARVALHO, L. P. V. **O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: normas e ações de proteção**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora. V. 17. N.02 p. 145-159, 2011.

Censo agropecuário. **IBGE**, 2012. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1421>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

CRAIDE, S. **Censo mostra aumento da área destinada à agricultura no país**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/censo-mostra-aumento-da-area-destinada-agricultura-no-pais>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Crédito do Pronaf também é para jovens rurais. **Entrepasto**, 2016. Disponível em: <<https://jornalentrepasto.com.br/arquivos/2240-credito-do-pronaf-tambem-e-para-jovens-rurais>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Conama define por sorteio novos conselheiros; decreto deve ser questionado. **UOL**, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/07/15/conama-define-por-sorteio-novos-conselheiros-decreto-deve-ser-questionado.htm>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

DAVID, F. G; SOUZA, K. R. R. **Do acampamento à conquista pela terra: o histórico do assentamento Egídio Brunetto – MST no município de Juscimeira-MT**. 2018. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal de Mato Grosso, Jaciara, 2018.

Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007. Plano Nacional sobre mudança do clima – PNMC. Brasil - Comitê interministerial sobre mudança do clima, 2007.

DECRETO Nº 9.806, DE 28 DE MAIO DE 2019. **Brasil**, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9806.htm>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

DESENVOLVIMENTO. **MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2007/11/14/desenvolvimento/>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

Experiência profissional para abrir as portas do mercado de trabalho. **Portal da indústria**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/educacao-profissional/aprendizagem-industrial/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

FHC clona assentamentos. **MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

FILHO, J. L. A; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol. 4, Nº 7, jul./Dez 2009.

FNDE. **O Transporte Escolar Rural no Brasil**. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2. ed. 2010.

GONÇALVES, A. L. R. Cultivando um clima bom no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 6-9, abr. 2009.

IBGE. Jaciara. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/jaciara/panorama>> acesso em: 22 de abr. 2020.

IBGE. Juscimeira. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/juscimeira/panorama>> acesso em: 22 de abr. 2020.

IBGE. Ministério da Agricultura: Censo Agro 2017. Resultados Preliminares. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

INEP. Ministério da Educação: Censo escolar da Educação Básica 2016. Notas estatísticas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP**, Brasília-DF, fev. 2017.

ITERRA. **Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio** - Sistematização da experiência da turma Olga Benário do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. 1ª ed. Veranópolis, 2007. N.

JUMPA, A. A. P. Manual de justicia climática. **Editora: SINCO editores**, Lima, Peru, 2012. **Hecho el Depósito Legal en la Biblioteca Nacional del Perú** N° 2012-04077 ISBN: 978-9972-725-02-9

KIRSCH, H. M; SCHNEIDER, S. Vulnerabilidade social as mudanças climáticas em contextos rurais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 31 n° 91 jun. 2016.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. - Vol. 1. 28ª edição. Coleção Primeiros Passos: 23

KRUG, T; OMETTO, J; ARAGÃO, L; VINHAS, L. O Brasil e as Mudanças Climáticas. Disponível em: <<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/brasil-e-as-mudancas-climaticas.pdf>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

LEITE, J. C. **Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico**. scientiæ zudia, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-77, 2015.

LEROY, J. P. **Justiça Climática, um direito humano negado**. IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, set. 2009

LEVI, G., SCHMITT, J. (Org.). **História dos jovens I: da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, D. A. Q. **Evolução histórica do trabalho da criança**. Mar.2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11021/evolucao-historica-do-trabalho-da-crianca>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

LOPES, L. G. R; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Revista Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 29, agosto, 2017.

MACEDO, J. R. de; CAPECHE, C. L; MELO, A. S. **Recomendação de manejo e conservação de solo e água**. Niterói: Programa Rio Rural, 2009. 45 p.

PLANO safra 2019 – 2020. **MAPA**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/plano-safra>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

MARQUES, A. C.; SILVA, J. C. B. V.; HANISCH, A. L. Mudanças climáticas: impactos, riscos e vulnerabilidade na agricultura. **Revista de Estudos Vale do Iguaçu**. Jan/jun. 2013, v.01, nº21, p.93-116

Projovem Campo – Saberes da Terra. **MEC – Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

MEIO Ambiente. **MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/meio-ambiente/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

MENEZES, M. A; STROPASOLAS, V. L; BARCELOS, S. B; Organizadores. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1).

MILANEZ, B; FONSECA, I. F. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **IPEA**. Boletim regional, urbano e ambiental. Jul. 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2002. 21ª ed.

Minutos de Orientação - DIAGNÓSTICO & PROGNÓSTICO. **GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, UFMT**. Jun. 2014. Disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/2014/06/minutos-de-orientacao-diagnostico.html>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

MIRANDA, R. S; CUNHA, L. H. H. A estrutura organizacional do MST: Lógica política e lógica prática. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, Maio/ago. 2013

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa crítica**. UFRGS. Disponível em: <<HTTP://www.if.ufrgs.br/~moreira/>>. Acesso em: 10 de mai. 2019.

MST. Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. Setor Educação e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. Caderno nº 2, set. 2010.

MST. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. São Paulo, SP. 2ª ed. Out. 2015.

MST. Normas Gerais e princípios organizativos do MST. Secretaria Nacional do MST, 2016.

MST. Para um trabalho infantil e educativo. Setor de Educação – MST, Junho, 1998.

MST . Poética brasileira – coleção de poetas e poesias do Brasil. Setor Educação. Brasília: A3 gráfica e editora limitada. Nº 10. Set. 2005.

NAME, L. Recife Frio: cidade, mudança climática e injustiças ambientais. **III ENANPARQ - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014

NETO, J. **Mais de 25 milhões de jovens não estudavam em 2017**. IBGE notícias. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21256-mais-de-25-milhoes-de-jovens-nao-estudavam-em-2017>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

NOBREGA, R. S. Impactos do desmatamento e de mudanças climáticas nos recursos hídricos na Amazônia ocidental utilizando o modelo SLURP. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 29, n. esp., 111 - 120, dez. 2014.

NOBRES, C.A; REID, J; VEIGA, A. P. S. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas**. São José dos Campos, SP: Rede Clima/INPE, 2012.44 p. Transcrição de palestra proferida por Carlos A. Nobre em novembro de 2010 em Brasília, DF.

NOSSA Produção. **MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

OBTENÇÃO DE TERRAS. **INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 31/07/2019

OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D; FELICIANO, C, A. Entre o campo e a cidade – reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 17 n.2. Dezembro/2016. p. 208-225.

OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D; FELICIANO, C, A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 15 n.1. Julho/2014. p.136-149.

OLIVEIRA, L. C. M. **COP-25 Chile-Madri: “Chile-Madrid, hora de agir”**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/cop-25-chile-madri/>>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

OLIVEIRA, R. L. **Pesquisa sobre o êxodo rural e sua interferência na evasão escolar no distrito de Calógeras**. 2011. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011.

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). **Brasil**, 2010. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2010/11/painel-intergovernamental-sobre-mudanca-do-clima-ipcc>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

PARENTE, H. N; MAIA, M. O. Impacto do pastejo sobre a compactação dos solos com ênfase no Semiárido. **Revista Trópica** – Ciências Agrárias e Biológicas V. 5, N. 3, p. 3, 2011.

PASTAGENS. **EMBRAPA Agrobiologia**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/pesquisa-e-desenvolvimento/pastagens>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

PBMC, 2014: Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. **Contribuição do Grupo de Trabalho 2 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas** [Assad, E.D., Magalhães, A. R. (eds.)]. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 414 p.

PEIXOTO, M. **Pagamentos por serviços ambientais** – aspectos teóricos e proposições legislativas. Núcleo de estudos e pesquisas do senado. Brasília, nov.2011.

PEREGRINO, T. **Movimentos lançam Campanha contra o Fechamento de Escolas do Campo.** MST. <<http://www.mst.org.br/2018/07/20/lancamento-da-campanha-contra-o-fechamento-de-escolas-do-campo.html>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

PLANO safra 2017/2020. **Agronovas**, 2017. Disponível em: <<http://www.agronovas.com.br/plano-safra-20172020/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

População rural envelhece e jovens são minoria no campo. **MAPA**, 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/populacao-rural-envelhece-e-jovens-sao-minoria-no-campo>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

POSSINI, L; SGANZORLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**. Nº. 01, p. 01-14. 2016

Pronaf Jovem. **Banco do Brasil**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/produtor-familiar/investir-em-sua-atividade/pronaf-jovem#>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Queimadas em Mato Grosso em 2019 – situação em outubro. **ICV – Instituto Centro de vida**. Out. 2019. Disponível em: <<https://www.icv.org.br/2019/10/queimadasmt2019/>>. Acesso em: 22 de ab. 2020.

MATO GROSSO. **Resolução Normativa nº 003/2013-CEE/MT**. Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso. 24 de jul. 2013.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 2ª ed.

SANTOS, A. C. T; **Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE**. 2009. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, C. B. R. O Processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?. **Repositorio UNB**, Brasília, 2017. 179 p. disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24265>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

SANTOS, F. D. Os Desafios Ambientais Criados pela Grande Aceleração do Pós-Guerra. **Nação e defesa**, Primavera 2009, p. 61-78.

SENRA, R. E. F. **Educação do campo no IFMT – Campus São Vicente: desafios da construção de uma educação dialógica**. 2014, 214 f. Tese (doutorado) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SENRA, R. E. F. **Sistemas agroecológicos como resistência do MST frente ao modelo de produção do agronegócio**. Fala proferida durante a orientação de mestrado realizada em 06 de fevereiro de 2020. IFMT: Campus Coronel Octayde.

SENRA, R. E. F; MEDEIROS, H. Q. **Educação Ambiental Campesina: Justiça Climática em territórios mato-grossenses**. IV Seminário Internacional Resclima e 2º encontro da Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática – REAJA. Santiago de Compostela, Espanha, 26/27 de out. 2018.

SENRA, R. E. F; QUADROS, I. P; MEDEIROS, H. Q. **Educação Ambiental Campesina e Justiça Climática: olhares sobre a formação**. IV Seminário Internacional Resclima e 2º encontro da Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática – REAJA. Santiago de Compostela, Espanha, 26/27 de out. 2018.

SENRA, R. E. F; SATO, M. T; MELLO, G, J. CAMPOS, A, G, de. Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 605-626, abr./jun. 2017.

SILVA, A. K. O; SILVA, H. P. B. O processo de desertificação e seus impactos sobre os recursos naturais e sociais no município de Cabrobó –Pernambuco –Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v.8, n. 1, p. 203-215, jan. /jun. 2015.

SILVA, D. S; CURY, M. J. F. A Identidade Camponesa nos Assentamentos do MST no Brasil. **Geographia Opportuno** Tempore, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22 - 35, 2015.

SILVA. M. A. B. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, vol. 35, nº 70 • p. 87-107

SILVA, M. C. S; ALMEIDA, C. M. C; FERREIRA, S. Apropriação cultural e medição pedagógica: contribuições de Vygotsky na discussão do tema. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 219-228, abr./jun., 2011.

SILVA, R. W. C; PAULA, B. L. de. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra e Didática**, 5(1): 42-49. Disponível em <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>>. Acessado em: 3 de fevereiro de 2020.

SILVA, S. F, da; NETO, J. F. de M. Saber popular e saber científico. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v.24, n. 2, p. 137-154, jul. Dez. 2015.

SOARES, T. J; HIGUCHI, N. A convenção do clima e a legislação brasileira pertinente, com ênfase para a legislação ambiental no Amazonas. **Acta Amazonica**, VOL. 36, p. 573-580, 2006.

SOUZA, B. L. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do assentamento reunidas em promessa/SP**. 2016, 119 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2016.

SOUZA, D. G. de. **O Que nos ensinam os camponeses sobre o clima: estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Brunetto**. 2019, 103 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT associado à Universidade de Cuiabá - UNIC - Campus Cuiabá, 2019.

SURGE o MST. **MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

TATSCH, G. L. **Recuperação de uma área degradada através do método de nucleação** – Santa Margarida do Sul, RS. São Gabriel – RS, 07/2011.

Transporte escolar, livros didáticos e outros programas: o impacto do corte de gastos na educação básica. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/20/transporte-escolar-livros-didaticos-e-outros-programas-o-impacto-do-corte-de-gastos-na-educacao-basica.ghtml>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Brasil desiste de sediar Conferência do Clima em 2019. **UNISINOS**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/585048-brasil-desiste-de-sediar-conferencia-do-clima-em-2019>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

WANDERLEY, M. N. B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 2014, vol. 52, p.25-44.

VALLES, E. A. **Conflitos socioambientais que afetam a soberania alimentar de comunidades do cerrado do pantanal – MT**. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de educação, Cuiabá, 2018, 143 f.

VENDRAMINI, C. R; MACHADO, I. F. (ORG). **Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 1ª ed. 216 p.

VERGES, J. V. G. **Mudanças climáticas no Brasil: movimentos sociais e assentamentos rurais de reforma agrária no pantanal do Paranapanema-sp**. 2017, 256 f. Tese (Doutorado) - Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, 2017.

VIANA, N. Juventude e Identidade. **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 1/2, p. 145-154, jan. /fev. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16510>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio destes termos, que eu _____, aceitei participar da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso, Mestrado em Ensino – linha 2: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Básica, que desenvolve a pesquisa: “*EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO*” sob orientação do Professor Doutor Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra, a quem poderei contatar quando julgar necessário. E caso necessite de maiores esclarecimentos posso entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cuiabá – CEP/UNIC, atualmente sob a coordenação da Profa. Me. Deise Helena Polloso Borghesan que pode ser contatada pelo telefone (65)3363-1271, pelo endereço eletrônico: cep.unic@kroton.com.br e no endereço: Avenida Manoel José de Arruda, 3100, Bloco de Saúde I, sala 328 - Jardim Europa – Cuiabá -MT, CEP: 78.065-900 78.065-900. Afirmo que aceitei o desenvolvimento da pesquisa neste assentamento por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa e que fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Estou ciente de que os dados da pesquisa serão produzidos a partir da aplicação de questionário autoaplicável e entrevista semiestruturada, e que sempre que necessário serão gravadas e posteriormente transcritas. Os encontros acontecerão no espaço do assentamento. O acesso à análise dos dados produzidos será feito apenas pelo pesquisador e seu orientador e não serão repassados a terceiros. O nome dos participantes será mantido em sigilo e privacidade da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, bem como a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Fui ainda informado (a), que posso retirar-me da participação da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável
Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio destes termos, que eu _____, RG: _____, responsável pelo **menor** _____, aceitei a sua participação na pesquisa desenvolvida pelo mestranda Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso, Mestrado em Ensino – linha 2: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Básica, que desenvolve a pesquisa: “*EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO*” sob orientação do Professor Doutor Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra, a quem poderei contatar quando julgar necessário. E caso necessite de maiores esclarecimentos posso entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cuiabá – CEP/UNIC, atualmente sob a coordenação da Profa. Me. Deise Helena Polloso Borghesan que pode ser contatada pelo telefone (65)3363-1271, pelo endereço eletrônico: cep.unic@kroton.com.br e no endereço: Avenida Manoel José de Arruda, 3100, Bloco de Saúde I, sala 328 - Jardim Europa – Cuiabá -MT, CEP: 78.065-900 78.065-900. Afirmo que aceitei o desenvolvimento da pesquisa neste assentamento por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa e que fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Estou ciente de que os dados da pesquisa serão produzidos a partir da aplicação de questionário autoaplicável e entrevista semiestruturada, e que sempre que necessário serão gravadas e posteriormente transcritas. Os encontros acontecerão no espaço do assentamento. O acesso à análise dos dados produzidos será feito apenas pelo pesquisador e seu orientador e não serão repassados a terceiros. O nome dos participantes será mantido em sigilo e privacidade da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, bem como a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Fui ainda informado (a), que posso retirar-me da participação da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Assinatura do pai/mãe/responsável

Assinatura da pesquisadora responsável
Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa

Assinatura do participante